

# ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia  
Brasileira de Ciências Contábeis

# SABER

## Considerações sobre a prática contábil a partir do agir comunicativo na sociedade contemporânea

Por Prof. Rosely Machado e Prof. Fabio Vizeu Ferreira



### Academia

Reuniões Regimentais da Abracicon  
aconteceram em fevereiro

### Exclusiva Abracicon

Análises comparativa da condição  
financeira dos municípios do estado do  
Tocantins com aplicação do teste dos  
10 pontos

### Conversa Afinada

Entrevista com Erenita  
Sousa



**ABRACICON**  
ACADEMIA BRASILEIRA  
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



**convite**

**ao vivo no**  
 **YouTube**



**online**  
**QUINTAS DO**  
**SABER**  
A B R A C I C O N

**21**  
**maio**  
**15h**  
**às 16h**



**TEMA:**

As estratégias  
do ensino em  
face à pandemia  
da Covid-19

**28**  
**maio**  
**15h**  
**às 16h**



**TEMA:**

Desafios da  
Auditoria frente  
à pandemia  
da Covid-19

**04**  
**junho**  
**15h**  
**às 16h**



**TEMA:**

Governança  
Contábil



## EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER  
EDIÇÃO Nº 31 – FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL  
2020 ISSN: 2357/7428

### Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis  
(Abracicon)

### Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º  
andar, CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

### Contato:

(61) 3314-9453  
abracion saber@abracion.org.br

## I. DIRETORIA DA ABRACICON

### Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

### Diretor de Administração e Finanças

José Antonio de França (DF)

### Diretor Operacional

Antônio Carlos Nasi (RS)

### Diretora de Ensino e Pesquisa

Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI)

## II. CONSELHO FISCAL

### Membros efetivos

Washington Maia Fernandes (MG)  
Presidente  
Jucileide Ferreira Leitão (RN)  
Irineu De Mula (SP)

### Membros suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)  
Roberta Carvalho de Alencar (CE)  
José Corrêa de Menezes (AM)

### Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de  
Carvalho

### Conselho Editorial

Clovis Belbute Peres  
Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.  
Acadêmico José Antonio de França - Dr.  
Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.  
Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

**Revisão:** Maria do Carmo Nóbrega

**Colaboradoras:** Fernanda da Silva Costa e  
Luciana Martins da Silva Sousa

**Projeto Gráfico, Redação e Diagramação**  
CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

**Fotos:** Cedidas pelas Academias Regionais e  
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,  
desde que citada a fonte. Os conceitos  
emitidos em artigos assinados são de  
exclusiva responsabilidade de seus autores.

[www.abracicon.org.br](http://www.abracicon.org.br)

## Edição nº 31

Caros Profissionais da Contabilidade,

Em meio à incidência da Covid-19, nos últimos meses, tivemos que optar pelo distanciamento social, tendo que trabalhar remotamente, no formato home offices, por meio de lives, e-mails, entre outras ferramentas disponíveis.

Mas, a despeito da pandemia e graças à inovação tecnológica, nosso trabalho não parou. Nossas Academias pelo Brasil afora não deixaram de trabalhar em cima de seus objetivos maiores e prioritários.

Esta edição da Revista Abracicon Saber traz as posses da nova Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Fiscal da Amacic, da Diretoria APBCICON e da ASCC. É com grande satisfação que parabenizo os empossados e agradeço o empenho de todos na execução do trabalho.

Estendo a minha gratidão a todos os envolvidos na publicação de livros e artigos acadêmicos pela APBCICON e pela APC. Nossos acadêmicos estão produzindo muitos materiais de alto valor voltados à classe contábil. Parabéns pela iniciativa! Já o presidente da Apecicon e conselheiro do CRCPE participou da premiação O Caduceu, também conhecido como "O Oscar da Contabilidade Pernambucana", em Recife.

Por outro lado, as Reuniões Regimentais da Abracicon aconteceram em fevereiro, quando foi realizada a 6ª reunião do seu Conselho Fiscal. Na ocasião, foi apreciada e aprovada a prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

E esta edição vem recheada de artigos de altíssimo nível, trazendo abordagens



**Maria Clara Cavalcante Bugarim**  
Presidente da Abracicon

relevantes para o público leitor, que tratam, por exemplo, de finanças estaduais; Covid-19; indicadores financeiros; e ética.

Cabe-nos agradecer, de um lado, ao Conselho Editorial pelo competente trabalho na avaliação dos artigos e, de outro, aos nossos articulistas, os quais têm contribuído, voluntariamente, com suas pesquisas para o fortalecimento da nossa revista.

Também tenho a grata satisfação de publicar na nossa Revista dois artigos de contadores de peso: Eliseu Martins, que traz o artigo "As vítimas escondidas da covid-19: contadores e auditores"; e José Antonio de França, com o artigo intitulado "Compreendendo diferença conceitual entre liquidez e solvência".

A coluna Conversa Afinada traz entrevista com a presidente da ASCC, Erenita Sousa; a coluna In Memoriam, conta um pouco da trajetória do contador catarinense Lindomar Antônio Fabro; e a coluna Perfil traz a visão da contadora Sandra Maria de Carvalho Campos, que é vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC (2020-2021), acerca da profissão contábil.

Para finalizar, o editor da Abracicon Saber, Clóvis Belbute Peres, nos presenteia com algumas dicas de excelentes obras em suas resenhas.

Boa leitura!

## Matéria de Capa



39

Considerações sobre a prática contábil a partir do agir comunicativo na sociedade contemporânea

05

Posse da nova Diretoria Executiva e membros do Conselho Fiscal da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis



regionais

10

academia

Reuniões Regimentais da Abracicon aconteceram em fevereiro

22

atualidades

Covid-19 e medidas de restrição fiscal: "austeridade cura? Austeridade mata?"

24

exclusiva abracicon

Impactos da retração econômica nos indicadores financeiros da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

28

artigo científico

Fatores determinantes para adesão ao Nugesc: opinião dos gestores

conversa afinada



51

Entrevista com Erenita Souza

37

jovem profissional

Realização e amor pela Contabilidade

53

especializando-se

Experiências de vida como aluna de doutorado

54

mural do acadêmico

Lindomar Antônio Fabro

56

socializando o conhecimento

Compreendendo diferença conceitual entre liquidez e solvência

57

espaço do acadêmico

Auditoria na era da pós-verdade: o reforço da objetividade

perfil



59

Sandra Maria de Carvalho Campos

61

indicações

O Ponto da Virada e Falando com Estranhos



# Posse da nova Diretoria Executiva e membros do Conselho Fiscal da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis

No seu quinto ano de existência, os membros da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis reuniram-se em Assembleia Geral para a posse solene da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. A mesa de honra foi composta pelas seguintes autoridades: Ivan Echeverria – presidente; Paulo Cesar Santos Rühling, presidente do CRCMT e vice-diretor de Finanças; Silvia Mara Leite Cavalcante, diretora de Administração e conselheira do Conselho Federal de Contabilidade; Luiz Gonzaga Warmling, diretor de Finanças; Jovane Marconi Zago, diretor Operacional; Acy Castrillon Ferreira, vice-diretora de Administração; Giseli Alves Silvente, vice-diretora de Ensino e Pesquisa; Sirio Pinheiro da Silva, presidente do Conselho Fiscal; e Amauri Anilson Menacho, presidente do Sescon-MT. Na plateia a presença de acadêmicos, familiares e profissionais da contabilidade.

A abertura se deu com a apresentação audiovisual do Hino Nacional Brasileiro, sendo a sessão instalada pelo presidente Ivan Echeverria, o qual, também, fez a apresentação da ordem do dia, destinada principalmente à posse dos membros a dirigir os destinos da Amacic no biênio 2020/2021.

Coube à acadêmica Acy Castrillon Ferreira a entrega do diploma ao presidente Ivan Echeverria, ocupante da Cadeira nº 1, cujo patrono é Domingos de Matos. Na sequência, o presidente procedeu na entrega do diploma para a diretora de Administração, acadêmica Silvia Mara Leite Cavalcante, ocupante da Cadeira nº 9,

tendo como patrono seu pai, Odilon Ribeiro Cavalcante.

O Estatuto Social da entidade de fins não econômicos prevê as assinaturas em diplomas do presidente e da diretora de Administração, sendo ambos a empossar os demais membros da Diretoria Executiva no evento, a saber: Luiz Gonzaga Warmling - diretor de Finanças e ocupante da Cadeira nº 18, que tem como patrono Severiano Benedito de Almeida; Jovane Marconi Zago - diretor Operacional, ocupa a Cadeira nº 12, tendo como Patrona Delza Teixeira Lema; Acy Castrillon Ferreira - vice-diretora de Administração e ocupante da Cadeira nº 20, tendo como Patrono Alencastro Maria Alves; Paulo Cesar Santos Rühling - vice-diretor de Finanças e ocupante da Cadeira nº 17, que tem como Patrono José de Carvalho e Giseli Alves Silvente – vice-diretora de Ensino e Pesquisa, ocupante da Cadeira nº 24, cuja Patrona é Esmeralda França.

No Conselho Fiscal, foram empossados: Sirio Pinheiro da Silva, titular da Cadeira nº 2, tendo como Patrono Odil Freitas de

Souza; Agda Eduarda Salcedo ocupa a Cadeira nº 22, cujo Patrono é Vanderlei Marquezi; Ederaldo José Pereira Lima, ocupa a Cadeira nº 41, cujo Patrono é Manoel Pouso Filgueira Filho.

No ato de posse não puderam comparecer: Aloísio Rodrigues da Silva, vice-presidente, que ocupa a Cadeira nº 4, cujo Patrono é Altamiro Reis Barbosa; Sofia Ines Niveiros, diretora de Ensino e Pesquisa e ocupante da Cadeira nº 6, sendo Patrono Giovanni Gomes Moreira; José Carlos Dorte, vice-diretor Operacional, ocupante da Cadeira nº 46, sendo Patrono seu sogro, Felicíssimo Lemos dos Santos; Deosdete Gonçalves da Silva, ocupa a Cadeira nº 54, cujo Patrono é José de Oliveira Lima; Aldo Nuss ocupante da Cadeira nº 34, sendo Patrono João Corbelino; e Iseorene Canavarros Bernardino, ocupa a Cadeira nº 3, cujo Patrono é seu pai, Edgard Bernardino.

A seguir foi apresentado pelo presidente do Conselho Fiscal o seguinte parecer: "O Conselho Fiscal da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis – AMACIC, por meio de seus membros, após exames



Gisele Alves Silvente, Amauri Anilson Menacho, Acy Castrillon Ferreira, Silvia Mara Leite Cavalcante, Ivan Echeverria, Paulo César Santos Rühling, Luiz Gonzaga Warmling, Jovane Marconi Zago e Sirio Pinheiro da Silva. (Foto Gláucia Almeida)





*Acadêmicos Luiz Gonzaga Warmling, Paulo César Santos Rühling, Ivan Echeverria (presidente da Amacic), Acy Castrillon Ferreira, Giseli Alves Silvente, Ederaldo José Pereira de Lima, Sirio Pinheiro da Silva (presidente do Conselho Fiscal da Amacic), Agda Eduarda Salcedo e Marisa Brito Aguiar. (Foto Gláucia Almeida)*

das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019 tem seu PARECER favorável à aprovação do referido exercício. Cuiabá, 10 de março de 2020". Contempla as assinaturas dos membros: Sirio Pinheiro da Silva - CPF 061.710.101-97, Deosdete Gonçalves da Silva - CPF 482.376.391-20 e Agda Eduarda Salcedo – CPF 049.494.461-20".

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso, Contador Paulo Cesar Santos Rühling, fez o uso da palavra apresentando as principais ações desenvolvidas na atual gestão e na sequência, com o presidente da Amacic, acadêmico Ivan Echeverria, foi procedida a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica voltado para: a) fortalecer e aprimorar os mecanismos de transparência, desenvolvendo ações que contribuam para o aumento da qualidade na gestão dos recursos públicos, em consonância aos princípios da administração pública; b) contribuir para o fortalecimento e aprimoramento dos instrumentos de controle social, voltados ao exercício da cidadania e melhoria da gestão pública; c) fortalecer a ampla aplicação das normas brasileiras de contabilidade e técnicas de auditoria governamental; d) estimular a disseminação de programas integrados de

qualificação técnica; e) promover medidas em prol da sociedade através de ações de controle e vigilância social e de educação fiscal, contribuindo para a transferência e a melhor qualidade na aplicação dos recursos públicos.

As palavras finais na Assembleia Geral foram do presidente Ivan Echeverria, tendo iniciado com homenagem às Mulheres Acadêmicas pelo último 8 (oito) de março, apresentando as fotos de todas elas no telão, quais sejam: Sílvia Mara Leite Cavalcante, Iseorene Canavarros Bernardimo, Solfia Ines Niveiros, Giseli Alves Silvente, Acy Castrillon Ferreira, Agda Eduarda Salcedo, Valdiva Rossato

de Souza, Elba Vicentina de Moraes, Elcida Helga Maier, Nilza Queiroz Freire, Giancarla Fontes de Almeida Santos, Maria Angélica Ferreira Bittencourt, Maria Felicia Santos da Silva, Hell Hans Coelho, Kaila Karling Vieira, Bethânia Santana Marinho da Silva, Marisa Brito Aguiar, Marinês Nunes Tubino e Edelmira Rodrigues da Costa. A saudação foi extensiva às mulheres presentes pelo mês de março de 2020.

Ainda, foi apresentado um breve relato das atividades desenvolvidas no último exercício social, com evidência para o Concurso Literário em Contabilidade – I Prêmio AMACIC, o qual já tem a sua segunda edição neste ano: "II Prêmio AMACIC". Foram realizadas palestras para acadêmicos de cursos de Ciências Contábeis em sete Instituições de Ensino Superior, inclusive apresentado o Cine Contábil Abracicon na União das Faculdades de Alta Floresta (Uniflor). A Academia também teve participação na recepção dos bacharéis em Ciências Contábeis graduados nas Instituições de Ensino Superior para realizarem o Exame de Suficiência no primeiro e segundo semestres.

O encerramento dos trabalhos se deu com a apresentação audiovisual do Hino a Mato Grosso.



*Fila superior - Da esquerda para a direita: Acadêmicos Jovane Marconi Zago, Ederaldo José Pereira de Lima, Ivan Echeverria (presidente da Amacic), Paulo César Santos Rühling (presidente do CRCMT), Evandro Benedito dos Santos e Luiz Gonzaga Warmling. Fila inferior – Da esquerda para a direita: Acadêmicas: Marisa Brito Aguiar, Marinês Nunes Tubino, Agda Eduarda Salcedo, Acy Castrillon Ferreira, Giseli Alves Silvente, Edelmira Rodrigues da Costa e Silvai Mara Leite Cavalcante (conselheira do CFC).*



# Eleição de Diretoria APBCICON 2020

**E**leição - Em 9/3/2020, foi eleita a nova Diretoria da Academia Paraibana de Ciências Contábeis (APBCICON). A reunião, que aconteceu no Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, contou com a presença do presidente e do vice-presidente de Administração do Conselho, Bruno Sitônio e Rômulo Teotônio, respectivamente. A nova Diretoria é composta pelos acadêmicos: Wenner Glaucio Lopes Lucena, presidente para seu segundo mandato até março de 2022, e seus diretores: João Dantas, Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante e Ana Maria Paixão.



## Produção de Livros e Artigos Acadêmicos APBCICON

Nesse período, os nossos acadêmicos da APBCICON estão produzindo muitos materiais voltados à classe contábil. Gostaria de destacar três livros e dois artigos que estão sendo publicados em vários newsletters da Contabilidade.

O primeiro livro é da acadêmica Edmery Tavares Barbosa, que apresenta um levantamento histórico, valorizando o trabalho da mulher na Contabilidade, e tem como título: Mulheres que contam: histórias de vida de profissionais da contabilidade. João Pessoa: Editora do CCTA-UFPB, 2019. Confira o ebook no link ou QRCode.

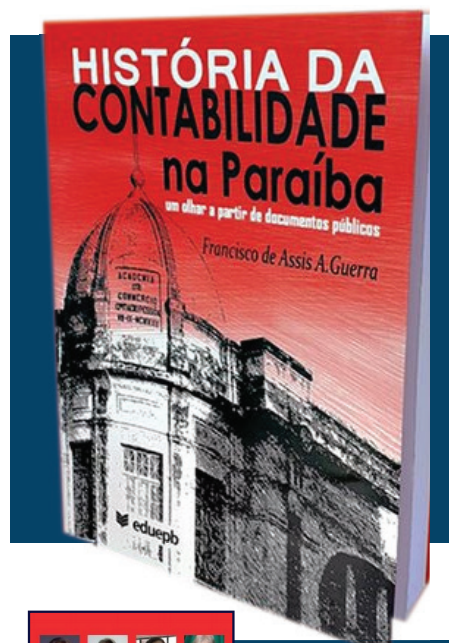
O segundo livro é da acadêmica Ednadi Batista da Silva, em parceria com a professora Yeda Silveira Martins Lacerda, que trata dos custos ocultos frequentes nas operações de serviços hoteleiros. A obra foi publicada pela Novas Edições Acadêmicas, em 2019. Confira o ebook no link ou QRCode.

O terceiro livro de autoria do acadêmico Francisco de Assis A. Guerra, publicado pela Editora da UEPB/A União/2019, com 376 páginas, apresenta um recorte histórico da contabilidade nos tempos

antigos da Paraíba e traz como título: História da Contabilidade na Paraíba: um olhar a partir de documentos públicos.

O artigo da acadêmica Rossana Guerra de Sousa, em parceria com o auditor governamental, Marcus Vinicius de Azevedo Braga fala sobre Auditoria na era da pós verdade. O conceito ganha relevância com impacto exponencial, em um mundo dito também pós – pós-moderno –onde a opinião pública é formada, paradoxalmente, em uma era de big data, mais baseada em razões sensíveis e emocionais, do que em informações exatas e argumento lógicos, sem a consistência da análise detida, impelida pela rapidez e poder de influência das plataformas digitais. Confira o artigo na Coluna Espaço do Acadêmico dessa edição.

O último artigo é da acadêmica Ana Maria Paixão, que foi feito em conjunto com duas professoras de Portugal –Irina Adriana Saur-Amaral e Graça Maria do Carmo Azevedo– e teve como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva teórico-institucional, a forma como o processo de convergência e adoção das IFRS ocorreu no contexto social brasileiro.



Leia o QR Code e acesse o livro.



Leia o QR Code e acesse o livro.



# APC lançará mais um livro sobre os Pronunciamentos Técnicos Contábeis

Devido à aceitação e ao sucesso do primeiro livro lançado pela Academia Paulista de Contabilidade (APC), em novembro de 2019, durante a 26ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convecon), que tem como título "Acadêmicos explicam os Pronunciamentos Contábeis – Contribuição da Academia à disseminação do Conhecimento Técnico", e visando dar cumprimento à missão de disseminar e incentivar os estudos técnico e filosófico, a APC está se preparando para lançar o segundo livro, também abordando os pronunciamentos técnicos contábeis, a ser lançado no segundo semestre de 2020.

A primeira obra contemplou a análise de 19 CPCs, inclusive o das PMEs, e mais as IPSAS e o Relato Integrado, com estudos elaborados pelos

acadêmicos, em linguagem acessível e de fácil entendimento. Já o segundo livro tem como objetivo analisar outros CPCs que são de grande interesse para a coletividade contábil do País.

Segundo o presidente da Academia, o contador Domingos Orestes Chiomento, a leitura é uma das oportunidades mais democráticas e acessíveis de desenvolvimento pessoal e profissional, principalmente para os jovens em início da carreira ou os recém-formados.

A segunda obra terá também a coordenação da acadêmica Angela Zechinelli Alonso, que está aglutinando conteúdo dos Acadêmicos para mais este livro.

“Mesmo diante das novidades tecnológicas, os livros continuam sendo



uma ferramenta essencial para o processo de aprendizagem e a formação de bons alunos”, afirma Chiomento.

O primeiro livro "Acadêmicos explicam os Pronunciamentos Contábeis – Contribuição da Academia à disseminação do Conhecimento Técnico" está disponível gratuitamente no site da APC.

# Presidente da Apecicon participou de Caduceu e posse da nova diretoria do CRCPE

O presidente da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon) e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE), participou, no dia 13 de março, da premiação O Caduceu, também conhecida como “O Oscar da contabilidade pernambucana”, no Arcádia Paço Alfândega, no bairro do Recife.

Na ocasião também foi realizada a cerimônia de posse de Dorgivânia Arraes, primeira presidente mulher a liderar o conselho em 74 anos de existência, posse do conselho diretor eleito para gestão 2020-2021 e posse dos conselheiros eleitos para o mandato 2020/2023.

Neste ano foram homenageados na categoria Profissional: Custódio

Francisco de Sá, José Eraldo Lucio de Oliveira, Maria Gleide Gomes Buonafina, Roberto Paes de Lima (In Memoriam); Instituição de Ensino Superior: FAJOLCA; Entidade de Classe: Contar – Associação dos Contabilistas de Arcoverde; Personalidades/entidades: Douglas Miranda Marques e Grupo Ser Educacional.



## ASCC realizou posse de renovação de gestão

A Academia Sergipana de Ciências Contábeis, no dia 10/1, realizou a posse administrativa de renovação da gestão da presidente Erenita Sousa, será seu segundo biênio, 2020/2021. Estiveram presentes acadêmicos que foram prestigiar esse momento importante do ingresso da nova Diretoria. No dia 13 de fevereiro, a presidente da ASCC, Erenita Sousa, prestigiou o brilhante evento realizado no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e os diversos acadêmicos professores que foram homenageados na noite de festa em comemoração aos 30 anos do Departamento de Ciências Contábeis (DCC) desta instituição.

A presidente Erenita Sousa compareceu também, no dia 5 de março, ao evento



de posse da nova Diretoria do CRCSE. Ainda em março, a ASCC, representada pela vice-presidente Salete Leite, esteve em Brasília para a posse dos acadêmicos Aécio Júnior e Ângela Dantas, na Diretoria

do CFC, para o biênio 2020/2021. A vice-presidente Salete Leite também representou a ASCC na posse do Dr. Luís Alberto Meneses, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas de Sergipe.



**7**  
maio  
15h  
16h



**TEMA:**

**As vítimas escondidas da COVID-19:**  
*Contadores e Auditores*



# Reuniões Regimentais da Abracicon aconteceram em fevereiro



No dia 19 de fevereiro, foi realizada a 6ª reunião do Conselho Fiscal da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), na sede da entidade. Na ocasião, foi apreciada e aprovada a prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Após a análise das demonstrações contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Período (DRP), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de caixa pelo Método Direto e Indireto (DFCs) e Notas Explicativas, elaboradas pela contabilidade da entidade, o Conselho Fiscal definiu por unanimidade encaminhar o parecer para aprovação e homologação na 20ª Assembleia Ordinária e Extraordinária realizada também no dia 19 de fevereiro.

A Diretoria da Abracicon se reuniu também na mesma data para definir as atividades previstas para o exercício do ano de 2020, entre elas, a elaboração do livro da Abracicon: 40 anos valorizando as Ciências Contábeis – Um olhar sobre

o Passado, Presente e Futuro. Foi definido também, que a realização do 2º Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis e a 4ª ExpoAbracicon, acontecerão durante o Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC).

Além disso, foi tratado também sobre as parcerias firmadas com a CGU e a Faculdade de Illinois para a realização de cursos EAD na plataforma *on-line*.

Foi definido também a realização do primeiro curso a ser gravado.

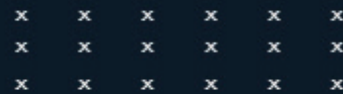
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – No mesmo dia, foi realizada também a 20ª Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Abracicon, na sede da academia.

A Assembleia contou com as seguintes presenças: presidente da Abracicon, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, diretor Operacional da Abracicon, contador Antônio Carlos Nasi; diretor de Administração e Finanças, contador José Antonio de França; diretora de Ensino e Pesquisa, Gardênia Maria Braga de Carvalho; presidente do Conselho Fiscal,

contador Washington Maia Fernandes; conselheira Fiscal, contadora Jucileide Ferreira Leitão; conselheiro Fiscal, contador Irineu De Mula; e acadêmicos (as): Sandra Maria de Carvalho Campos, Domingos Xavier Teixeira, Valcemiro Nossa, Janir Adir Moreira, Leila Márcia Sousa de Lima Elias, José Martonio Alves Coelho, Flávio da Cruz, José Eustáquio Geovanini, Márcia Mendes de Luca e Alexandre Bossi.

Em pauta, a apreciação e aprovação do Relatório de Gestão das atividades realizadas em 2019, parcerias firmadas, definições de novos projetos para 2020 e aprovação da prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Durante a Assembleia, foi realizada também a eleição para o quadro de acadêmicos da Abracicon, composto pelos seguintes candidatos: Fábio Moraes da Costa (ES), Fernando Caio Galdi (ES), Rosa Maria Abreu Barros (MG) e Diana Vaz de Lima (DF), que, após apreciação, consideração e decisão do colegiado da Academia, todos foram eleitos.



por Eliseu Martins  
Acadêmico da Abracicon

## As vítimas escondidas da covid-19: contadores e auditores

A pandemia do coronavírus se transformou em uma tremenda dor de cabeça para companhias e auditores. A expectativa de uma forte retração da economia está tirando o sono do empresário e fazendo especialistas em contabilidade duvidarem se os ativos hoje registrados nos balanços valem mesmo o que dizem. A angústia maior dos contabilistas é com o tal do teste da imparidade.

Esse exercício de nome feio – uma tradução livre para o “impairment” – nada mais significa do que conferir se os ativos reportados poderão gerar a riqueza que traduzem nas demonstrações financeiras, seja com lucros futuros, seja pela venda do bem. É uma obrigação das empresas e seus auditores, que deve ser cumprida, pelo menos, uma vez ao ano.

O que tem atormentado os auditores é como fazer essa verificação – ou seja, confirmar a verdade dos fatos – diante de um ‘black swan’ com as proporções

da covid-19. De um momento para o outro, a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil da ‘The Economist Intelligence Unit’, por exemplo, passou de um crescimento de 2,4% para 2020 para uma violenta retração de 5,5% – uma variação de quase 8 pontos percentuais e que ninguém sabe se vai parar por aí. E essa mesma crise afetará companhias e setores de maneiras e intensidade diversas.

À primeira vista, esse debate pode parecer perfumaria de contabilista. Mas não é não. O patrimônio líquido, que pode ser reduzido por essas baixas por imparidade, é um parâmetro de solidez e alavancagem financeira das companhias – e de notas de risco de créditos. Ou seja, pode afetar diretamente o custo do dinheiro em tempos em que é o bem mais escasso e caro.

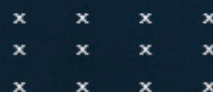
Feita a confusão, a Exame IN foi ouvir um dos papas da contabilidade no Brasil, Eliseu Martins, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

da Universidade de São Paulo (FEA-USP). O conselho número 1 de quem já viveu todas as maxi e mini crises brasileiras é: “calma”.

“A melhor coisa que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) fez foi organizar com o governo a Medida Provisória que adiou os balanços do primeiro trimestre para julho”, afirmou. Na opinião do professor, a expectativa é que até lá haja mais visibilidade de todo o cenário. Então, não é necessário sair correndo agora para saber o que lançar.

Ainda não está claro nem o tamanho e nem a duração da crise. Nesse sentido, para Martins, por enquanto, há clareza apenas que, de maneiras diversas, duas linhas dos ativos podem sofrer no curto prazo: recebíveis e estoques.

“Será muito importante reavaliar a capacidade de pagamento da cadeia de cada uma das companhias para ver se os recebíveis serão mesmo convertidos





em recursos. Essa é uma linha com maior sensibilidade para este momento”.

Já nos estoques, os mais suscetíveis são os perecíveis, em especial, aqueles sem escoamento. “Por exemplo, o que está acontecendo com os produtores de flores em Holambra [interior de São Paulo]. É preciso ver o que pode ser perdido porque estraga. E o que não estraga, precisa conferir se valerá a mesma coisa.”

Mas sobre os ativos fixos, ou seja, máquinas e equipamentos e toda estrutura das empresas, e também sobre os ágios fruto de aquisições – itens onde parecem morar as maiores perturbações e dúvidas – Martins volta para o primeiro conselho, a calma. Na avaliação dele, ainda não é possível dizer se a crise vai afetar os negócios – ou todos eles – ao ponto de retirar valor do ativo fixo, porque é um bem de uso no longo prazo.

Se o longo prazo é o que precisa ser considerado para o ativo fixo, o mesmo vale para os ágios. Quando uma empresa compra outra, a contabilidade permite que parte da diferença entre o valor da aquisição e o valor contábil da adquirida seja lançado como ágio. Caso haja entendimento que essa riqueza não será recuperada, nem com lucros futuros nem por uma eventual revenda, deveria ser deduzido do total.

Porém, para Martins, é preciso evitar juízos apressados da situação, ainda mais neste momento sem visibilidade e de muita preocupação. Dessa forma, não se cria uma volatilidade adicional aos balanços. Até mesmo porque uma vez feitas as baixas por imparidade, elas não podem depois simplesmente serem anuladas. Ou seja, a baixa é para sempre.

Para ele, é normal que essas dúvidas existam porque o nível de risco subiu muito. Mas é imprescindível cuidado redobrado para que a objetividade não seja abalada pela falta de visibilidade desse momento.

O professor contou que, na sexta-feira da semana passada, na reunião dos participantes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estavam praticamente todos presentes, uma assiduidade que há muito não se via. O “impairment” foi, na visão dele, um dos temas mais comentados.

O CPC foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2005, fruto da iniciativa do próprio e de mais diversas associações e organismos ligados ao mercado de capitais, como CVM, Banco Central (BC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), entre outros. Assim como inúmeras outras instituições, nunca trabalhou tanto.

“Quando uma empresa compra outra, a contabilidade permite que parte da diferença entre o valor da aquisição e o valor contábil da adquirida seja lançado como ágio.”



Leia o QR Code e acesse a matéria da EXAME.

# Análises comparativa da condição financeira dos municípios do estado do Tocantins com aplicação do teste dos 10 pontos

*Comparative analysis of the financial condition of the municipalities of the State of Tocantins with application of the test of 10 points*



## RESUMO

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise comparativa da condição financeira dos municípios do estado do Tocantins com a identificação dos melhores e piores. O método aqui apresentado se inspira no trabalho apresentado por Brown (1993) e foi apoiado num estudo exploratório da base de dados do TCE/TO em que se definiu uma amostra de 132 municípios tocaninenses. Fundamentado dessa amostra, estabeleceram-se dez indicadores que possibilitaram calcular e analisar a condição financeira municipal. A essência do modelo reside na comparação dos índices avaliados, dado que se imputa ao município estudado uma pontuação. O

somatório dos pontos obtidos para cada índice dá um resultado global permitindo mensurar a situação financeira do município em relação aos demais. Os resultados revelaram que, dentre os municípios avaliados, o município com a melhor condição financeira foi Lavandeira pois obteve 17 pontos dos 20 possíveis e o município em pior condição financeira é Miracema.

Descritores: Condição financeira, Análise Financeira, Tocantins

## ABSTRACT

This study aimed to perform a comparative analysis of the financial condition of the municipalities of the state of Tocantins with

the identification of the best and worst. The method presented here is based on the work presented by Brown (1993) and was supported by an exploratory study of the TCE / TO database in which a sample of 132 municipalities in Tocantins was defined. Based on this sample, ten indicators were established that made it possible to calculate and analyze the municipal financial condition. The essence of the model lies in the comparison of the evaluated indices, since a score is imputed to the studied municipality. The sum of the points obtained for each index gives an overall result allowing to measure the financial situation of the municipality in relation to the others. The results showed that, among the municipalities evaluated, the municipality with the best financial



*condition was Lavadeira because it obtained 17 points out of the 20 possible ones and the municipality in worse financial condition is Miracema.*

*Keywords: Financial Condition, Financial Analysis, Tocantins*

## INTRODUÇÃO

Com a crise financeira a qual o país passa aumentou o debate acerca do uso eficiente dos recursos públicos com a adoção de boas práticas de gestão que busque o equilíbrio financeiro e a disponibilização de serviços de qualidade à população. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apenas em janeiro deste ano 32 municípios brasileiros entraram em calamidade financeira, isso demonstra a necessidade da análise comparativa da condição financeira dos municípios, com o objetivo de prever os municípios com maiores riscos de decretarem calamidade financeira.

A análise da condição financeira ocupa lugar de destaque no cenário econômico, político e social, como principal instrumento para a avaliação da gestão e previsão de problemas financeiros. Para Wilson (2005) uma boa análise deve atender aos princípios de eficiência, eficácia e efetividade dos gastos públicos, de forma que os anseios da sociedade sejam atendidos. A análise financeira deve ser avaliada e comparada dentro de um grupo de municípios que possuem

características semelhantes para que se possam traçar padrões de performances financeiras (DINIZ, 2007)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) determina que os administradores devem gerenciar os recursos públicos de forma responsável, exigindo que a aplicação seja realizada de forma econômica, programada e prezando pelo equilíbrio financeiro. A busca pela manutenção do equilíbrio das finanças públicas pressupõe um conjunto de atividades de monitoramento do balanceamento entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, não apenas no curto prazo mais também com uma visão de longo prazo. Dentre essas atividades, a elaboração e instalação de um montante de indicadores que sejam aptos para demonstrar a condição da entidade pública, em termos econômico-financeiros, e que identifique qual a sua posição em relação aos demais municípios similares.

Esta informação pode ajudar uma prefeitura a desenvolver uma melhor compreensão de sua condição financeira, identificar problemas ocultos ou emergentes, apresentar uma imagem de pontos fortes e fracos, apresentar considerações a longo prazo e fornecer um ponto de partida para que as cidades reconsiderarem suas políticas econômicas.

Brow (1993) formulou uma metodologia com 10 indicadores para mensurar a

condição financeira dos municípios dos Estados Unidos e do Canadá. O teste denomina-se "Test – 10 Point" e foi desenvolvido levando em consideração os quatro fatores básicos a serem analisados nos municípios: receita, despesa, estrutura da dívida e estrutura operacional. A análise por indicadores com objetivo de mensurar a eficiência financeira de um município foram traçadas através das pesquisas de Ken W. Brown(1993), Honadle & Lloyd-Jones (1998) e Beauregard (1998).

O principal objetivo desta pesquisa foi realizar a comparação da condição financeira dos municípios tocantinenses. Tem-se por base a metodologia desenvolvida por Brow (1993) e adaptado à realidade brasileira por Diniz (2007). Objetivando-se identificar de maneira comparativa as cidades em melhores condições financeiras e piores condições no ano de 2018. O trabalho tem por público alvo os gestores municipais, seus moradores bem como demais interessados no assunto.

Com base em seus objetivos a pesquisa é caracterizada como descritiva e qualitativa, já no que diz respeito a seus procedimentos técnicos a mesma se caracteriza como referencial e documental (GIL, 2010). A dimensão do trabalho consiste em um estudo exploratório de 132 municípios tocantinenses.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia é definida "como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento". (GIL, 2008, p. 8)

O método aqui apresentado se inspira no trabalho apresentado por Brown (1993) que desenvolveu um teste para analisar a

“ A busca pela manutenção do equilíbrio das finanças públicas pressupõe um conjunto de atividades de monitoramento do balanceamento entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, não apenas no curto prazo mais também com uma visão de longo prazo. ”

situação financeira dos pequenos municípios nos Estados Unidos e Canadá. A mesma pesquisa foi adaptada para a realidade brasileira por Diniz (2007). Com base em seus objetivos a pesquisa é caracterizada como descritiva e quantitativa, já no que diz respeito a seus procedimentos técnicos a mesma se caracteriza como referencial e documental (GIL, 2010). Foi levantado características sobre a condição financeira dos municípios tocaninenses, apontando uma fronteira de eficiência.

Não existe uma medida absoluta para responder se a condição do município é boa ou ruim. Logo faz-se necessário estudar dentro de um determinado grupo de municípios que condicionem as mesmas características e perspectivas financeiras (DINIZ, 2007).

O cerne do teste está na comparação dos municípios que têm características semelhantes, foi atribuído ao município analisado, em função da sua posição relativa ao grupo. A soma dos pontos obtidos para cada índice deu um resultado global permitindo avaliar a situação financeira do município em relação aos demais. Os dados coletados para tal trabalho foram retirados do endereço eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Os mesmos, foram ordenados e organizados em forma de planilhas no software Excel e dentro do mesmo, calculado os índices.

A análise da condição financeira foi dada através de indicadores, meio fechado. O teste mostra uma "fotografia" de determinado período de tempo da



condição financeira dos municípios, os passos para tal procedimento foram:

1º Passo – cálculo dos indicadores: inicialmente foi calculado 10 indicadores (Quadro 01) para cada município.

## Quadro 01 – Indicadores baseados no modelo de Brown (1993)

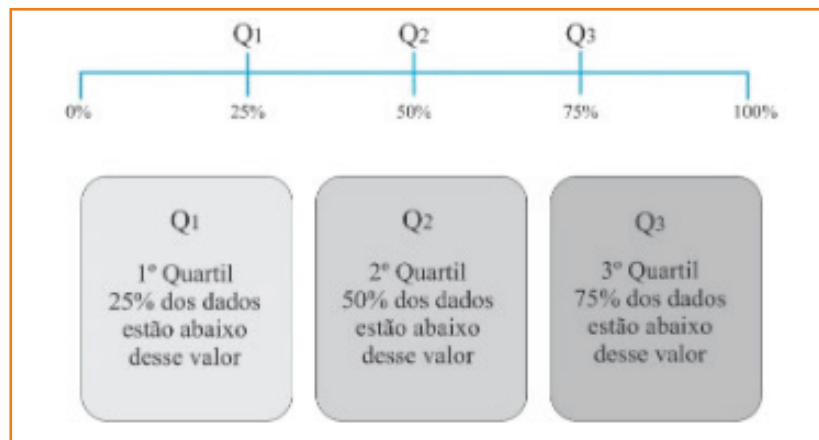
Descrição	Fórmula	Resultado Esperado
Receita per capita	Receita Total	Quanto maior melhor
	População	
Representatividade da Receita Própria	Receita própria	Quanto maior melhor
	Receita total	
Participação das receitas de Transferências	Receita de Transferência Corrente	Quanto menor melhor
	Receita própria	
Participação dos operacionais	Despesas operacionais	Quanto maior melhor
	Despesa Total	
Cobertura de Despesas	Receita Corrente	Quanto maior melhor
	Despesa Total	
Recursos para cobertura de queda de arrecadação	Superávit Financeiro	Quanto maior melhor
	Receita Total	
Recursos para cobertura de obrigações de curto prazo	Dívida Flutuante	Quanto maior melhor
	Passivo Circulante	
Comprometimento das receitas correntes com as obrigações de curto prazo	Passivo Circulante	Quanto menor melhor
	Receita Corrente Líquida	
Dívida per capita	Passivo Total	Quanto menor melhor
	População	
Comprometimento das receitas correntes com o endividamento	Passivo Total	Quanto menor melhor
	Receita Corrente Líquida	

Fonte: Brow (1993), adaptado



2º Passo – Atribuição de notas: os indicadores já calculados foram colocados em ordem, do menor para o maior ou do maior para o menor, depende do atributo já definido para cada indicador. Por exemplo, os indicadores que revelaram o grau de endividamento foram dispostos do maior para o menor pois o percentil revela que quanto menor o indicador mais favorável é a saúde financeira do município. Esse arranjo permitiu a identificação de valores de corte com base no cálculo de quartis (quadro 02).

Figura 1 – Quartis



Fonte: Brow(1993), adaptado

3º Passo – Atribuição de nota à condição financeira do município: Para ser possível atribuir uma nota a condição financeira os dados foram organizados em quartis, conforme o quadro 03, para estabelecer valores de corte, a base foram os seguintes escores de Brow (1993):

a. [Escore -1] Até o quartil 1 (0-25%) Mostra que o governo local em determinado grupo tem um péssimo índice de acordo com sua classificação.

b. [Escore 0] Entre o quartil 1 e 2 (25%-50%) Mostra que o governo local em determinado grupo tem um bom índice de acordo com sua classificação.

c. [Escore +1] Entre o quartil 2 e 3 (50%-75%) Mostra que o governo local em determinado grupo tem um índice acima da maioria de acordo com sua classificação.

d. [Escore +2] Maior que o quartil 3 (75%-100%) Mostra que o governo local em determinado grupo tem os melhores índice de acordo com sua classificação.

Logo, após a avaliação da condição financeira de determinado município, se seus 10 indicadores forem posicionados acima do 3º quartil, obterá um escore de 20 pontos. No entanto se esse mesmo município teve seus indicadores posicionados entre o 1º e 2º quartil, logo obteve um escore neutro de 0 (zero) pontos. É importante lembrar que para essa pesquisa foi atribuído o mesmo grau de relevância para todos os 10 indicadores.

## Quadro 02 – Atribuição de nota ao município

SCORE -1	SCORE 0	SCORE +1	SCORE +2
Indicadores do quartil 1	Indicadores do quartil 2	Indicadores do quartil 3	Indicadores do quartil 4

Fonte: Brow (1993)

## Quadro 03 – Condição financeira de acordo com os escores obtidos

ESCORE GERAL	CONDIÇÃO FINANCEIRA
10 ou mais	Entre as melhores
5 a 9	Melhor que a maioria
1 a 4	Na média
0 a -4	Pior que a maioria
-5 ou menos	Entre as piores

Fonte: Brow (1993)

Para mensurar a avaliação geral da condição financeira dos municípios, Brow (1993) propôs a seguinte escala relativa (quadro 04):

Desse modo, as interpretações aqui apresentadas não são absolutas, mas sim relativas já que a análise evidenciará um rank de melhores e piores condições financeiras. Na ocasião em que dizer que um município está com uma alta pontuação, significa dizer que ele está entre as melhores cidades aqui analisadas.

### 1.6 Estrutura do trabalho

O presente trabalho possui 5 capítulos sendo eles: o capítulo 1 composto pela introdução que visa comunicar ao leitor uma visão geral do tema e de tudo o que será discutido no decorrer da pesquisa; o problema de pesquisa que foi solucionado; os objetivos que se pretende alcançar; sendo eles geral e específicos; a justificativa de se realizar tal análise; a metodologia que aborda mais adiante a maneira escolhida para realização da pesquisa e o presente item que pormenoriza as partes de toda a pesquisa.

O capítulo 2 é constituído pela fundamentação teórica a qual decore sobre os conceitos necessários para melhor discernimento do tema abordando ainda sobre a temática de condição financeira e como as mesmas devem ser mensuradas.

Capítulo 3 aborda os procedimentos metodológicos fundamentais para o alcance dos objetivos e resolução do problema desta pesquisa, além de identificação do objeto e sujeito, universo e amostra critérios de análises e coleta de dados da pesquisa. Aborda ainda as análises e os resultados da pesquisa.

O capítulo 4 apresenta as conclusões e recomendações, momento em que a solução da análise foi exposta bem como o resultado dos objetivos propostos.

### 3. RESULTADOS

O presente trabalho foi realizado com 132 municípios do total de 139 pertencentes ao estado do Tocantins. Foram excluídos os Municípios de Palmas e Araguaína por possuírem mais de 100 mil habitantes, esta é uma limitação proposta pelo modelo de Brow que avalia apenas pequenos municípios. Também foram excluídos Axixá do Tocantins, Goiatins, Ponte Alta do Bom Jesus, Sampaio e São Sebastião do Tocantins. O motivo da exclusão está atrelado ao fato de que não foi encontrado dados dos mesmos nos registros do portal TCE para o ano de 2018.

Da mesma forma do apresentado na metodologia, o modelo de mensuração aqui utilizado para mensuração financeira foi o de Brow (1993). Conforme o método a condição financeira é subdividida em 10 indicadores. Então, foram feitas todas as etapas para medir os scores de cada município para o ano de 2018. Desta forma, estas análises são apresentadas neste subtópico. Conforme indica a metodologia, são calculados os 10 indicadores do modelo para cada um dos municípios. E então, como mostra o (Quadro 02) os municípios são encaixados em quartis, e são atribuídas as notas da condição financeira (Quadro 03) conforme o quartil em que cada município se encontra. As notas variam de -10 a +20.

### Resultado de cada quartil

No que diz respeito a forma de resumir as informações da população, foi utilizado a função dos quartis, esta é utilizada para fazer análise das estatísticas descritivas de uma amostra. Estas informações são utilizadas para formação de modelos estatísticos paramétricos. É definido como mínimo o menor elemento da amostra; e máximo o maior elemento da amostra.

Quartis (Q1, Q2 e Q3): São valores dados a partir do conjunto de observações ordenado em ordem crescente, que dividem a distribuição em quatro partes iguais. O primeiro quartil, Q1, é o número que deixa 25% das observações abaixo e 75% acima, enquanto que o terceiro quartil, Q3, deixa 75% das observações abaixo e 25% acima. Já Q2 é a mediana, deixa 50% das observações abaixo e 50% das observações acima. (Portal Action, 2017)

Seja  $n$  o número total de elementos da amostra e calcule  $j(n+1)/4$ , para  $j=1,2$  e 3. Desta forma  $Q_j$  será um elemento entre  $X_k$  e  $X_{k+1}$ , onde  $k$  é o maior inteiro menor ou igual a  $j(n+1)/4$  e será calculado da seguinte forma:

$$Q_j = X_k + \left( \frac{j(n+1)}{4} - k \right) (X_{k+1} - X_k).$$

Fonte: Portal Action



“ O capítulo 4 apresenta as conclusões e recomendações, momento em que a solução da análise foi exposta bem como o resultado dos objetivos propostos. ”



Durante a execução da pesquisa, todos os dados foram tratados no software excel e os resultados dos quartis para cada indicador é observado abaixo no quadro 05.

Através do quadro podemos observar os limites dos quatros quartis para os 10 indicadores. Por exemplo, no que diz respeito a receita per capita, os municípios que possuem receita per capita abaixo de R\$ 2.329,66 se enquadra no primeiro quartil, os que possuem receita per capita entre R\$ 2.329,66 e R\$ 2.810,29 se enquadram no segundo quartil, os com receita per capita entre R\$ 2.810,29 e R\$ 3.788,92 e os que tem receita per capita acima de R\$ 3.788,92

ficaram posicionados no ranking acima dos 75% dos municípios analisados, por este motivo lhe é atribuído a maior pontuação.

### Melhores Municípios (10 a 20 pontos)

Destes, o município de lavadeira obteve 17 pontos, a melhor pontuação dentre todos os avaliados, ou seja, é o município considerado com a melhor condição. Dentre os 7 indicadores ele ficou entre os 25% melhores avaliados, no 4º quartil, recebendo a pontuação máxima que é 2, e em apenas 3 indicadores ele ficou no 3º quartil, entre os 50% melhores avaliados, recebendo a pontuação 1.

A avaliação dos indicadores ocorre, em termos relativos, e não absolutos, destacando os pontos fortes e fracos da sua situação financeira. Lavadeira tem uma capacidade de investimento relevante o que revela que ela se sobressai mais que em outros municípios estudados, provavelmente pela renovação do imobilizado ou investimento em infraestrutura.

Observou-se ainda que o município de Lavadeira possui um excedente das receitas sobre as despesas do ano e um excesso acumulado mais alto que os outros municípios. Lavadeira tem uma boa flexibilidade financeira, com uma boa

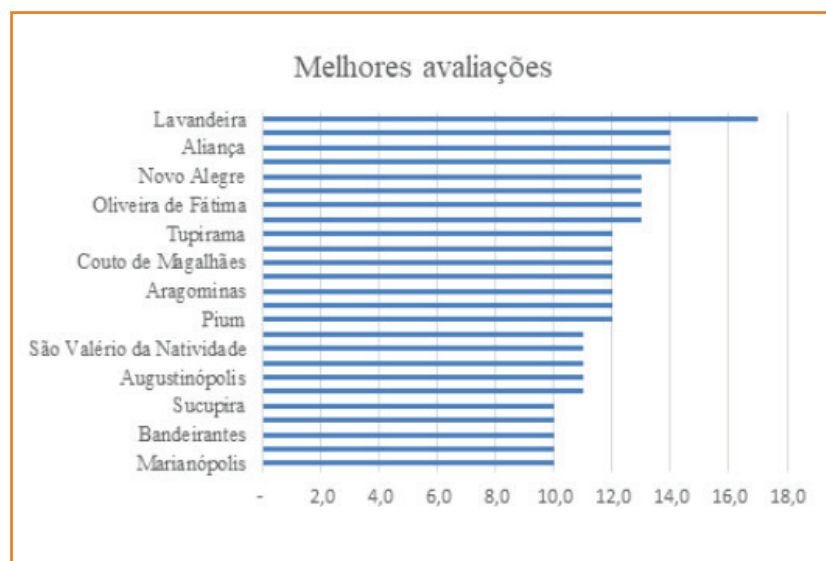
## Quadro 04 - Intervalos de quartil para 132 cidades do banco de dados dos indicadores financeiros

	INDICADOR	QUARTIL			
		1 0 - 25% (Piores)	2 25 - 50%	3 50 - 75%	4 75 - 100% (Melhores)
1	Receita Total	R\$ 2329,66 ou menos	R\$ 2329,66 à R\$ 2810,29	R\$ 2810,29 à R\$ 3788,92	R\$ 3788,92 ou mais
	População				
2	Receita própria	4,47% ou menos	4,47% à 6,57%	6,57% à 9,92%	9,92% ou mais
	Receita total				
3	Receita de Transferência Corrente	92,12% ou mais	92,12% à 87,55%	87,55% à 83,04%	83,04% ou menos
	Receita total				
4	Despesas operacionais	87,54% ou menos	87,54% à 91,57%	91,57% à 93,4%	93,4% ou mais
	Despesa Total				
5	Receita Corrente	0,94 ou menos	0,94 à 0,97	0,97 à 0,99	0,99 ou mais
	Despesa Total				
6	Superávit Financeiro	0,026 ou menos	0,026 à 0,054	0,054 à 0,094	0,094 ou mais
	Receita Total				
7	Dívida Flutuante	1,84 ou menos	1,84 à 3,28	3,28 à 8,78	8,78 ou mais
	Passivo Circulante				
8	Passivo Circulante	0,60 ou mais	0,060 à 0,028	0,028 à 0,012	0,012 ou menos
	Receita Corrente Líquida				
9	Passivo Total	R\$ 699,58 ou mais	R\$ 699,58 à R\$ 346,93	R\$ 346,93 à R\$ 138,49	R\$ 138,49 ou menos
	População				
10	Passivo Total	0,257 ou mais	0,257 à 0,113	0,113 à 0,047	0,047 ou menos
	Receita Corrente Líquida				

Fonte: Brow (1993)

## Figura 02 – Melhores municípios (análise comparativa)

O gráfico apresenta todos os municípios que ficaram classificados como melhores, estes são os que tiraram uma pontuação de 10 a 20 pontos.



Fonte: Autor

quantidade de recursos para cobertura de queda de arrecadação. é o sexto menos populoso do estado, com apenas 1.782 habitantes (2018). Comprovando que para possuir uma excelente condição financeira não depende da quantidade de habitantes, sendo essencial uma boa gestão pública.

A segunda colocação dos melhores municípios ficou dividida entre os municípios de Palmeirópolis, Aliança e Fátima. Os três se destacam por possuírem grande quantidade de recursos para cobrir uma possível queda de arrecadação pois o superávit financeiro destes municípios em relação a receita total é alto representando em média de 12%, um valor bem superior a média dos outros municípios.

Destacou-se também o município de Oliveira de Fátima, este se esforça para gerar suas próprias receitas, o mesmo participa com 17% do total da receita total. Conforme também

revela seus indicadores o município não comprometeu suas receitas correntes líquidas com dívidas, abrindo assim uma flexibilidade maior para o prefeito executar seus planos de governo

### Escores dos municípios intermediários

#### Municípios melhores que a maioria (5 a 9 pontos)

Enquadra-se aqui, os municípios que obtiveram de 5 a 9 pontos do universo de -10 a 20. Nestas condições se encontraram 51 municípios, estes estão listados no apêndice.

#### Municípios medianos (1 a 4 pontos)

Vinte e cinco municípios se enquadraram nesta categoria de acordo a nossa escala relativa, ver no apêndice.

#### Municípios piores que a maioria (0 a -4 pontos)

Enquadra-se aqui, os municípios que obtiveram de 0 a -4 pontos do universo de -10 a 20. Nestas condições se encontraram 27 municípios, estes estão listados no apêndice.

#### Piores municípios

Conforme quadro 06 enquadra-se como piores municípios, os que obtiveram de -5 a -10 pontos do universo de -10 a 20. Nestas condições encontrou-se os municípios de Miracema, Ponte Alta e Tocantínia.

O pior município de acordo a análise comparativa foi Miracema do Tocantins, apresentou nota de -7. A explicação para Miracema, se apresentar como pior condição financeira do estado, se deve porque em 7 indicadores ele ficou entre os 25% piores avaliados, no 1º quartil, recebendo a pontuação mínima que é -1, e em 3 indicadores ele ficou no 2º quartil, entre os 50% piores avaliados, recebendo a pontuação 1. A explicação para Miracema, se apresentar como pior condição financeira do estado, se deve a um conjunto de fatos, um dado importante a ser mencionado é que 93% da receita total do município é composta pelo Fundo de participação municipal (FPM) e outras transferências obrigatórias da União e do estado, ou seja, o município não tem uma renda própria relevante para se manter. Outro quesito que contribuiu para a

## Quadro 05 – Piores municípios

MUNICÍPIOS	PONTUAÇÃO
Miracema do Tocantins	- 7
Ponte Alta do Tocantins	- 5
Tocantínia	- 5

Fonte: Autor



baixa nota no município foi o fato do comprometimento das receitas correntes com as obrigações de curto prazo ser alto e a cobertura das despesas ser baixa.

#### 4. DISCUSSÃO

Em tempos de crises econômicas, cresce o debate sobre métricas de análise da condição financeira, principalmente dos entes públicos. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) 32 municípios brasileiros decretaram calamidade financeira apenas em janeiro de 2017, demonstrando uma necessidade de estudos sobre gestão financeira.

Este estudo se propôs a realizar uma comparação da condição financeira dos municípios tocantinenses, identificando de maneira comparativa as cidades em melhores condições financeiras e piores condições no ano de 2018.

Conforme a metodologia apresentada, a métrica adotada para aferir a condição financeira municipal foi baseada no modelo desenvolvido por Brown (1993) e adaptado à realidade brasileira por Diniz (2007), na qual utiliza dez indicadores capazes de assinalar, em conjunto, um termômetro da condição financeira da gestão pública, desde que o município analisado tenha até 100 mil habitantes, o que fez com que os maiores municípios tocantinenses Palmas, Araguaína fossem retirados da amostra desta pesquisa.

Os resultados encontrados evidenciaram que o município de Lavandeira se apresenta em melhor condição financeira, dentre os avaliados, pois obteve 17 pontos dos 20 possíveis e o município que apresentou pior condição financeira foi Miracema, -7 pontos.

A pesquisa, portanto, trouxe contribuições empíricas para o tema da avaliação da



condição financeira, sendo fundamental para os gestores e órgãos de controle.

Apresentaram-se como limitações a esta pesquisa, a existência de poucas pesquisas sobre a avaliação da condição financeira no setor público e a falta de informações contábeis/financeiras no site TCE/TO dos municípios de Axixá do Tocantins, Goiatins, Ponte Alta do Bom Jesus, Sampaio e São Sebastião do Tocantins...

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o principal objetivo desse trabalho foi realizar uma análise comparativa da condição financeira dos municípios do estado do Tocantins com a identificação dos melhores e piores no exercício de 2018 com base no modelo de Brow.

Os resultados encontrados evidenciaram que o município de Lavandeira se apresenta em melhor condição financeira, dentre os avaliados, pois obteve 17 pontos dos 20 possíveis e o município que apresentou pior condição financeira foi Miracema, -7 pontos.

Para enriquecer a base teórica do estudo, sugere-se, para futuras

pesquisas, análises mais profundas do tema pesquisado, considera-se viável a realização de estudo comparável com outros municípios de estados vizinhos ao Tocantins. Demonstra-se, com isso, que existe um grande campo de pesquisa para ser explorado, de modo a contribuir para ampliar o conhecimento e buscar, analisar o desempenho dos municípios tocantinense.

Sugere-se a futuros pesquisadores aplicar a metodologia a todos os municípios dos brasileiros para mensurar a condição financeira, aplicar outros modelos para mensurá-la, como também a inclusão de outros indicadores.

“ O principal objetivo desse trabalho foi realizar uma análise comparativa da condição financeira dos municípios do estado do Tocantins com a identificação dos melhores e piores no exercício de 2018 com base no modelo de Brow. ”

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei Nº 1.939, DE 20 DE MAIO DE 1982. Classificação da Receita, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De11939.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De11939.htm)>. Acesso em: 16 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional (2000). Lei Complementar, no. 101,4 maio. LRF- Lei de Responsabilidade Fiscal, Brasília, 24 p., maio 2000a.

\_\_\_\_\_. Constituição (1999). Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999. Disciplina os limites das despesas com pessoal.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/legisla/>. Acesso em: 25 set. 2019

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 6. ed. Brasília: (mcas), 2014

BEAUREGARD, Robert A. Public-private partnerships: the case of USA. em: PIERRE, Jon. Partnerships in urban governance. Londres: MacMillan, 1998.

BROWN, Ken W. The 10-point test of financial condition: toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. Government Finance Review, p. 21-26, Chicago, December, 1993.

Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Calamidade financeira: 32 Prefeituras publicam decreto. Disponível em: < <http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/calamidade-financeira-32-prefeituras-publicam-decreto-ziulkoski-alerta-que-ato-nao-possui-efeito-juridico>> Acesso em: 10 jul. 2019.

DINIZ, Josedilton Alves, 2007, Rio de Janeiro. Proposta de uma Metodologia para a Avaliação da Condição Financeira Municipal: o Test 10-Point no caso brasileiro. Rio de Janeiro: Anpad, 2007. 14 p.

Econômico, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4690175/investimentos-de-prefeituras-de-pequenos-municipios-recuam-31-entre-2010-e-2015>> Acesso: 03/07/2019, às 14h.

FREITAS, Lauro de. A IMPORTÂNCIA DAS RECEITAS PRÓPRIAS MUNICIPAIS. 16/09/2009. Disponível em: <[http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre\\_documento.cfm?arquivo=\\_repositorio/\\_oim/\\_documentos/C35838D5-9A50-E7F3-D42AF4210EB0F2E016092009115341.pdf&i=782](http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/C35838D5-9A50-E7F3-D42AF4210EB0F2E016092009115341.pdf&i=782)>. Acesso em: 29/06/2019

GAZETA NET. Crise financeira faz com que municípios busquem alternativas junto ao TCE. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=OWkgMsZSF\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=OWkgMsZSF_0)>. Acesso em: 10/07/2019

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. In: Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, 2010.

Governmental Accounting Standards Board (GASB). Statement No. 6 of the Governmental Accounting Standards Board. Stamford, CT: GASB, Maio, 1987.

GOVERNMENTAL ACCOUNTUNG STANDARDS BOARD (GASB). Objectives of financial reporting. concept statements. I. Norwalk: Governmental Accounting Standards Series, May 1987

GROVES, Sanford M.; GODSEY, W. Maureen; SHULMAN, Martha A. Financial indicators for local government. Public Budgeting & Finance, v. 1, n. 2, p. 5-19, 1981.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade pública. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Florianópolis, 2010.

HONADLE, Beth Walter & LLOYD-JONES, Mary. Analyzing rural local government's financial condition: an exploratory application of three tools. Public Budgeting & Finance, p. 69-86, 1998.

IBARRA, Jorge; SANDOVAL, Alfredo & SOTRES, Lida. Variables que explican el desempeño de los gobiernos estatales mexicanos. Gestión y Política Pública, v. XIX, n. 1, p. 169- 196, México, 2005.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. (IFAC) Normas internacionais de contabilidade para o setor público. Disponível em: <[http://portalcf.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ipsas2010\\_web.pdf](http://portalcf.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ipsas2010_web.pdf)> Acesso em: 04/07/2019

JORGE MENDONÇA, Mário et al. UM ESTUDO SOBRE O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO NO BRASIL E IMPLICAÇÕES. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. 54 p.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. CONTABILIDADE PUBLICA - ANALISE

FINANCEIRA: GOVERNAMENTAL. Sao Paulo: Atlas, 2016. 576 p.

LOPREATO, Francisco Luiz et. al. O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. São Paulo: IE/ UNICAMP, 2000. (Texto para discussão n. 94)

MAHER, Craig S.; NOLLENBERGER, Karl. Revisiting Kenneth Brown's 10-point test. Government Finance Review, v. 25, n. 5, p. 61-66, 2009.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. Contabilidade Empresarial, v. 3, 2009.

NATRINI, Nur Dewi; RITONGA, Irwan Taufiq. Design and Analysis of Financial Condition Local Government Java and Bali (2013-2014). Shs Web Of Conferences, [s.l.], v. 34, p.1-9, 2017. EDP Sciences. <http://dx.doi.org/10.1051/shsconf/20173403003>.

NOBRE, Carla Janaina Ferreira. A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal. Dissertação (Mestrado). JOÃO PESSOA. MARÇO/2017.

NBC; CONTÁBIL, PERÍCIA; CONTÁBIL, LAUDO E. PARECER PERICIAL. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. 2010.

Portal action, Quartis. Disponível em: <http://www.portalaction.com.br/estatistica-basica/23-quartis>. Acesso em: 04/12/2019

RAMSEY, Tina Kim. Measuring and evaluating the financial condition of local government. 2013. Tese de Doutorado.

VALENTE, Adriana. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Rio de Janeiro, 2017

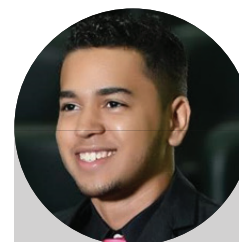
WILSON, John. Local government modernization and the views of chief financial officers. Public Administration, v.83, n. 1, p. 221-232, March, 2005



**Karrario Ferreira da Silva:** Graduado em Ciências Contábeis, Mestre em Ciências Contábeis. Filiação: Neusa Maria da Silva. Admarino Ferreira da Silva. Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo IEPO-TO.



**Jonatas Soares Araújo:** Graduado em ciências contábeis, Mestre em ciências contábeis. Filiação: Antonio Baima Soares e Bernarda Soares Araújo. Professor da Universidade Federal do Tocantins UFT.



**Fábio dos Santos Barros:** Graduado em ciências contábeis. Filiação: Ronaldo Costa Barrose e Nalii Santos da Silva.



# Covid-19 e medidas de restrição fiscal: “austeridade cura? Austeridade mata?”

“Austeridade cura? Austeridade mata?”. Esse é o título de um livro com mais de 80 artigos de pesquisadores tratando sobre austeridade ou medidas de restrição fiscal (ajustes fiscais). As lições saem da literatura para a prática. E hoje, com a pandemia da Covid-19, a Europa atestou que AUSTERIDADE MATA!

A presidente da Comissão da União Europeia (UE), Ursula Von der Leyen, anunciou, em função do Covid-19, a suspensão das regras de austeridade fiscal. Assim, a comissão da UE (União Europeia) aplicou a cláusula de salvaguarda do Pacto de Estabilidade, que permitirá aos governos injetarem dinheiro no sistema pelo tempo que for necessário. Uma decisão sem precedentes<sup>2</sup>.

As políticas de austeridade são instrumentos justificados pelas crises para, por meio delas, obrigar os cidadãos a pagarem as dívidas do capital financeiro, desmontando o Estado social pela diminuição da produção, aumento do desemprego, baixa dos salários reais e redução dos direitos sociais, sufocando os sistemas públicos de seguridade social.

Com efeito, o pacto orçamental autoriza, em tempos de normalidade, medidas decisórias pela Comissão Europeia ou

pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, sem a intervenção dos parlamentos e dos sistemas judiciários nacionais, o que reflete um verdadeiro desvirtuamento do poder democrático local. Dito de outra forma, as decisões são tomadas fora do escopo das escolhas feitas pelos cidadãos para alguma mudança política no âmbito local.

No entanto, com o Covid-19, o mundo entrou em uma crise financeira para combater o vírus e manter as medidas sanitárias necessárias para salvar vidas, ao mesmo tempo que necessita minimizar as perdas e redução da atividade econômica, com consequente queda do PIB, emprego, recessão e até depressões econômicas.

Nesse sentido, o papel do Estado está sendo fundamental no combate à crise, sendo necessário o abandono das medidas restritivas de austeridade para provocar estímulos fiscais, como está acontecendo em todo o mundo, a exemplo da Espanha, onde o governo anunciou medidas fiscais e creditícias na ordem de 200 bilhões de euros; nos EUA o pacote de medidas anunciadas ultrapassa US\$1 trilhão; na Alemanha foram acionados os bancos de desenvolvimentos para empréstimos; no Reino Unido o pacote de estímulo soma 30 bilhões de libras e 330 bilhões em garantias de empréstimos para

empresas; entre outras medidas fiscais, monetárias e financeiras propostas pelos Estados nacionais.

Esta é uma lição ao Brasil, que poderia rever a política econômica radical de austeridade fiscal, que vem aplicando, revendo o “Teto dos Gastos”, PEC emergencial, entre outras medidas de restrição, assim como o papel do Estado na economia, peça fundamental ao desenvolvimento econômico e social.

Mais especificamente quanto ao novo regime fiscal vigente (teto dos gastos), após 4 anos de aprovação da emenda constitucional, é possível fazermos uma análise sucinta dessa medida. Diminuíram os direitos sociais da Educação e Saúde, que já eram escassos. Claro que isso ia acontecer. É insano congelar os gastos públicos por 20 anos. Ademais, somente as despesas sociais estão sujeitas ao teto, deixando livre as despesas financeiras, desprezando os ciclos econômicos, sem válvulas de escape, inclusive forçando disputas entre poderes no orçamento, sobrou, certamente, para os gastos com menos mobilização e força, como os sociais. Não deu certo em país nenhum e os que fizeram tal controle incluíram os gastos financeiros, além, sobretudo, de ser inconstitucional o Novo Regime fiscal, por atentar contra as cláusulas pétreas dos direitos fundamentais da Educação e Saúde.



Diante desse e de outros exemplos, vimos que chegou o momento de acabar com a fase de negação e passarmos para fase de aceitação. A crise do coronavírus permitiu mostrar a importância do Estado com medidas de estímulo fiscal, injetando recursos, garantindo renda mínima ao cidadão, promovendo gastos na saúde e pesquisas, valorizando os bancos estatais de desenvolvimento. É possível e necessária uma relação simbiótica e não parasitária entre Estado e Mercado. Uma relação na qual o Estado, além de garantir estímulos fiscais, possa ter um papel empreendedor – como bem analisado pela economista italiana Mariana Mazzucato<sup>3</sup> – auxiliando o setor privado a encontrar novas oportunidades rentáveis que contribuam ao desenvolvimento, por meio da indução à inovação e à criação de produtos complexos, somado à participação das universidades nas pesquisas a fim de criar e disseminar conhecimento. Mazzucato afirma que receitas como austeridade só prejudicam, pois não é o tamanho agregado do setor público que importa, mas a qualidade com que se está gastando, como um sistema de saúde eficiente, funcional, educação de qualidade e pesquisas inovadoras que possam contribuir para a formação de capital humano e tecnologias futuras.

Keynes já deixava sua lição desde o pós-segunda guerra, em que o Estado pode gerar déficit público, desde que seja um déficit para garantir o pleno emprego. Agora percebemos o quanto é desnecessário e fatal gerar um déficit para garantir o capital financeiro, em detrimento do capital produtivo, como acontece atualmente no Brasil e boa parte do mundo.

O resgate do keynesianismo, tão presente atualmente, nos remete ao livro de Robert Skidelsky<sup>4</sup>, cujo título

é extremamente sugestivo, “Keynes, o Regresso do Mestre” e que desenvolve três ideias de Keynes particularmente relevantes: a primeira é a de que o futuro é imprevisível, assim como as crises econômicas, sobretudo as que têm origem no sistema financeiro. Portanto, não são fatores externos que chocam contra mercados em lenta adaptação, mas, sim, parte do normal funcionamento do sistema dos mercados, sendo que, no nosso caso especificamente, a crise financeira está sendo originada pelo avanço da pandemia mundial. A segunda ideia de Keynes é a de que as economias atingidas por estes “choques” podem manter-se em depressão durante muito tempo, caso sejam deixadas isoladas; é por isso que os governos precisam ter – e usar – Munições Fiscais, a fim de impedir que uma crise financeira chegue a depressão econômica. A terceira, e talvez a mais importante, é uma crítica moral das sociedades que buscam a obtenção de dinheiro e eficácia a qualquer custo e acima de todos os outros objetivos da sobrevivência humana.

Não que sejamos contrários a algumas medidas de restrição, sim, é possível, mas dentro de uma verdadeira responsabilidade fiscal, que garanta

o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a progressão social e, não, de um falso discurso de “eficiência” e “equilíbrio fiscal”, com a finalidade única e exclusiva de redução dos direitos sociais para manutenção do capital financeiro.

Nesse momento de crise econômica e da saúde pela qual o mundo e o Brasil estão passando, refletimos os questionamentos trazidos por Tony Judt em seu livro “Pensar o Século XXI”<sup>5</sup>: “O século XX não foi necessariamente como nos ensinaram a vê-lo. Não foi, ou não foi somente a grande batalha entre a democracia e o fascismo, ou do comunismo contra o fascismo, ou da liberdade contra o totalitarismo. A minha ideia é que, na maior parte do século, estivemos envolvidos em debates implícitos ou explícitos sobre a ascensão do Estado. Que espécie de Estado queriam as pessoas livres? Que preço estavam dispostas a pagar por ele e que propósitos queriam que ele servisse?”. E hoje de maneira urgente e necessária precisamos rever o debate da ascensão do Estado. Assim volto à pergunta para nossa reflexão aqui no Brasil: Que espécie de Estado você quer? Quanto estamos dispostos a pagar por esse Estado? A quais propósitos queremos que ele sirva?

#### REFERÊNCIAS

Coronavirus. L'Union européenne annonce une suspension inédite des règles de discipline budgétaire. ouest-france. Disponível em: <https://www.ouest-france.fr/sante/virus/coronavirus/coronavirus-l-union-europeenne-annonce-une-suspension-inedite-des-regles-de-discipline-budgetaire-6787069>. Acessado em: 21.03.2020.

JUDT, Tony. Pensar o século XX. Lisboa: edições 70, 2012.

MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

SKIDELSKY, Robert. Keynes: o regresso do mestre. Tradução: Sónia Oliveira. Alfragide: Leya, 2010.



**Willame Parente Mazza:** Pós-doutor em Direito (Universidad de Sevilla - ES), é doutor em Direito Público (Unisinos-RS). Mestre em Direito Econômico e Tributário (UCB-DF), é professor de Direito Financeiro e Tributário (Uespi) e auditor fiscal da Sefaz-PI.



# Impactos da retração econômica nos indicadores financeiros da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

**R**esumo: A previdência complementar surgiu como alternativa de complemento ao benefício oferecido pelo plano de previdência oficial, tornando-se, dessa maneira, uma possibilidade de investimento que proporcione no futuro garantia de uma vida mais estável em um momento mais sensível, que é a fase da aposentadoria. Para tanto, foi elaborado este trabalho a fim de identificar os impactos da retração econômica nos indicadores financeiros da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, no período de 2014 a 2017. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva, cujos dados foram extraídos do Balanço Patrimonial, examinado por meio da ferramenta Microsoft Excel, em seguida

foram estabelecidos a criação e teste de índices mediante legislação específica as fundações - NBC ITG 2001, que estão inseridas no Terceiro Setor. Realizaram-se ainda a análise estatística descritiva e análise de correlação de Pearson, com suporte do software SPSS versão 20. Com o alcance dos principais resultados, revelou-se a abordagem no entendimento da Entidade Fechada de Previdência Complementar e suas principais características. Além da pesquisa, mostra que alguns índices, quando são alterados, impactam diretamente outros indicadores de forma positiva ou negativa. Mostrou ainda que não é possível apresentar resultado totalmente

satisfatório, tendo em vista a necessidade de análise de diversos fatores que possam modificar os resultados da empresa, pois a limitação de análise ocorreu por acontecer em apenas uma fundação. Contudo, a presente pesquisa contribui para o âmbito acadêmico e prático, pois retratou um tema pouco explorado, servindo, deste modo, de base para pesquisas futuras, podendo essas serem mais aprofundadas.

Palavras-chave: Previdência Complementar. ITG 2001. Indicadores.

## INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis refere-se a um mecanismo que inicialmente surgiu com o intuito dos tomadores de



decisão identificar se a empresa que estivesse solicitando capital teria condições de devolver aquele recurso no futuro. Ela também proporciona avaliar a atuação da gestão e sua administração, tendo em vista mostrar como anda a situação econômico-financeira da entidade.

De modo geral, tal técnica coopera para a verificabilidade de dados demonstrados ou disponibilizados e que ajuda na conclusão das condições da empresa, assim como sua situação patrimonial. Além disso, proporciona aos usuários internos aumentar ou reduzir investimentos, aumentar o capital ou tomar recursos por meio de empréstimos, expandir ou reduzir as operações, entre outros. Para os usuários externos, serve como uma ferramenta para decidir se irá conceder, ou não, empréstimo; avaliar a concessão, ou não, de crédito; adquirir, ou não, controle acionário; investir, ou não, em ações na bolsa de valores.

Diante desse apanhamento, verifica-se que a análise das demonstrações contábeis pode contribuir com informações para os mais variados tipos de usuários e qualquer tipo de entidade, seja do Primeiro Setor (governo), Segundo Setor (empresas) ou Terceiro Setor (organizações sem finalidade de lucros). No que tange às entidades fechadas de previdência complementar, serve como meio de constatar se os recursos oriundos dos seus investimentos estão trazendo resultados sociais para o público a que elas se destinam, nesse caso, os assistidos.

Levando em consideração que o Terceiro Setor é composto por vários tipos de entidades sem fins lucrativas e que contabilmente existem instrumentos normativos que orientam como tais entidades devem elaborar seus demonstrativos, a construção e divulgação desses relatórios, indicam transparência

sobre o desempenho que tal organização pode estar obtendo ao longo de sua operação.

Tendo em vista que as entidades fechadas de previdência complementar referem-se a entidades sem fins lucrativos, essas são constituídas com objetivos específicos e capazes de indicar patrimônio no momento da sua Escrituração Pública, por isso, precisam apresentar os resultados que estão obtendo com o seu funcionamento. Diante do exposto, este estudo visa responder à seguinte questão-problema: Quais os impactos da retração econômica

conhecida como Nova Matriz Econômica (MNE), que reduziu a produtividade da economia brasileira, e, com isso, o produto potencial. A profundidade da recessão e suas particularidades em relação a outros ciclos de retração, como o endividamento de empresas e famílias, ajudam a explicar o ritmo que tem efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos.

Segundo Barbosa Filho (2017, p.51):

Os conflitos de demanda são divididos em três grupos. O primeiro engloba o



**Para os usuários externos, serve como uma ferramenta para decidir se irá conceder, ou não, empréstimo; avaliar a concessão, ou não, de crédito; adquirir, ou não, controle acionário; investir, ou não, em ações na bolsa de valores.**



nos indicadores financeiros da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social? Em busca de responder ao questionamento proposto, este estudo tem o objetivo de identificar os impactos da retração econômica nos indicadores financeiros da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social.

O Brasil, segundo Barbosa Filho (2017, p. 51) encontra-se com a economia "rigorosamente em recessão desde o segundo trimestre de 2014, com base no Comitê de Datação do Ciclo Econômico (Codace) da Fundação Getúlio Vargas. O produto per capita brasileiro caiu cerca de 9% entre 2014 e 2016". A crise é o resultado de conflitos de oferta e de demanda. A partir de 2011/2012 foi adotado um conjunto de políticas que ficou

esgotamento da NME a partir do final de 2014. O segundo conflito seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015. O terceiro foi à correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central. Além disso, a consolidação fiscal tentada no ano de 2015 possui impacto menor sobre essa recessão devido à sua baixa magnitude e duração (BARBOSA FILHO, 2017, p. 51).

Além dos conflitos que impactam a economia a quantidade de número de pessoas no setor privado sem carteira assinada cresceu 4,7% em comparação ao trimestre anterior, atingindo a 11,5 milhões de cidadãos. Em relação ao mesmo



período do ano anterior, a alta foi de 5,5%, crescimento estimado de 601 mil pessoas. No entanto, os trabalhadores por conta própria aumentaram em 1,9%, totalizando 23,5 milhões de cidadãos (432 mil mais que no trimestre anterior). Isso mostra que a produção de emprego no Brasil caiu, impulsionando assim o crescimento do emprego informal, que acaba afetando as contas da previdência social. Ficando a taxa de pessoas com carteira assinada praticamente estável em comparação ao trimestre anterior (IBGE, 2018).

Portanto, a reforma da Previdência foi exposta como inevitável e de grande

do país diminuir, a reforma começou a ser pensada diante do crescimento das despesas do INSS, sobretudo porque agora há um teto para o gasto público. Em 2016, o regime geral contabilizou despesa total de R\$507,8 bilhões, promovendo déficit de R\$151,9 bilhões. Diante disso, as previdências privadas aparecem como alternativa para o complemento da renda, sendo imprescindível a busca por outros tipos de investimentos. Segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), somente no primeiro trimestre do ano de 2016 o setor cresceu 5,7% em relação ao mesmo período de 2015 e sua arrecadação foi

possa guiar para nova discussão sobre as estratégias e mensuração que deverão ser traçadas para conseguir destacar-se diante do tempo de recessão econômica.

Este estudo se divide em cinco seções, sendo a primeira a introdução, por meio da qual são apresentados os elementos essenciais que esclarecem à pesquisa, tal como objetivos, questão-problema, justificativa e suas respectivas contribuições. Em sequência tem-se a fundamentação teórica, dividida em quatro subcapítulos, a saber: análise convencional das demonstrações contábeis; contabilidade para entidades fechadas de previdência complementar; o papel das entidades fechadas de previdência complementar como entidade sem fins lucrativos; e, estudos anteriores sobre desempenho econômico de entidades fechadas de previdência complementar. A terceira seção conta com a metodologia, passos que possibilitaram a execução do estudo, sendo os resultados expostos no quarto capítulo. A última seção conta com a conclusão, limitação e sugestões de pesquisas futuras.

“ Para os usuários externos, serve como A terceira seção conta com a metodologia, passos que possibilitaram a execução do estudo, sendo os resultados expostos no quarto capítulo. A última seção conta com a conclusão, limitação e sugestões de pesquisas futuras. ”

importância pela equipe econômica para reequilíbrio das contas públicas. Isso se deu após a PEC 287 ser aprovada na Câmara, contudo precisa passar por duas votações no Senado, com votos de 49 dos 81 senadores em ambas, podendo sofrer alteração por ainda se encontrar em votação. Os principais pontos da reforma são: idade mínima para se aposentar: 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres); tempo mínimo de contribuição: 15 anos no regime geral (INSS) e 25 anos para servidores; 40 anos de trabalho para chegar a 100% do valor; nada muda para quem já tem tempo para se aposentar pelas regras atuais (UOL, 2017).

Diante da reformulação das regras e com a tendência da Previdência Social

de R\$21,5 bilhões. Esse aumento na procura pela previdência complementar tem mostrado que os trabalhadores estão mais preocupados com o futuro (EXTRA. GLOBO, 2016).

Desse apanhamento, este estudo se justifica por mostrar como uma entidade de previdência complementar vem se comportando econômica e financeiramente após o ingresso do país à crise, bem como identificar se houve modificações no seu patrimônio e volume de assegurados após as mudanças que ocorreram com a previdência social. Sendo assim, espera-se que o trabalho acadêmico contribuía trazendo entendimento do comportamento da EFPC diante da crise vivenciada no período de estudo, e

## REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ANÁLISE CONVENCIONAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para Iudícibus (2009), a importância da moderna análise de balanços é notada desde a segunda metade do século passado. Verificar o relacionamento entre as importâncias a receber e a pagar de cada item a fim de determinar com mais fundamento o risco envolvido em conceder empréstimos à entidade. Logo, a análise das demonstrações contábeis permite que a empresa compare valores obtidos em determinado período, relacionando-o com valores atingidos em períodos anteriores com o objetivo de prover informações sobre a posição patrimonial e financeira,

o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade.

Quando é analisado o total de uma conta ou grupo de conta de maneira isolada, tal procedimento não reflete uma relevância, nem o comportamento em longo prazo, mas, quando observada de forma comparativa, a análise pode mostrar dados que permitirá subsidiar informações mais relevantes para a tomada de decisão, isso também em longo prazo (ASSAF NETO, 2012).

Desse modo, pode-se dizer que o critério básico para nortear a análise de balanço é a comparação. Logo, esse processo de comparação dos valores entre si e com outros diferentes períodos é indispensável, e sua representação é feita pela análise horizontal e vertical. Para Assaf Neto (2012):

A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices, sendo seus cálculos processados de acordo com seguinte expressão:  $\text{Número-Índice} = \text{Vd} \times 100 / \text{Vb}$ . (ASSAF NETO, 2012, p. 106).

Iudícibus (2009) diz ainda que: "a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos balanços e das demonstrações de resultados através dos períodos, a fim de caracterizar tendências". Essas tendências podem ser afetadas e um fator influenciador para o processo evolutivo horizontalmente dos índices é inflação, que pode mudar o desempenho desses índices de maneira ponderável.

Na análise vertical, a determinante vantagem é a fácil comparação de balanços, demonstrações de resultados, relatórios. Também conhecida como análise de estrutura, permite avaliar sua evolução no tempo, como uma ferramenta que visualiza as mudanças anuais relativas dentro de uma empresa. Nesse sentido, Assaf Neto (2012) aponta que "a análise vertical é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim de ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo".

Complementarmente, Assaf Neto (2012) afirma que, dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode-se apurar facilmente a participação relativa de cada item contábil no ativo, no passivo

ou nas demonstrações de resultados, mostrando, dessa forma, o destaque de cada conta. Para isso, o cálculo pode ser realizado mediante a fórmula:  $\text{Conta (ou grupo de contas)} \times 100 / \text{Ativo (ou Passivo)}$ .

As análises horizontais e verticais são muito importantes como etapa preparatória à análise por quocientes propriamente dita. Todavia, é necessário ter em mente que algumas análises verticais já representam quocientes (IUDÍCIBUS, 2009). A análise correta dos dados proporciona aos administradores avaliarem a situação econômico-financeira, além de corrigir possíveis falhas que impactará o futuro; aos investidores a segurança do retorno daquilo que foi investido e confiabilidade diante do mercado.

Outra forma de realizar análise econômico-financeira é a análise por índices. Por sua vez, consiste em estabelecer uma "razão" entre duas ou mais quantidades monetárias ou físicas (BRAGA, 2012). Em tempo, Braga (2012) ainda ressalta a utilização significativa da análise por índice ou quociente porque mostra a relação importante entre os vários grupamentos patrimoniais e dos componentes do resultado do exercício. Os cálculos visam





novas informações ou informações com enfoque diferente, de modo que seja útil a tomada de decisão e o entendimento da real situação de uma entidade, principalmente em seus aspectos patrimoniais, financeiros e econômicos.

Conforme Silva (2012), a análise por índice, para ser bem avaliada, deve ser confrontada com outras informações identificadas no segmento econômico onde a empresa está inserida, possibilitando, dessa forma, uma visão ampla da situação da empresa. Silva (2012) ainda classifica a análise por índice em dois grandes grupos: Indicadores de Atividade/Rotatividade

e Indicadores Financeiros, listados no Quadro 1.

A análise das demonstrações contábeis pode ser aplicada a todo tipo de entidade, a saber: empresas de grande porte; pequenas e médias e de empresas; entidades públicas, as diversas entidades que contemplam o Terceiro Setor, as quais não têm fins lucrativos, incluindo assim, as entidades fechadas de previdência complementar, que possui um conjunto de demonstrações contábeis que apresenta estrutura diferente das demais, fator que deve ser levado em consideração para estabelecer índices a serem utilizados no

processo de análise, sendo tal estrutura exposta no próximo módulo.

## 2.2 CONTABILIDADE PARA ENTIDADE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Previdência Social foi institucionalizada no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de proteção à pessoa humana, visando minimizar as contingências sociais que impossibilitam o sustento próprio e de sua família, como exemplo: doenças, invalidez, velhices, acidente de trabalho ou, até mesmo, morte.

Quadro 1 - Principais indicadores convencionais.

Indicadores de Atividade/Rotatividade		
Indicadores de Atividade/Rotatividade	Prazo Médio de Rotação dos Estoques (PMRE)	
	Prazo Médio de Recebimento das Vendas (PMRV)	
	Prazo Médio de Pagamentos as Compras (PMPC)	
	Identificação dos Dias Financiados (Clico Operacional x Ciclo Financeiro)	
Indicadores Financeiros		
Situação Financeira, Econômica e Patrimonial.	Liquidez	Liquidez Imediata Liquidez Geral Liquidez Corrente Liquidez Seca
	Estrutura de Capital	Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento) Composição de Endividamento Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido Grau de Imobilização dos Recursos não Correntes
	Rentabilidade	Giro do Ativo Margem Líquida Rentabilidade ou Retorno do Ativo (ROI/ROA) Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)

Fonte: Silva (2012).



Conforme o Decreto Legislativo n.º 4.682/1923, chamado de Lei Eloy Chaves, foi a abertura para criação de uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados em empresas de estrada de ferro. Segundo Esteves (2006), na década de 30 os benefícios sociais foram estendidos a outros trabalhadores, porém, foi somente a partir de 1960, com a criação da Lei Orgânica de Previdência Social (Lops), que a legislação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões começou a ser unificada. Em 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que reuniu os institutos de aposentadoria existentes na época. Com a evolução das necessidades sociais, a legislação continuou a ser aperfeiçoada e, atualmente, o sistema previdenciário brasileiro é estruturado em três regimes, conforme Figura 1.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) possui caráter contributivo e de filiação obrigatória com abrangência a todo tipo de trabalhador. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é semelhante ao RGPS referente ao

## Quadro 2 – Tipos de Planos de Benefícios.

TIPOS DE PLANOS DE BENEFÍCIOS	
<b>Contribuição definida (CD)</b>	<b>Decide-se o benefício futuro, indicando a contribuição mensal realizada, deste modo o benefício do participante é definido no momento da aposentadoria, com base no montante de recursos que o participante tenha contribuído durante o período que trabalhou.</b>
<b>Benefício Definido (BD)</b>	<b>O valor do benefício do participante é decidido no momento de sua adesão e suas contribuições vão variar à medida de sua vida de trabalho para alcançarem o valor estipulado inicialmente</b>
<b>Contribuição Variável (CV)</b>	<b>A contribuição variável tem características dos planos CD e BD. O mais comum é aquele em que os benefícios programados, na fase de acumulação ou na fase da atividade, tenham características de contas individuais e na fase de inatividade tenham características de rendas vitalícias.</b>

Fonte: Silva (2012).

cálculo da aplicação do percentual sobre a remuneração do contribuinte. Já o Regime de Previdência Complementar (RPC) tem o objetivo de acrescentar a outra não podendo ser obrigatória.

A Previdência Complementar foi consolidada como o marco regulatório da Previdência Complementar no Brasil, por meio da Lei n.º 6.435/1977

e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 81.240/1978, que se originou da necessidade de se efetivar uma concentração normativa e canalizar a poupança previdenciária ao desenvolvimento do mercado de capitais no País e reger mais eficazmente o funcionamento de algumas entidades fechadas de previdência já existentes. Em 30 de maio de 2001, foi sancionada a Lei Complementar n.º 109, que revogou a Lei n.º 6.435/1977 e passou a conduzir a atividade e o avanço do sistema de Previdência Privada no Brasil. O Regime de Previdência Complementar (RPC) é operacionalizado pelas entidades de previdência complementar, as quais podem ser classificadas como: Abertas e Fechadas, visando garantir no futuro uma aposentadoria complementar ao trabalhador. Para entidades fechadas, os valores dos benefícios são aplicados com base em cálculos atuariais. Os Planos de Benefícios oferecidos pelas EFPC podem ser de três tipos, definidos no Quadro 2.

Planos de benefícios é o conjunto de regras definidoras de benefícios

Figura 1 – Sistema Previdenciário Brasileiro.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do site da Previdência Social.

de caráter previdenciário, bem como das relações jurídicas estabelecidas entre Participantes, Patrocinadores ou Instituidores e a Entidade, comum à totalidade das pessoas que a ele aderem. Por meio de um regulamento, chamado de contrato de natureza civil, nele deve está expresso os direitos e obrigações da entidade, Patrocinadores, Participantes e Assistidos (Abraap).

O número de EFPC que integram o sistema de previdência complementar fechado chega a mais de 300, e administram aproximadamente 1.100 planos, oferecendo proteção previdenciária a cerca de seis milhões de brasileiros, entre participantes ativos, inativos e assistidos (Previc).

A supervisão e fiscalização do sistema de previdência complementar que assume o papel de regulamentar e controlar as atividades das EPC, são dois: Para as abertas, é a Superintendência de Seguros Privados (Susep), que é ligada ao Ministério da Fazenda e, para as fechadas, é a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), sendo vinculada ao Ministério da Previdência Social, que em conformidade com a Lei n.º 12.154, de 23 de dezembro de 2009, foi criada conforme disposto em seu artigo abaixo:

Art. 1º Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.

Parágrafo único. A Previc atuará como entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução

das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

E de acordo com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a previdência complementar fechada integra o sistema de previdência social brasileiro e constitui importante instrumento de proteção adicional ao trabalhador e mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, necessário para ampliar a capacidade de investimento do país e diversificar as fontes de financiamento do crescimento econômico.

As EFPC são mantidas pelas contribuições do empregador e do empregado, que são vertidas aos respectivos planos de benefícios, para serem investidos e retornarem, na forma de renda,

ao empregado no momento da aposentadoria. Quando os fundos são oferecidos por associações ou entidades de classe, o processo ocorre da mesma maneira, mas as contribuições serão feitas apenas pelos associados. (PREVIC).

Logo, no que tange às entidades fechadas de previdência complementar, sua regência é documentada legalmente por meio da Resolução CFC n.º 1.329/2011, que alterou a sigla e a numeração da Norma de NBC TE 11 para ITG 2001. Resolução CFC n.º 1.272/2010, que aprova a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar e que dita como tais demonstrações devem ser estruturadas. As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas são detalhadas na Figura 2.

Observando a Figura 2, nota-se que é necessário determinar critérios e procedimentos específicos na

**Figura 2 – Demonstrações contábeis exigidas no Brasil para EFPC.**

Balço Patrimonial	• Deve representar de forma quantitativa e qualitativa a posição financeira e patrimonial da empresa, a qual é composta por bens, direitos e obrigações em um determinado momento.
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) consolidada	• Destina-se à evidenciación das alterações do ativo líquido da EFPC, no exercício a que se referir.
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefício	• Destina-se à evidenciación das alterações do ativo líquido do plano de benefícios, no exercício a que se referir.
Demonstração do Ativo Líquido (DAL)	• Destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, no exercício a que se referir.
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada	• Explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterações do fundo administrativo.
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios	• Explica a atividade administrativa da EFPC, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando as alterações do fundo administrativo do plano de benefício.
Demonstração das Obrigações Atuais do Plano de Benefícios (DOAP)	• Destina-se a evidenciar as alterações do patrimônio de cobertura do plano.
Notas Explicativas	• Integrante das demonstrações contábeis e devem divulgar as informações necessárias à adequada compreensão dos respectivos demonstrativos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020) a partir de ITG 2001 (2010) e Silva (2012).



estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como, metodologia para notas explicativas, por se tratar de entidade sem fim lucrativo, no entanto, é fundamental a apresentação da situação econômico-financeira da entidade. Notando-se ainda que uma demonstração contábil constitui outra, partindo do balanço patrimonial, ajudando dessa forma a expor as informações exigidas para a tomada de decisão (ITG 2001, 2010). Diante disso, será exposto qual o papel da EFPC como entidade sem fins lucrativos.

### 2.3 O PAPEL DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR COMO ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

Segundo Paes (2010), o Terceiro Setor é o conjunto de organismos, organizações,

ou instituições sem fins lucrativos, dotados de autonomia e administração próprias que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil, visando o seu aperfeiçoamento.

Para Nunes (2002), esse segmento começa a ser descoberto por meio das Santas Casas e institutos beneficentes oriundos do forte espírito católico de nossos colonizadores que conduziu a caridade a uma diretriz corporativa que, logo depois, deu origem às organizações não governamentais que evoluíram e deixaram de ser meros instrumentos de reivindicações e protestos para executarem projetos sociais em parceria com o Poder Público. Complementarmente, Nunes (2002) define o Terceiro Setor como sendo "um conjunto de organizações de origem privada e finalidade não

lucrativa, cujo objetivo é promover o bem-estar social por meio de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania".

As EFPCs contribuem para a sociedade, garantindo o futuro e a segurança da família com uma renda adicional/complementar ao benefício da Previdência Social, mantendo um padrão de vida equivalente, ou melhor, ao da fase laborativa, ou, simplesmente, um padrão melhor do que se dependesse apenas do INSS. O sistema de EFPC é necessário para ampliar a capacidade de investimento do país e diversificar as fontes de financiamento do crescimento financeiro, mostrado no próximo item que retrata estudos anteriores sobre o desempenho econômico.

### 2.4 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE DESEMPENHO ECONÔMICO DE EN-

Quadro 3 - Estudos anteriores sobre desempenho econômico de EFPC

Autor/Ano	Objetivo	Principais Resultados
<b>Amaral et al. (2003)</b>	Estimar os retornos dos investimentos em renda variável e contratá-los com os respectivos retornos reais dos fundos de pensão.	Constatou-se que os investimentos em ações incorreram em retornos superiores aos esperados, gerando por um lado maior valor agregado ao fundo e, por outro, um incremento da poupança interna do país, respaldado pela aplicação de recursos no setor produtivo.
<b>Diniz e Corrar (2017)</b>	Medir e avaliar a eficiência e identificar os determinantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) no Brasil.	Os fundos de pensão maiores apresentaram um nível médio de eficiência significativamente superior aos dos menores. Já os fundos de pensão que são patrocinados pela iniciativa privada foram significativamente superiores aos dos fundos de pensão públicos fato que pode ser explicado pela teoria do agente.
<b>Fontes Filho e Rezende (2008)</b>	Apresentar uma discussão teórica a respeito da gestão de entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e sobre a gestão de desempenho das organizações no contexto brasileiro.	Do apanhamento literário, constatou-se que o BSC vem se destacando como uma modelagem que muito pode contribuir na gestão de EFPC.
<b>Oliveira e Pontes (2006)</b>	Averiguar a prática dos conceitos de controladoria no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) do Nordeste.	Constatou-se que, mesmo não contando com o órgão de controladoria na estrutura organizacional, as EFPCs implementam as fases do processo de gestão e direcionam as informações para os tomadores de decisão.
<b>Zorzi e Ensslin (2007)</b>	Construir um modelo de gestão para o setor de contabilidade de uma EFPC, visando contemplar as percepções dos diretores e funcionários do setor envolvidos na construção do modelo, a fim de apoiar a tomada de decisões e o auto-gerenciamiento desse setor.	Identificou-se os 27 critérios, o que estes iriam considerar e como seriam avaliados; demonstrou-se que o setor apresenta um desempenho de 46 pontos e propuseram-se ações de melhoria.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).



## TIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Estudos antecedentes sobre o desempenho econômico-financeiro de entidades de previdência complementar são raramente encontrados na literatura, mais ainda, quando essa busca ocorre com o intuito de obter indicadores. Sendo assim, o Quadro 3, apresenta alguns dos estudos que foram encontrados concernentes a temática da presente pesquisa.

Após esse apanhamento literário, seguiu-se para os aspectos metodológicos, os quais são expostos a seguir.

### METODOLOGIA

A tipologia de pesquisa trata-se do fragmento metodológico que busca apresentar os limites da pesquisa. Para o caso do estudo em destaque, a tipologia é exposta no Quadro 4.

Após expor a limitação da referida pesquisa, segue-se para a descrição da

entidade que passou pela análise. Para selecionar a entidade a ser investigada na presente pesquisa, adotou-se o critério de conveniência de acesso aos dados, sendo escolhida a Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, mais conhecida por Fachesf. Por sua vez, a entidade foi criada em 10 de abril de 1972 pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), sua patrocinadora, sendo uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos também denominados Fundo de Pensão. Administra planos de previdência para os empregados e aposentados da Chesf e da Fachesf, além de oferecer diversos outros serviços, tais como plano de saúde, seguro de vida e empréstimos.

Dentro do seu segmento, ocupa hoje a liderança em patrimônio nas regiões Norte e Nordeste e está entre as vinte maiores fundações do País, em um universo de mais de 369 entidades. Sua missão é contribuir para a qualidade de vida dos Participantes e Beneficiários, administrando e assegurando planos

previdenciários e serviços à saúde, tendo a visão de ser reconhecida como referência nacional na concepção e na administração de planos de previdência e na prestação de serviços de saúde e assistência social, ampliando o seu mercado de atuação.

Para desenvolver os indicadores a serem utilizados na presente pesquisa, realizou-se uma leitura exploratória da ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, a qual aborda sobre a estrutura das demonstrações contábeis voltada a esse tipo de entidade. Desse apanhamento, foi possível construir 7 (sete) indicadores, as quais são apresentados no Quadro 5.

Após estabelecer quais indicadores a serem utilizado na pesquisa, seguiu-se para a coleta de dados, extraído do Balanço Patrimonial no período de 2014 a 2017. Esse processo contou com o apoio de uma planilha de Excel.

Para o exame dos dados, aplicou-se o software SPSS versão 20, permitindo

Quadro 4 – Tipologia da pesquisa.

Critérios	Enquadramento da Pesquisa	Escopo
<b>Natureza dos dados</b>	Quantitativa	Enquadra-se como quantitativa tendo em vista trabalhar com dados numéricos.
<b>Natureza dos objetivos</b>	Exploratório-descritiva	Trata-se de uma pesquisa que aborda uma temática pouco explorada, cujos resultados foram evidenciados apenas de forma expositiva.
<b>Natureza da pesquisa</b>	Aplicada	Tendo em vista ser realizada em uma entidade real, cujos resultados podem contribuir no campo prático.
<b>Lógica da pesquisa</b>	Dedutiva	Classifica-se nessa posição em decorrência de se ter conhecimento acerca da situação econômico-financeira atualmente vivenciada pelo país.
<b>Periodicidade da coleta (Corte Temporal)</b>	Longitudinal 2014-2017	Os dados foram analisados, conjuntamente, ao longo dos últimos 4 anos que apresentaram demonstrações finalizadas.
<b>Modalidade</b>	Levantamento documental	Classifica-se nesse escopo, pois os dados demandados pelos indicadores precisaram ser retirados do conjunto de demonstrações contábeis da entidade objeto de análise.
<b>Análise de dados</b>	Estatística	Realizou-se a análise de correlação de Pearson nos índices, para investigação de correspondência entre os indicadores.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

## Quadro 5 - Indicadores criados e utilizados na pesquisa.

INDICES DE ESTRUTURA DE RECURSOS	
<b>Recursos dos Segurados Comprometidos</b>	<b>Objetivo</b>
$RSC = \frac{Passivo\ total}{Ativo\ total} \times 100$	Identificar o quanto de recursos dos segurados estão empregados e comprometidos com exigibilidades futuras.
<b>Aplicação do Capital Social</b>	<b>Objetivo</b>
$ACS = \frac{Patrimônio\ Social}{Ativo\ Total} \times 100$	Identificar o quanto dos recursos acumulados para aplicar nos planos estão distribuídos em ativos. Indica a participação que a sociedade tem com relação a todos os investimentos em ativos.
INDICES DE GESTÃO EXECUTADAS EM OPERACIONAL E CONTINGENCIAL	
<b>Aplicação em Atividades Operacionais</b>	<b>Objetivo</b>
$AAO = \frac{Exigível\ Operacional}{Patrimônio\ Social} \times 100$	Identificar o quanto do patrimônio social está comprometido com as atividades operacionais da entidade.
<b>Aplicações em Reservas Contingenciais</b>	<b>Objetivo</b>
$ARC = \frac{Exigível\ Contingencial}{Patrimônio\ Social} \times 100$	Identificar a quantidade do patrimônio da sociedade que está reservada para contingências.
INDICES DE GESTÃO EXECUTADAS	
<b>Aplicação em Previdência</b>	<b>Objetivo</b>
$AP = \frac{Gesto\ Previdencial\ (Ativo)}{Patrimônio\ Social} \times 100$	Percentual do patrimônio que esta destinada à previdência.
<b>Aplicação em Gestão Administrativa</b>	<b>Objetivo</b>
$AGA = \frac{Gesto\ Administrativa\ (Ativo)}{Patrimônio\ Social} \times 100$	Percentual do patrimônio que foi destinado à gestão administrativa.
<b>Aplicação em Investimento</b>	<b>Objetivo</b>
$AI = \frac{Investimentos\ (Ativo)}{Patrimônio\ Social} \times 100$	Percentual do patrimônio líquido que foi destinado a Investimentos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

assim alcançar a estatística descritiva e a correlação de Pearson. No que diz respeito à estatística descritiva, analisou-se a média, o número mínimo e número máximo de cada indicador para investigação de comparabilidade entre os números expressos. Em relação à análise de correlação de Pearson, primeiramente, foi realizado o teste não paramétrico Kolmogorov-Smirnov (K-S), necessário para observar se os dados estavam normalmente distribuídos. Como os dados apresentaram distribuição normal, portanto, adequados para passar pelo referido teste, prosseguiu-se com a correlação de Pearson, sendo esses resultados apresentados a seguir.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizado o levantamento dos dados, mediante a aplicação do Teste K-S e análise da estatística descritiva, observaram-se a distribuição normal dos dados, e subsequentemente o emprego da análise de correlação de Pearson, sendo os dados analisados de

forma conjunta entre o corte temporal (2014-2017), com o objetivo de verificar a situação econômico-financeira da empresa estudada, durante o período de crise. A estatística descritiva desses dados é apresentada na Tabela 1.

Verificando a Tabela 1, nota-se que no período de 2014-2017, os Recursos dos Segurados Comprometidos apresentaram

uma média de 5,28, evidenciando a empregabilidade e comprometimento dos recursos exigíveis no momento futuro, obtendo uma variação da mínima de 5,07 e máxima de 5,43.

Para a Aplicação do Capital Social, observou-se a média de 92,30, tendo o mínimo de 91,47 e máxima de 93,54. Na observação da Aplicação de Atividades Operacionais percebeu-se uma média de 1,20, com mínima de 0,32 e máxima 2,60, mostrando o quanto está aplicado nas atividades operacionais.

Considerando a Aplicação de Reserva para Contingência apreciamos a média de 4,51, a mínima 2,82 e máxima de 5,38, anunciando o quanto da aplicabilidade para a contingência. Pelos dados da Tabela 1, a Aplicação em Previdência apresenta a média de 5,09, mostrando assim o percentual do patrimônio que está destinada à previdência, destacando-se a mínima de 4,85 e máxima de 4,25.

Quanto à Aplicação em Gestão Administrativa revela a média de 0,1750, a mínima de 0,09 e máxima de 0,22, indicando o quantitativo atribuído à gestão administrativa. A Aplicação de

Tabela 1 - Estatística descritiva dos dados entre 2014-2017.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
RSC	4	5,07	5,43	5,2800	,17166
ACS	4	91,47	93,54	92,3025	1,00045
AAO	4	,32	2,60	1,2050	,97794
ARC	4	2,82	5,38	4,5175	1,15477
AP	4	4,85	5,25	5,0950	,18646
AGA	4	,09	,22	,1750	,05802
AI	4	99,91	100,78	100,3625	,36031

Fonte: Dados da pesquisa (2020).



Investimento obteve uma média de 100,36, mínimo de 99,91 e máximo de 100,78, este percentual denota o quanto do patrimônio líquido foi destinado a investimentos. Após a estatística descritiva, seguiu-se para a análise de correlação, apresentada na Tabela 2.

Examinando a Tabela 2, constatou-se que durante o período de 2014 a 2017, quando o indicador, Recursos dos Segurados Comprometidos sofre alteração, essa mudança interfere negativamente em -52,4% no indicador Aplicação do Capital Social e -60,3% no indicador Aplicação

de Atividades Operacionais. Para o índice Aplicações em Reservas Contingenciais, constatou-se ainda a interferência positiva em 69,8% e no índice Aplicação de Investimento essa positividade é de 72,9%.

**Tabela 2 - Análise de Correlação de Pearson para os dados de 2014-2017.**

		RSC	ACS	AAO	ARC	AP	AG A	AI
RSC	Pearson Correlation	1						
	Sig. (2-tailed)							
	Sum of Squares and Cross-products	,088						
	N	4						
ACS	Pearson Correlation	-,52	1					
	Sig. (2-tailed)	,476						
	Sum of Squares and Cross-products	-,27	3,003					
	N	4	4					
AAO	Pearson Correlation	-,60	,902	1				
	Sig. (2-tailed)	,397	,098					
	Sum of Squares and Cross-products	-,30	2,649	2,869				
	N	4	4	4				
ARC	Pearson Correlation	,698	-,901	-,992*	1			
	Sig. (2-tailed)	,302	,099	,008				
	Sum of Squares and Cross-products	,415	-3,12	-3,360	4,00			
	N	4	4	4	4			
ARC	Pearson Correlation	-,35	-,024	,408	-,402	1		
	Sig. (2-tailed)	,302	,099	,008				
	Sum of Squares and Cross-products	,415	-3,12	-3,360	4,00			
	N	4	4	4	4			
AP	Pearson Correlation	-,35	-,024	,408	-,402	1		
	Sig. (2-tailed)	,648	,976	,592	,598			
	Sum of Squares and Cross-products	-,03	-,013	,223	-,260	,104		
	N	4	4	4	4	4		
AGA	Pearson Correlation	,315	,413	,545	-,434	,324	1	
	Sig. (2-tailed)	,685	,587	,455	,566	,676		
	Sum of Squares and Cross-products	,009	,072	,093	-,087	,011	,010	
	N	4	4	4	4	4	4	
AI	Pearson Correlation	,729	-,397	-,727	,755	-,87	-,237	1
	Sig. (2-tailed)	,271	,603	,273	,245	,129	,763	
	Sum of Squares and Cross-products	,135	-,429	-,769	,942	-,17	-,015	,38
	N	4	4	4	4	4	4	4

\*\*. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Quando ao indicador Aplicação do Capital Social, verificou-se a intervenção positiva de 90,2% em relação ao índice Aplicação de Atividades Operacionais. Para o indicador Aplicações em Reservas Contingenciais notou-se a distorção negativa de -90,1%.

Analisando o indicador Aplicação de Atividades Operacionais, ele obteve uma intervenção desfavorável em -99,2% em relação ao índice Aplicações de Reservas Contingenciais e -72,7% no índice Aplicação de Investimento. Obteve-se ainda uma intervenção positiva em 54,5% em Aplicação de Previdência.

Quando ao indicador Aplicações em Reserva de Contingencia, verificou-se positivamente em 75,5% no indicador Aplicação de Investimento. Por fim, quando a modificação no indicador Aplicação em Previdência, observou-se essa modificação negativa em -87,1% no indicador Aplicação de Investimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou os impactos da retração econômica nos indicadores financeiros da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf), no período de 2014 a 2017. Para a produção dos dados necessários, aplicou-se uma pesquisa quantitativa e descritiva utilizando indicadores econômicos financeiros que foram investigados com suporte do software SPSS versão 20, possibilitando a aquisição da estatística descritiva e análise de correlação de Pearson dos dados da empresa analisada.



Nessa perspectiva, a análise mostra que houve insatisfação em alguns índices apresentados – é o que podemos observar no indicador de Recursos dos Segurados Comprometidos quando sofre alteração, essa mudança interfere negativamente no indicador Aplicação do Capital Social e no indicador Aplicação de Atividades Operacionais. Quanto ao indicador Aplicação do Capital Social, notou-se a distorção negativa em relação ao índice Aplicações em Reservas Contingenciais.

E, para o indicador Aplicação de Atividades Operacionais, ele obteve uma intervenção desfavorável em relação ao índice Aplicações de Reservas Contingenciais e ao índice Aplicação de Investimento; ele se destinou ao indicador Aplicação em Previdência, que operou negativamente no indicador Aplicação de Investimento.

O estudo limitou-se à análise de uma única empresa, sendo adotada a avaliação do período de 2014 a 2017, e que, portanto, não é possível apenas com essa limitação informar que a empresa apresentou resultados insatisfatórios, sendo necessário analisar outros fatores que possam modificar os resultados da empresa, tendo como limite também, durante a construção do trabalho, a

pouca exploração do tema abordado, dificultando o encontro de acervo específico.

Na sequência da presente pesquisa, observaram-se alguns aspectos que se mostraram pertinentes para abordagem mais detalhada. Para tanto, recomendam-se como estímulo para futuros estudos a qualidade das gestões dos fundos de pensões e a sua transparência aos assegurados.

A Postalis é o fundo de pensão dos funcionários dos Correios – o terceiro maior do país, com cerca de 130 mil participantes; foi alvo de investigação para apurar indícios de fraudes. O caso veio a público em 2014, chegou a ser investigado pela CPI dos Fundos de Pensão e foram abertos no Congresso processos movidos na Justiça do Brasil e dos EUA, pelo Postalis, contra os que administravam o fundo.

O processo foi instaurado em dezembro de 2015 para apuração das supostas fraudes cometidas por Fabrizio Neves, da Atlântica, contra um fundo de investimento, cujo único cotista era o Postalis. O fundo Brasil Sovereign II, administrado pela BNY Mellon e gerido pela Atlântica, tinha em sua carteira duas notas lastreadas em títulos emitidos pelos governos do Brasil, da Argentina, da Venezuela e da estatal do Petróleo Venezuelana. Os papéis estavam em custódia da corretora Tillerman Securities, sediada nas Bahamas.

Conforme relatório de acusação do processo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Atlântica informou à administradora BNY Mellon, em janeiro de 2012, valores errados para esses papéis. Ao solicitar documentos à instituição que emitiu as notas, o Banco UBS, a BNY Mellon descobriu que, em vez de US\$120 milhões informados, o valor somado de emissão dos dois papéis era de cerca de US\$41 milhões. A diferença entre os valores apresentados pela Atlântica ao BNY Mellon e aqueles informados pelo emissor, o UBS, seriam evidências de que o fundo pagou US\$79.048.500 a mais que o devido, um sobrepreço de 191,10%.



Neste caso, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou a Atlântica Administração de Recursos à multa de R\$111,4 milhões por operação fraudulenta, que causou prejuízo de US\$79 milhões (R\$250 milhões, câmbio de hoje) à Postalis (POSTALIS, 2017).

Diante disso, é importante para os assegurados o conhecimento da aplicação dos recursos de suas contribuições e o retorno dos investimentos realizados. Mas é de responsabilidade da administração prezar pela lisura dos procedimentos adotados, produzindo, dessa forma, transparência, clareza, coerência e credibilidade.

#### REFERÊNCIAS

- ABRAAP. Disponível em: <<http://www.abrapp.org.br/Paginas/Perguntas-Frequentes.aspx>>. Acessado em: 24 Out. 2018.
- AMARAL, Hudson et al. Fundos de Pensão como Formadores de Poupança Interna: uma Alternativa para o Financiamento da Atividade Econômica. RAC - Revista de Administração Contemporânea, ano 2004, v. 8, n. 2, Abr./Jun. 2004.
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Contábeis. Estrutura, análise e interpretação. 7ª Edição. São Paulo: Atlas. 2012.
- BRASIL. Lei nº. 12.154, de 23 de dezembro de 2009. Presidência da República: Casa Civil, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L12154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12154.htm)>. Acessado em 24 Ago. 2018.
- BRASIL. Lei nº. 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Presidência da República: Casa Civil, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1)>. Acessado em 15 Ago. 2018.
- DINIZ, Josedilton Alves; CORRAR, Luiz João. Avaliação da eficiência financeira de entidades fechadas de Previdência Complementar no Brasil. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 44-69, 2017.
- DUTRA, Bruno. Busca por previdência privada cresce na crise. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/busca-por-previdencia-privada-cresce-na-crise-19441170.html>>. Acessado em 11 Jul. 2018.
- FACHESF. Histórico. Disponível em: <<http://www.fachesf.com.br/a-fachesf/historico/#.W1j2jNJKjcc>>. Acessado em: 11 Jul. 2018.
- FONTES FILHO, Joaquim Rubens; REZENDE, José Francisco de Carvalho. Controle estratégico e mensuração da performance em fundos de pensão: um ensaio sobre as limitações e possibilidades metodológicas. RIC - Revista de Informação Contábil, ano 2008, v. 2, n. 1, p. 19-39, Jan-Mar/2008.
- GLOBO. Com crise política, governo já estuda alternativa à reforma da Previdência, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/com-crise-politica-governo-ja-estuda-alternativa-reforma-da-previdencia-21406067>>. Acessado em: 11 Jul. 2018.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanço. 10ª ed. São Paulo: Atlas. 2009.
- LTDA, Kerdna Produção Editorial. Associações e Fundações. Disponível em: <<http://terceiro-setor.info/associacoes-e-fundacoes.html>>. Acessado em 19 Jul. 2018.
- NOTÍCIAS. Agência IBGE. Informalidade puxa alta de 1,5% na ocupação no trimestre fechado em setembro. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22851-informalidade-puxa-alta-de-1-5-na-ocupacao-no-trimestre-fechado-em-setembro>>. Acessado em 31 de Out. de 2018.
- NUNES, Andrea Fernandes. Terceiro setor – fiscalização e outras formas de controle. Recife: Nossa Livraria, 2002.
- OLIVEIRA, Liliam; PONTES, Vera. O Papel da Controladoria nos Fundos de Pensão. Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 03, v.1, n. 5, p. 97-114, Jan./Jun., 2006.
- PAES, José Eduardo Sabo. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 7ª ed. – São Paulo: Forense, 2010.
- POSTALIS. CVM condena gestor a pagar multa por fraude contra o Postalis. 2017. Disponível em: <<http://www.postalis.org.br/cvm-condena-gestor-multa-fraude-contra-postalis/#.W9-FQJJKh1s>>. Acessado em 04 de Nov. de 2018.
- PREVIC. Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/sobre-o-setor>>. Acessado em 24 Ago. 2018.
- SILVA, Alexandre Alcantara. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 3ª Edição. São Paulo: Atlas. 2012.
- UOL. Previdência: Novo texto de reforma mantém idade mínima aprovada em comissão. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/11/22/reforma-da-previdencia-nova-proposta.htm>>. Acesso em: 23 de Set. de 2018.
- ZORZI, Adriane; ENSSLIN, Leonardo. Gestão do setor de contabilidade de uma entidade fechada de previdência complementar com base nas ferramentas BSC e MCDA-C. Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 4, v. 1, n. 7, p. 101-124, 2007.



**ÂNGELA ANDRADE DA SILVA:** *Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (FCHPE – SO-PECE). Graduada em Administração pela Faculdade Santa Helena (FSH).*



**ANDREZA CRISTIANE SILVA DE LIMA:** *Professora Substituta na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Mestre e Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).*



# Realização e amor pela Contabilidade

Por Victor Hugo

Acredito que não seja muito comum uma criança se interessar mais por estudos e brincar de “escolinha”, enquanto outras se divertem com brincadeiras dinâmicas e físicas, como aquelas tradicionais que já conhecemos bem. Essa inclinação e amor pelo conhecimento e fonte de aprendizado para outros foi se aprimorando na infância e creio que tenha servido de base para me tornar o que sou hoje.

Já no Ensino Médio surge uma nova etapa da vida, pois as inclinações da infância e da adolescência são deixadas de lado, e a vontade de trabalhar e seguir uma carreira profissional começa a nos perseguir. Apresenta-se, então, a grande dúvida: por qual caminho seguir?

No meu caso, essa dúvida foi sanada ainda bem cedo, quando tinha apenas

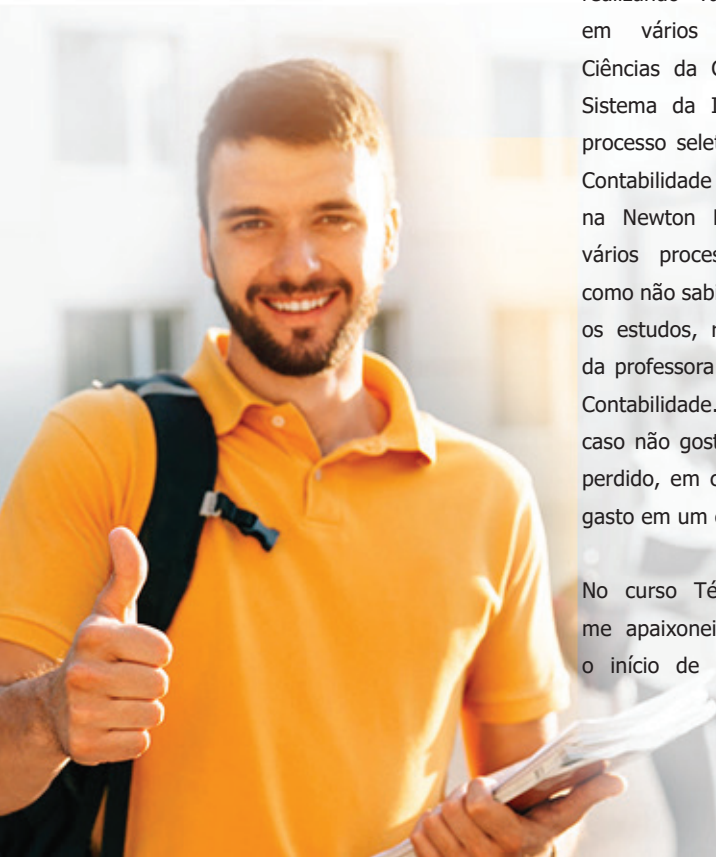
17 anos. Isso porque o Colégio Ordem e Progresso, escola onde cursei o Ensino Médio foi determinante para o início da carreira no curso de Ciências Contábeis.

No entanto, essa é uma das dúvidas que seguem a maioria dos jovens que estão se formando no Ensino Médio, que consiste em saber qual curso seguir no Ensino Superior. Mesmo estando certo do caminho que queria seguir, após a educação básica, ainda queria ser professor de Matemática, pois sempre me relacionei bem com meus professores, sendo que alguns foram determinantes na escolha desta carreira. Lembro-me da minha professora de Português, que sempre me questionava: “Menino, você quer ser professor? Uma profissão desvalorizada dessas? Faça outro curso, você é novo. Por que não faz um curso técnico?”. Mesmo assim, tentei ingressar em uma universidade, realizando vários processos seletivos em vários cursos naquele ano: Ciências da Computação, Matemática, Sistema da Informação e também o processo seletivo de curso Técnico em Contabilidade oferecido gratuitamente na Newton Paiva. Fui aprovado em vários processos universitários, mas como não sabia em qual curso continuar os estudos, resolvi seguir o conselho da professora e fiz o curso Técnico em Contabilidade. Meu pensamento foi que, caso não gostasse, seria menos tempo perdido, em comparação com o tempo gasto em um curso de Ensino Superior.

No curso Técnico em Contabilidade, me apaixonei pela área. O curso foi o início de longos estudos na área

contábil, pois aprendi as noções fundamentais de Contabilidade. Como consequência, consegui dois estágios em dois escritórios de contabilidade em Belo Horizonte, onde aprendi toda a prática contábil. Finalizei o curso e ingressei na PUC Minas, instituição onde cursei o bacharelado em Ciências Contábeis. Como os escritórios de contabilidade eram de pequeno porte, ingressei-me como analista contábil na Cardoso Organização Contábil, escritório situado também em Belo Horizonte. Nessa empresa, conheci o sócio Ramon Cardoso, amigo com quem muito aprendi e continuo aprendendo.

Apesar de aprender e crescer cada dia mais na profissão contábil, seguir a carreira docente ainda me despertava bastante interesse e minha trajetória na PUC Minas retomou esse desejo. Como já era técnico em contabilidade, no segundo período fui monitor da disciplina de Introdução à Contabilidade e, na sequência, de Contabilidade Básica, disciplinas que monitorei por três anos. Nesse período, a professora Fátima Drumond incentivou-me a seguir a carreira acadêmica que tanto queria. Um obstáculo era ingressar no Mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sabia que publicar era essencial e me dediquei ao trabalho de conclusão de curso. Nesse processo, o maior desafio foi escrever sobre instrumentos financeiros. Meu orientador, professor Adalberto Pereira, foi muito importante nesses esclarecimentos. Em 2016, conquistei o prêmio de melhor monografia, na categoria financeira do XII Concurso





de Artigo e Monografia da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Brasil, Bolsa, Balcão – B3. No entanto, ainda precisava me esforçar para ingressar no Mestrado. Assim, consultei o lattes dos professores e conheci o professor Samuel Durso, que auxiliou em meu projeto de Mestrado e nas dúvidas de um curso muito diferenciado que já havia cursado. Assim, fiz o processo seletivo e ingressei no curso de mestrado. Como a dedicação era exclusiva, com muito apoio dos sócios, me desliguei da Cardoso Organização Contábil.

Em 2017, ingressei no curso de mestrado e cursei as disciplinas obrigatórias e optativas no primeiro ano de curso. As primeiras publicações vieram com os artigos produzidos para essas disciplinas. Atrélado a isso, recebi várias indicações para assumir a escrita de pequenas e médias empresas. Decidi, então, assumir mais um desafio em minha carreira profissional recente, foi o surgimento da VHC Organização Contábil. Enquanto cursava as disciplinas do Mestrado, novos clientes foram indicados, e a VHC Organização Contábil foi crescendo. Meus amigos Tássio Calais e Pablo Queiroz foram importantes nesse crescimento, pois auxiliaram nas rotinas do escritório. Nesse percurso, comecei a trabalhar com a professora doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha e tive acesso aos novos conceitos da área acadêmica. Aprendi a preparar aulas e a lecionar, acompanhando-a em suas aulas, e a escrever. Foi na dissertação que vi o importante papel de um orientador, pois me acompanhou em cada frase construída e, apesar de ser uma empreitada difícil, seu apoio e confiança me deixavam muito tranquilo. João Paulo Valadares e Alison Meurer foram amigos que também auxiliaram durante esta etapa.

No final do ano de 2019, participei de um processo seletivo para professor substituto do curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFMG e tive a oportunidade de ser convocado em 2020 para assumir uma vaga, neste tive o apoio do professor doutor Eduardo Mendes Nascimento, chefe do departamento de Ciências Contábeis da UFMG. Em 31/1/2020, defendi a dissertação de mestrado e, em março de 2020 iniciou-se meu contrato na UFMG. Nesse intervalo de tempo (fevereiro / 2020), fui chamado pelo Centro Universitário Unihorizontes para lecionar duas disciplinas. A coordenadora professora Liliane Drumond me apoiou imensamente nesse início de carreira. Além dela, o amigo professor Pedro Favarini, que conheci no dia da contratação, foi essencial para ingressar e iniciar as aulas no Unihorizontes. Enquanto todo turbilhão acontecia em minha vida acadêmica, a VHC Organização Contábil crescia ainda mais com novos clientes e parceiros, dia após dia.

Em meio a esse dilema profissional e acadêmico, atualmente acompanho as rotinas da VHC Organização Contábil, pois considero que a prática vivenciada, assim como a constante atualização da profissão é essencial na atualização do processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, as aulas práticas e cotidianas na UFMG e no Unihorizontes me proporcionaram formar novos profissionais, além de ser agente transformador de vidas por meio do ensino. No segundo semestre, ingressei-me no doutorado em Controladoria e Contabilidade. Nessa nova etapa, que estou cursando atualmente, tive o privilégio de continuar os trabalhos com a professora doutora Jacqueline Veneroso, minha orientadora. Para o

futuro, visualizei diversas interrogações, mas tenho a convicção de que a VHC Organização Contábil é de extrema importância para a área profissional, além da atualização das minhas aptidões docentes. Ademais, as aulas nas faculdades me permitem formar novos profissionais pelo dom de ensinar. Com o título de doutor, espero formar novos professores e profissionais contábeis que irão para o mercado de trabalho, podendo encontrar uma “VHC” para se identificarem na área. De uma coisa tenho certeza na vida, “viver é melhor que sonhar...”



**Victor Hugo:** *Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019), Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016). Possui curso de nível técnico em Contabilidade pelo Centro Universitário Newton Paiva (2012). Professor Substituto da Universidade Federal de Minas Gerais e da Unihorizontes (2019). Diretor da VHC Organização Contábil Ltda (2018). Atuou como Analista Contábil da empresa Cardoso Organização Contábil (2016) predominantemente na área Fiscal e Contábil. Atuou como Monitor das disciplinas de Contabilidade introdutória e básica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016). Tem interesse na área de pesquisa em Contabilidade Financeira, Tributária e Educação em Contabilidade.*

# Considerações sobre a prática contábil a partir do agir comunicativo na sociedade contemporânea

Por Prof. Rosely Machado e Prof. Fabio Vizeu Ferreira



**R**esumo: A incompreensibilidade nos relatórios contábeis pode gerar entendimento dúbio, causar prejuízos às organizações brasileiras, além de constituir terreno fértil para mascarar fraudes contábeis. Este estudo teve por objetivo principal analisar de que forma a ética discursiva pode ser uma referência para orientar os profissionais da contabilidade no exercício das suas práticas. Teve por iniciativa aplicar o conceito de ética

da teoria do Agir Comunicativo, proposta por Jürgen Habermas mediante uma lógica racional sobre a prática contábil. A pesquisa empírica classifica-se de natureza exploratória, abordagem qualitativa e análise descritiva do discurso. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas não estruturadas com 21 profissionais ativos ou que já exerceram atividades em órgãos regulamentadores da contabilidade. Os dados secundários

foram coletados por meio da consulta em documentos, resoluções e normas contábeis, além de matérias publicadas em jornais, revistas e portais da área. Para o tratamento dos dados, foram utilizadas a análise do discurso e a hermenêutica. Os resultados obtidos permitem afirmar que por meio da compreensão da ética discursiva habermasiana os profissionais da contabilidade podem contrapor ações estratégicas previamente



determinadas para distorcer a verdadeira identidade da Ciência Contábil. O discurso ético tem a possibilidade de garantir as solitudes nas práticas da contabilidade pela perspectiva de bloquear os problemas que surgem no contexto organizacional. Conclui-se que o agir comunicativo habermasiano, articulado por meio das pretensões dos critérios de validade, possui potencial significativo para oferecer recursos aos contadores para lidarem com os dilemas éticos do contexto organizacional e reconstruírem uma contabilidade autônoma.

Palavras-chave: Contabilidade; Ética Discursiva; Teoria do Agir Comunicativo; Análise do Discurso, Fraude.

## INTRODUÇÃO

Inúmeros conflitos éticos têm sido desencadeados na sociedade brasileira uma vez que pessoas expressam discursos baseados em falácias, concebidos na ação estratégica, ignorando afirmações éticas e esquecendo-se de colocar em prática costumes morais, habitualmente considerados como válidos para resguardar a conduta adequada dos demais seres humanos.

No âmbito da Contabilidade, os episódios de escândalos de dilemas éticos estão cada vez mais frequentes e têm demonstrado a falta de veracidade nos relatórios contábeis, causando quebra de confiança significativa. Todo este cenário contribui para o enforcement das incoerências sistêmicas do capitalismo brasileiro, que em determinadas conjunturas tenta negligenciar as doutrinas, e normas das práticas cotidianas da contabilidade para agir de acordo com a pressão exercida pelo processo competitivo globalizado.

Bayou, Reinstein e Williams (2011) advertem que a ideologia moderna, centrada na priorização do lucro e do interesse econômico privado, atingiu o pensamento contábil, induzindo-o a se tornar forte legitimador do padrão de decisão utilitarista e transformando-o em um discurso cada vez mais incoerente. Mas, a contabilidade deve representar fielmente a realidade econômica; apesar da descrença generalizada, ainda resta certa esperança com referência à ética contábil.

Os enunciados das práticas da contabilidade devem apresentar-se, de forma implícita e simétrica, pautados na verdade, sinceridade, legitimidade e, principalmente, na inteligibilidade "Se queremos uma profissão séria e valorizada, precisamos entender que as normas éticas servem como uma proteção ao exercício profissional e, não, como uma barreira para conquista de novos espaços" (COELHO; CASTRO; SOUZA, 2017).

A informação contábil é o substrato do discurso que anuncia o comportamento financeiro das organizações, ela está diretamente relacionada com a ética nos negócios.

O interesse em realizar essa investigação surgiu com o conhecimento das ideias, argumentos e sugestões apresentados nos trabalhos de diversos autores das áreas de contabilidade e de ética nos negócios, entre os quais se destacam Laughlin (1987, 2012); Arrington e Puxty (1991); Iudícibus; Martins e Carvalho (2005); Bayou; Reinstein e Williams (2011); Carnegie e Napier (2012); Vizeu (2015) e Vizeu; Macadar e Graeml (2016). Tais autores compartilham a preocupação com a ética nas organizações conectando-se decididamente a sociedade nas questões mais prementes na contemporaneidade.

Neste contexto, Laughlin (1987, 2012) acredita que a teoria de Habermas pode promover uma crítica das práticas da contabilidade, dando ênfase aos fenômenos sociais e técnicos que abrangem os sistemas contábeis, possibilitando a sua compreensão e mudança por meio do paradigma da linguagem. Portanto, se um ato de fala determinar-se para o êxito,

para intervenção eficaz do mundo empírico, trata-se do agir estratégico, no qual a força argumentativa e consensual da linguagem não é utilizada (ARAÚJO, 2001).

Por isso, a teoria habermasiana não se encontra na ação estratégica, "onde o interlocutor se preocupa com a orientação para o sucesso do ato de fala e, nessa preocupação, distorce sistematicamente a comunicação" (VIZEU, 2015, p. 199). Em outras palavras, o uso estratégico não gera entendimento nem acordo, uma vez que nesse contexto o falante não tem consciência de que, muitas vezes, ele age manipulando as informações, distorcendo a comunicação, porque o seu comportamento racional está voltado para os seus próprios interesses.

A teoria do Agir Comunicativo e do Conceito Derivado da Ética Discursiva, de Habermas (1987, 1989, 1991, 1992, 2002, 2012a, 2012b, 2014), pode ajudar a contabilidade a se libertar de afirmações conceituais duvidosas e de relatórios problemáticos, seja na perspectiva da linguagem técnica e da manipulação intencional da ambiguidade na legislação, seja pelos problemas éticos associados à área e à prática de negócios. A contabilidade não apenas segue uma prescrição, mas é como uma voz pública que anuncia as transações econômicas e financeiras no mundo dos negócios.

## REVISÃO DE LITERATURA

### A Ética e a Contabilidade

A falta de ética é uma das patologias do mundo contemporâneo, que tem causado danos para as organizações e para a sociedade devido às ocorrências crescentes de práticas corruptas. Todavia, vale ressaltar, que os princípios éticos orientam e possibilitam ao homem identificar e renunciar atos ilícitos, e resguardar o seu caráter. Como sugere Cortella (2009, p. 135), a ética é "um conjunto de valores e princípios que eu e você usamos para decidir as três grandes questões da vida, que são: Quero? - Devo? - Posso?". Tais perguntas são exemplos de como o homem pode refletir, a partir do julgamento ético, sobre a escolha de padrões de conduta que ele deve ter para viver bem.



A ética é um exercício individual de liberdade de escolha, mas que afeta e é constituída pela moral da coletividade. No entender de Kant, (1974) tudo o que não se puder contar como ocorreu não se deve fazer, porque, se há razões para não poder contar, essas são as mesmas razões para não se fazer. Para Cortella e Barros Filho (2013), Kant não está falando de sigilo, mas, sim, de vergonha, pois existem coisas que não podem ser contadas porque pertencem ao terreno da privacidade, do sigilo, mas há aquelas que não podemos contar porque nos envergonham e nos diminuem.

A dignidade do homem depende da sua consciência e coragem para enfrentar as dificuldades da decisão livre, pois o mundo em que ele vive resulta das suas escolhas (CORTELLA; BARROS FILHO, 2013). Nesse sentido, os dilemas éticos não dizem respeito somente àquela pessoa que causou o dano, mas também às outras pessoas que sofrerão os efeitos causados por uma atitude incorreta. Os princípios éticos abrangem virtudes, que visam garantir o bem comum, a vida em sociedade, tais como a verdade, a reciprocidade, a gratidão, a credibilidade, o respeito, a justiça, a honradez, a prudência, a honestidade, o carisma, etc.

A discussão acerca das questões éticas pode ser encontrada em referências diferentes das sociedades contemporâneas, compondo intenso debate. Nos textos bíblicos, por exemplo, o apóstolo Paulo, na sua primeira carta de aconselhamento aos cristãos em Corinto, que enfrentavam dissensões e uma situação de desordem, afirma: "Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm. Todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma" (I CORÍNTIOS, 6, 12). Isso quer dizer que, mesmo tendo a liberdade para aceitar ou rejeitar fazer qualquer coisa pelas suas escolhas, se o homem cometer um ato precipitado, sem pensar nos princípios éticos, as consequências serão inevitáveis. De acordo com os valores cristãos, a consequência está associada com a justiça divina; no mundo secular, a consequência é a desordem social.

Portanto, não há como ignorar que a maior implicação do pensamento ético ambíguo da sociedade contemporânea foi a de ceder

## “A discussão acerca das questões éticas pode ser encontrada em referências diferentes das sociedades contemporâneas, compondo intenso debate.”



lugar para a racionalidade instrumental, dirigida para a finalidade econômica e com perda de autonomia individual. Habermas (2012a, p. 671), seguindo o pensamento dos seus predecessores da Escola de Frankfurt, identifica nessa evidência uma das contradições mais significativas do período histórico atual, afirmando que a razão instrumental “permanece atrelada como mácula ao que ela mesma, estando maculada, não é capaz de explicar”. Isso porque lhe falta um universo conceitual refinado o bastante para tratar da integridade do que é destruído pela razão.

Nessa conjuntura, mediante uma lógica econômica racional, a contabilidade no âmbito dos negócios ocupa posição significativa no desenvolvimento das organizações, pois a civilização é inseparável dos métodos de cálculo econômico.

As práticas contábeis exercem papel importante na gestão das organizações, ao oferecer ao gestor o esclarecimento de informações sólidas, necessárias para a coordenação das suas atividades. A contabilidade, quando praticada com a observância dos seus princípios e normas é, por si só, um fator que inibe a ocorrência de desperdícios ou fraudes (COELHO; CASTRO; SOUZA, 2017).

Nesse processo, um dos papéis central da contabilidade está na coibição de fraudes presente nas organizações, seja na ação dos próprios contadores, seja na sua instrumentalização para atender às demandas de maximização de resultados econômicos.

Porém, qualquer ação de reter ou de manipular deliberadamente informações, para fazer com que outras pessoas reajam contrariamente à maneira que fariam se tivessem informações

verdadeiras, caracteriza-se uma ação fraudulenta.

Para Van Dijk (2006, p. 359), as manipulações contábeis podem ocorrer pelo “domínio das mentes”, pela percepção cognitivo-racional do ser humano. Esse tipo de manipulação decorre da ideologia, pois constitui uma das formas habituais do discurso ideológico, qual seja a distorção do que é o ideal. Mas também pode ser a manipulação ideológica, aquela que advém da comunicação interativa entre as pessoas, que é uma maneira de expressar a conduta antiética da prática contábil. Desse modo, a manipulação contábil é um fenômeno social pernicioso porque viola as normas sociais e leva as pessoas a acreditarem ou a fazerem coisas que não atendem, essencialmente, aos seus próprios interesses ou ao bem comum.

Justamente por esse problema é que a confiança na tomada de decisão empreendida por meio dos relatórios contábeis se estabelece a partir de uma ética contábil.

Bayou Reinstein e Williams (2011) afirmam que a verdade representa uma questão genuína para orientar a ciência contábil, os profissionais e os usuários que a utilizam. Assim, a inconformidade aparente de um relatório financeiro surge, em parte, de uma interpretação errônea da natureza do termo ‘verdade’, ou seja, a flexibilização da noção da verdade é, antes de tudo, um problema essencial para a elaboração de uma informação contábil.

O imperativo da verdade na ética contábil indica, ainda, que todos os aspectos das atividades da contabilidade estão relacionados com a transparência. Por isto, aqueles que as exercem precisam estar atentos às armadilhas



do contexto corporativo, que os induzem ao oposto. Nesse sentido, cabe lembrar que o contador tem sido solicitado não somente para informar mutações patrimoniais das organizações, mas também para manipulá-las (JONES, 2011; LOW; DAVEY; HOPPER, 2008).

A responsabilidade do profissional da contabilidade também diz respeito a como não desvirtuar a verdadeira função da contabilidade. Como afirma Heath (2014, p. 14), "é preciso ter em mente a postura de agir corretamente, não porque existe uma norma proibindo e punindo danos causados aos outros, mas por se estar consciente de fazer o que é certo". Essa postura precisa estar relacionada à necessidade da profissão de se legitimar de acordo como princípios éticos, que visam a garantir o bem comum, a vida em sociedade, tais como a verdade, a reciprocidade, a gratidão, a credibilidade, o respeito, a justiça, a honradez, a prudência, a honestidade, o carisma, etc. Os princípios éticos devem estar dispostos nas práticas da contabilidade e subentendidos pela capacidade de ajuizamento ético, universalmente aceito na cultura da sociedade.

Mas, quando a contabilidade adota uma estrutura moral exclusivamente capitalista, ela perde a sua legitimidade de seus princípios e passa a ser o porta-voz primordial de um sistema perverso e corrompido, e o seu discurso passa a apresentar sintomas de uma das patologias da sociedade contemporânea, denominada 'dilemas éticos'. O sistema capitalista incentiva os sujeitos a pensarem que a contabilidade não é um fim, mas um meio para conseguir sonegar impostos. A respeito disso, Laughlin (2012, p. 2) comenta que Habermas, ao se referir aos problemas da sociedade contemporânea, faz uma citação com efeito metafórico: "a rosa na cruz do presente pode ter ficado pálida, mas ainda não está completamente desbotada".

A contabilidade é uma profissão de grande visibilidade no mundo inteiro, e tem potencial para buscar mais acuidade na criação dos seus discursos, no sentido de criar possibilidades de reivindicações de validade relativas à verdade, a fim de atender à sociedade e

às organizações, com resultados precisos, inteligíveis e eticamente corretos.

É preciso ter em mente a postura de agir corretamente, não porque existe uma norma proibindo e punindo danos causados aos outros, mas por se estar consciente de fazer o que é certo. Desse modo, a contabilidade tem grandes desafios a enfrentar, entre os quais o de não deixar que a confiança dos seus usuários se perca, além do de preservar a imagem e o status profissional do contador.

### Ética Discursiva de Habermas

A ética não é um assunto fácil de ser tratado e compreendido, porque diz respeito à regulação da vida para conformá-la à coletividade em que se vive, razão pela qual se refere às normas reguladoras da vida social, cultural e econômica de uma sociedade

A mídia tem mostrado que inúmeros conflitos éticos têm sido desencadeados no âmbito da sociedade brasileira, onde os sujeitos expressam discursos baseados em falácias, concebidos na ação estratégica, ignorando afirmações éticas e esquecendo de colocar em prática costumes morais, habitualmente considerados como válidos para resguardar a conduta adequada dos demais seres humanos. É nesse ambiente, compreendido entre a guinada linguística e a pragmática universal, que Habermas se situou para apresentar a proposta do agir comunicativo, a fim de conduzir o sujeito a fazer parte das interações sociais e contrapor a concepção de ação estratégica, que ignora a consciência moral.

O raciocínio do agir comunicativo é considerado moralmente desejável nas práticas contábeis, uma vez que os princípios éticos reconciliadores, manifestados em ações morais, intensificam o seu discurso e asseguram validade no exercício da profissão com resultados satisfatórios (LAUGHLIN, 1987).

Qualquer discurso abarca as intenções de dizer algo a respeito de alguma coisa. Os textos das práticas contábeis são reproduzidos no formato de relatórios. Power e Laughlin (1996), em um

estudo sobre o discurso da contabilidade pela ótica da teoria Crítica da Ação Comunicativa, de Habermas, verificaram que uma das críticas que ela enfrenta é se desvirtuar da sua imagem, quando retira da sua linguagem as questões necessárias de qualquer sistema contábil, quais sejam a facticidade e a validade, fronteiras entre as informações sagradas e profanas das organizações.

Ademais, o discurso é uma forma de linguagem, formadora de opiniões para a tomada de decisão no âmbito dos interesses humanos, que pode ser afetado pela interferência da racionalidade instrumental, em que a pressão do utilitarismo tenta distorcer a facticidade do seu próprio contexto, que repousa sobre a legitimidade da veracidade. Por este viés, Habermas (2012a) desenvolveu ideias para lidar com as questões éticas, na tentativa de orientar o sujeito como agir em situações complexas na colonização do mundo.

Segundo Vizeu e Cicmanec (2013, p. 154), Habermas distingue quatro tipos de manipulação dos sentidos, cada um deles remetendo a uma dimensão ontológica do sujeito no mundo:

a manipulação da veracidade dos proferimentos, dada pela mentira e/ou pela omissão dos fatos concretos;

a manipulação da sinceridade, dada pela manifestação demagógica do falante sobre as suas próprias impressões pessoais, camuflando os seus interesses e/ou sentimentos reais em relação ao mundo e aos outros;

a manipulação da retidão, na qual se omite ou se distorce o conteúdo moral dos proferimentos;

a manipulação da inteligibilidade, dada no sentido de se comprometer a clareza do proferimento com a intenção de induzir a interpretação do ouvinte.

Sob essa perspectiva, Habermas (2012a) acredita que, no mundo da vida, a distorção comunicativa opera no patamar da

inteligibilidade. Com o mesmo pensar Uribe Riviera (1995) recomenda que é necessário descolonizar o mundo da vida, capturando um sistema no qual se prioriza a comunicação em termos de uma opção definida de entendimento.

A distorção comunicativa ocorre a favor de um sistema, que opera por meio de um sistema estratégico de utilidades com o objetivo de restringir a capacidade das pessoas de agir comunicativamente. No Quadro 1 apresentam-se os critérios de validade dos atos de fala com os exemplos respectivos de distorções comunicativas.

Os valores éticos expressos no critério de validade devem representar aquilo que os interlocutores realmente entendem como verdadeiro (pretensão de validade objetiva), sentem sinceramente (pretensão de validade subjetiva) e acreditam ser os valores e princípios de retidão legitimados em sua sociedade (pretensão de validade normativa) e serem inteligíveis (pretensão de inteligibilidade). A interação humana orientada para o entendimento é a verdadeira relação dialógica, e é denominada por Habermas como a ação comunicativa (VIZEU, 2011).

Os sujeitos envolvidos na ação comunicativa precisam orientar-se para o

entendimento, para lidar com formas de manipulação comunicativas (HABERMAS, 1989).

Todavia, o problema ético de manipulação contábil está interligado com a constatação de indícios de fraude. Sobre isso, Coelho, Castro e Souza (2017) sugere que, quando o profissional da contabilidade identificar a manipulação contábil, ele deve informar o episódio à chefia. Se não forem tomadas medidas adequadas para sanar o problema, ele deve renunciar às suas funções, para evitar o seu envolvimento na situação. O contador tem sido solicitado não somente para informar mutações patrimoniais das organizações, mas também para manipulá-las (JONES, 2011; LOW; DAVEY; HOPPER, 2008). Frequentemente, a origem da manipulação contábil conta com a participação direta do contador.

A carência de ética, uma das patologias mais agudas identificadas nas organizações contemporâneas é conjecturada, muitas vezes, por uma prática linguisticamente mediada por uma comunicação sistematicamente distorcida. Sem dúvida, a ética não pode ser usada somente como retórica para a construção de uma imagem corporativa

adequada, como recurso discursivo para convencer as pessoas de que a organização age com responsabilidade (VIZEU, 2009). Ademais, a ética nas práticas contábeis não se limita simplesmente às questões dos negócios, mas se estende à boa convivência social, ao bem viver na sociedade.

## METODOLOGIA

A delimitação metodológica desta pesquisa qualitativa e exploratória se pauta na reflexão acerca da análise do discurso ético da contabilidade, pela perspectiva da interação mútua do sujeito e do analista, envolvendo os quatro critérios das pretensões de validade (veracidade, sinceridade, retidão e inteligibilidade).

Habermas (2012a) recomenda investigar o papel das pretensões de validade para explicar as questões éticas do discurso. A pretensão de validade é preenchida pelo pressuposto de ser ato de fala verdadeiro, não no sentido lógico da proposição, mas no sentido pragmático do ato de fala, que possibilita ao ouvinte a constatação, a crítica das razões aduzidas para garantir a legitimidade e a oportunidade do ato de fala de afirmação, sua avaliação com

Quadro 1 – Critérios, Dimensões e Mecanismos de Distorção Comunicativa

Critério de validade	Dimensão Ontológica	Mecanismos de Distorção Comunicativa
<b>Verdade</b>	<b>Objetiva</b>	<b>Mentira; omissão de informações; adulteração de dados; interpretação conveniente de dados e informações.</b>
<b>Sinceridade</b>	<b>Subjetiva</b>	<b>Demagogia; sentimentalismo exagerado; intenção de cooperação não comprovada; consideração exagerada com o outro; polidez.</b>
<b>Legitimidade</b>	<b>Normativa</b>	<b>Desonestidade e transgressão justificadas; falso moralismo; menção a dimensão pública e/ou a valores da sociedade sem necessidade.</b>
<b>Inteligibilidade</b>	<b>Compreensiva</b>	<b>Ambiguidade; retórica; uso de jargões; uso de metáforas; uso desnecessário de informações; polidez.</b>

Fonte: Vizeu e Cicmanec (2013, p. 157)



relação à situação de discurso (ARAÚJO, 2001).

Neste estudo, os critérios de validade foram utilizados como categorias de análise para realizar a coleta de dados, com a finalidade de analisar as condições de construção das práticas contábeis, com o auxílio da hermenêutica para elaborar as interpretações das práticas discursivas dos entrevistados, bem como para a análise de documentos, auxiliando na identificação dos interdiscursos sobretudo no que se refere ao foco da inteligibilidade das informações contábeis.

A Figura n.º 1 sintetiza o esquema analítico da realização da análise do discurso na presente investigação, com o objetivo de verificar a ética discursiva na contabilidade.

A figura mostra que a abordagem da pragmática da análise do discurso está pautada na interação dos sujeitos, que resulta em enunciados produzidos em

contextos sociais, permitindo alcançar a compreensão deles. As formas e os meios de análise da pragmática do discurso constituem as suas propriedades materiais, que dizem respeito à ação humana concretizada pela linguagem (BROWN; YULE, 1988; HABERMAS, 2012a; ORLANDI, 2007).

Deste modo, os dados primários foram obtidos em entrevistas não estruturadas com 21 profissionais, que já desempenharam atividades em órgãos normativos e regulamentadores de contabilidade, especialistas nos seus aspectos institucionais, legislativos, legais e éticos, eles foram nomeados com a letra (E) e numerados de 1 a 21.

Os dados secundários foram coletados por meio de consulta a documentos, resoluções e normas contábeis, além de matérias publicadas em jornais, revistas e portais da área. A seguir, no Quadro 2, apresenta-se a especificação dos profissionais que participaram desta pesquisa.

Os dados secundários foram coletados por meio da consulta a documentos, tais como: Código de Ética do Profissional Contador (CEPC); resoluções e normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba) e do International Federation of Accountants (Ifac); Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais Gerais (NBC PG); e matérias publicadas em jornais, revistas e portais da área de contabilidade.

## RESULTADOS

### Apresentação da Análise do Discurso da Ética Contábil

Essa sessão apresenta análise do discurso no contexto das práticas da contabilidade, com o intuito de mostrar as perspectivas da teoria do Agir Comunicativo, de Jürgen Habermas. A trajetória das questões abordadas nas entrevistas teve como intuito saber: Como a noção da ética discursiva se

Figura 1 – Análise do discurso



Fonte: os autores.

## Quadro 2. Especificações dos membros participantes da pesquisa

**Nove profissionais que atuaram como membros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e um como membro do Conselho Executivo da Secretaria da Presidência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O objetivo do CFC (2018) é zelar pelo registro profissional, pela fiscalização da profissão e pela educação continuada do contador no Brasil.**

**Sete profissionais que foram membros do Conselho Consultivo de Apoio Técnico do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR). As atribuições do CRCPR (2018) são registrar, orientar, fiscalizar e promover o aprimoramento técnico, científico e cultural dos contadores atuantes no Estado.**

**Dois profissionais que integrou o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A CVM (2018) fiscaliza, normatiza, disciplina e desenvolve o mercado brasileiro de valores mobiliários, cuidando da transparência e da qualidade de todos os tipos de informações, entre as quais as informações contábeis.**

**Um profissional que atuou como membro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), encarregada de receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas no país (BRASIL, 2018).**

**Dois profissionais que foi membro do Conselho de Administração do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). Essa associação agrupa auditores independentes e contadores, adotando os preceitos do Código de Ética Profissional do Contador, os princípios legais e as normas profissionais que regem tais profissões (IBRACON, 2018).**

Fonte: os autores

faz presente entre os profissionais da contabilidade no exercício de suas práticas?

No discurso comum dos entrevistados, a ética discursiva modela o comportamento do ser humano em suas ações individuais, e também no coletivo, além de favorecer a interação das normas morais, por meio da linguagem, em que os contadores podem estabelecer de forma espontânea relações comunicativas para argumentar suas ideias e opiniões e preservar a boa conduta diante da sociedade.

Em face disso, a postura ética de um profissional da contabilidade é uma condição indispensável para enfrentar os dilemas da ética inseridos da sociedade contemporânea.

### **Análise descritiva dos principais dilemas éticos da prática contábil**

A realização da análise descritiva do discurso na presente investigação consiste em verificar de que forma a ética discursiva uma referência para orientar os profissionais da contabilidade no exercício das suas práticas.

1 - Os acordos de convivência devem ser guiados por um código. Por este olhar, a ética no CEPC inclui tanto a adoção rigorosa de procedimentos morais quanto a avaliação cuidadosa de situações singulares em que o julgamento do profissional se torna necessário. Pressupõe-se que alinhado a estas ideias E5 disse que, "os profissionais da classe contábil precisam atender os princípios da contabilidade".

O discurso da Ifac materializado no texto publicado em 2016, marca distintivamente a responsabilidade do profissional da contabilidade em observar os princípios éticos do CEPC, atender aos interesses coletivos, e recusar o atendimento exclusivo para satisfazer às necessidades de uma pessoa em particular. Pressupõe-se que a IFAC esteja retomando ações de moralidade, fundamentais para o fortalecimento do CEPC com a classe social e com a sociedade.

De acordo com os pensamentos de Habermas (2012a) e Vizeu (2005), os acordos de uma sociedade possivelmente terão validade quando houver entendimento mútuo entre os sujeitos,

para desenvolver o compartilhamento de ideias por meio da argumentação livre e autônoma. As pretensões de validade podem ser confrontadas nos acordos do CEPC com os seguintes atributos éticos: veracidade, (pretensão de buscar a verdade prática dos fatos no mundo objetivo); sinceridade e honestidade (buscar a moralidade dos fatos no mundo subjetivo) legitimidade (buscar a correção normativa por meio dos fatos no mundo social); inteligibilidade (buscar a clareza atribuída pela coerência da racionalidade dos fatos no mundo subjetivo).

Habermas (2012a) defende uma moral de igual respeito e responsabilidade solidária para todos, com a intenção de tentar minimizar os conflitos que surgem na sociedade contemporânea.

2 - A penalidade é necessária foi apontado como outro dilema ético na prática contábil. Por uma exposição lógica, pressupõe-se que as queixas de alguns dos entrevistados advêm da falta de rigorosidade nas penalidades do CEPC. E7 disse "todo código de ética só funciona se tiver punição rigorosa". Com este mesmo pensar, E9 disse que



“a imposição da penalidade mais rigorosa ajudará a prevenção de futuros atos ilícitos, tendo em vista que minimizará os danos causados às organizações e à sociedade”.

Uma matéria escrita por Schincariol (2018) revela que a CVM decidiu apertar o cerco a auditores externos que não adotam o padrão mínimo exigido pelas normas e muda a postura e aumenta a punição a auditores. “Em vez de somente aplicar multa o colegiado do regulador decidiu suspender temporariamente por dois anos os auditores que não demonstrarem o padrão mínimo de conduta esperado pela classe contábil”.

Quando um profissional da contabilidade comete infrações éticas, possivelmente as proposições deontológicas universais não prevaleceram, por que se desviou do interesse comum (HABERMAS, 2002). Ou seja, o estabelecimento de uma comunicação transparente e executável no CEPC presume-se que seja possível quando os órgãos de classe da contabilidade e a sociedade chegarem a um entendimento comum sobre a forma de divulgar as informações.

3 - A necessidade de uma linguagem inteligível nas normas e regulamentos também se apresenta como um dilema ético. Para ressaltar essa questão, E6 disse que “as normas precisam ser claras e atualizadas”. Já E5 disse que “o pacote de normas tem que ser bem feito, de modo que ele seja aplicável de maneira clara”. Presume-se na fala de E5, E13 e E6 que as normas e regulamentos éticos do CEPC não estejam produzindo o efeito que se espera, pela presunção da incapacidade de proporcionar uma linguagem inteligível. É uma comunicação incompleta, não discursiva, truncada, obscura, conflituosa, com falsas garantias de legitimidade, o

que permite lembrar que este tipo de patologia da modernidade tem causado efeitos negativos na classe contábil. Assim, os conflitos contraditórios da forma pragmática apresentado nas normas e regulamentos do CEPC podem ser resolvidos onde os sujeitos daquela comunidade tenham a possibilidade de expor suas opiniões, argumentar livremente, até mesmo aqueles assuntos que possam causar desconforto entre os próprios concernidos, sem infringir os critérios de validade.

A proposta da TAC, de Habermas (2012a), abre o caminho para um agir comunicativo, com afirmações e argumentações verdadeiras e livres de coerção legitimadas por um discurso ético, em oposição a uma ação estratégica que pressupõe ocultação de informações e o uso fraudulento da linguagem. Ou seja, um enunciado que não oferece clareza torna-se problemático, ininteligível obscuro, pressupondo um discurso distorcido.

4 - Novas perspectivas para o CEPC também foram uma das evidências de dilemas éticos. Esta realidade ganhou notoriedade pelo fato de que a decorrência da negligência de princípios éticos no exercício das atividades de qualquer natureza causam conflitos pela salvaguarda da moralidade.

O CEPC está sendo reformulado colocando algumas roupagens diferentes, mas não

muda a essência do código existe”. Ou seja, em determinada situação, presume-se que o contador poderá estar amparado pela norma para desatender o sigilo profissional e denunciar os atos ilícitos aos órgãos de competência. Todavia, E1, E10, E19, conjuntamente com E21, disseram que este movimento ainda não se concretizou no atual código.

Recentemente, o International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), órgão responsável pela emissão das normas éticas para os profissionais da contabilidade, divulgou uma matéria, relatando que o CEPC receberá novas alterações que se tornaram vigentes em junho de 2019. As modificações representam importantes avanços na ética nos últimos quatro anos. No ponto de vista do presidente da Iesba, Stavros Thomadakis, o CEPC está sendo alterado para apresentar uma comunicação com mais clareza sobre como os profissionais da contabilidade devem lidar com temas éticos e relativos à independência, especificamente porque a legislação brasileira não protege o contador de forma plena para tratar de questões de atos ilegais.

Nos estudos de Habermas (2012a), é possível perceber que, por meio de um agir comunicativo, os sujeitos têm a possibilidade de apresentar enunciados que podem ser orientados pelo princípio da universalidade para adequações e modificações de normas éticas.

---

“Quando um profissional da contabilidade comete infrações éticas, possivelmente as proposições deontológicas universais não prevaleceram, por que se desviou do interesse comum (HABERMAS, 2002).”

---





5 - As implicações do ensino da ética na Contabilidade está entre as problematizações dos dilemas éticos. Segundo E7, E20, e também E12, “a disciplina de ética sempre fica em segundo plano nos cursos de Ciências Contábeis”.

E18 enfatiza que “o ensino da ética deveria ser atribuído de forma especial entre as disciplinas do curso inteiro”. Este discurso pode estar alinhado a um dito de sentimento de desamparo do ensino da ética em relação aos níveis de educação do curso de Ciências Contábeis, e ao mesmo tempo pressupondo o enfraquecimento das práticas da moral na trajetória do profissional da contabilidade.

No decorrer das análises discursivas, E6 e E21 disseram que, para melhorar a aprendizagem dos alunos, é muito importante fazer conexões das atividades com a vida real.

No entender de E17 e E18, bem como de E12, naturalmente, a tendência do ensino contábil advém não somente de uma atividade relativamente técnica, mas também sob uma perspectiva interpretativa, que merece ser intensificada no ensino contábil, para

possibilitar melhor compreensão de um enunciado real e efetivo.

Na visão de Habermas (2012a), a ação estratégica tem a tendência de ignorar os princípios éticos porque está orientada para os interesses utilitaristas. Este relato leva para um interdiscurso pelo fato de que determinados cursos enfocam o conhecimento utilitário, focados na aprendizagem instrumental e, muitas vezes, ficam de lado o preparo da comunicação dos estudantes com o mundo exterior.

6 – O olhar sob a contabilidade enquanto linguagem inteligível foi considerado como um dilema ético, no que diz respeito à apresentação das demonstrações contábeis.

A contabilidade tem sido considerada a linguagem dos negócios e, ao mesmo tempo, tal linguagem tem que ser flexível para se adaptar a um ambiente em mudanças. Pelas muitas experiências já vivenciadas, E5 disse: No Brasil existem poucos profissionais preparados para fazer notas explicativas, porque são pouquíssimas as instituições de ensino de Contabilidade que disponibilizam a disciplina de notas explicativas na graduação.

Ainda, E19 e E14 acrescentam que muitas vezes as notas explicativas não são nada explicativas nem transparentes. Nas notas explicativas, não se pode usar adjetivo, nem pode omitir informações importantes, não pode faltar com a verdade.

E5 disse que “o ponto chave está em comunicar-se bem com os diversos tipos de usuários”. Paralelamente a estas questões, no ponto de vista de E11, E16, e também E17, o contador precisa ser um profissional diferenciado, precisa entender de gestão, de administração de empresas, de economia, e mais, precisa ser um consultor de seu cliente do que propriamente um contador de débito e crédito.

Por conseguinte, E14 e E15, disseram que, a cada dia que passa, o profissional da contabilidade é convidado a traduzir informações para tomada de decisões; é muito importante que a comunicação contábil tenha qualidade e clareza.

A inteligibilidade da linguagem das práticas contábeis tem sido considerada um desafio, pelo fato de que muitos termos técnicos usados nos relatórios são difíceis de compreender. A proposta de Habermas (1987, 2012a), para os problemas de comunicação, advém da possibilidade de conscientizar os sujeitos de que é preciso haver entendimento uns aos outros para alcançar clareza na comunicação.

No pensar da maioria dos entrevistados, a contabilidade tem sido praticada e concebida como a linguagem dos negócios, pelo fato de que através dela as informações econômico-financeiras são evidenciadas para diversos usuários da sociedade. Mas enquanto linguagem inteligível, precisa melhorar, pois ao

descrever os fenômenos contábeis que acontecem nas organizações tem se distanciado de uma comunicação clara e efetiva, desconectada com a finalidade de ser compreensível; pressupõe que o seu discurso está sendo induzido por ânimos de interesses particulares.

E4 disse que os enfoques do conjunto de princípios da ética estão mudando no contexto da sociedade contemporânea, os valores éticos vão acabar sendo substituídos, [...] vão se modificando, porque à medida que a gente vai vivendo na sociedade, com o tempo, vão mudando os conceitos [...], fatos que até então era verdade absoluta; o mundo então começa a mostrar cenários um pouco diferente”.

Estes discursos revelam que muitos princípios éticos estão sendo substituídos por outros, por uma força que coloniza e ordena para que esses valores sejam modificados na sociedade. “Os princípios éticos que até então era verdade absoluta, o mundo então começa a mostrar cenários um pouco diferentes”.

### **Interdiscursos sobre a ética na prática contábil**

Para solidificar a análise do discurso, foram utilizados os procedimentos da hermenêutica, como auxílio para elaborar as interpretações das práticas discursivas dos entrevistados e dos documentos, bem como na identificação dos interdiscursos e seus significados.

Observa-se nos dias de hoje, que as patologias da sociedade contemporânea muitas vezes são originadas pela ausência do diálogo livre de dominação. Quando um dos interlocutores realiza uma ação estratégica, ele distorce a interação comunicativa omitindo e/ou desviando a veracidade dos fatos. O pensamento habermasiano, contrapõe estes problemas por meio da determinação dos critérios de validade em todos os atos de fala.

A pretensão de validade de um agir ético diz respeito àquilo que é digno de ser reconhecido, ou seja, é a garantia que o falante oferece para que haja entendimento e, para que o ouvinte dê crédito ao que é dito entre os

## **Quadro 3. Interdiscursos identificados e seus significados**

Interdiscursos Identificados	Significado
Os acordos de convivência devem ser guiados por um código	A possibilidade de melhorar a clareza e a inteligibilidade das disposições do CEPC. Ou seja, alinhar o discurso do código do contador de acordo com os requisitos do dever ético, ponderando todos os fatos e as circunstâncias específicas que estão inter-relacionadas com as práticas e com o comportamento ético do contador.
A penalidade é necessária	O comprometimento com a determinação séria e rigorosa da penalidade no CEPC pode ser uma das alternativas de prevenção de atos ilícitos futuros. Além disso, quando a punição é devidamente aplicada, evidencia-se que o CEPC garante à sociedade em geral relações seguras com as práticas da Contabilidade.
As normas e regulamentações precisam ser claras e inteligíveis	A linguagem transparente e precisa possibilita que os contadores tenham a facilidade de entender o que a legislação determina para o desempenho adequado das suas práticas. Talvez a maior contribuição que os órgãos reguladores das normas e regulamentações da classe contábil possa oferecer à sociedade, seja de tornar o discurso mais inteligível, com intuito de assegurar a pretensão de compreensibilidade entre o legislador das normas e o profissional contábil. O processo mútuo de um agir comunicativo pode acontecer por meio de uma linguagem livre de coerção.
Novas perspectivas para o CEPC	A falta de enforcement no CEPC é uma brecha que precisa ser suprida na atuação do CEPC. Por outro lado, existe a necessidade de promulgar novas leis, que protejam e capacitem os profissionais da Contabilidade à agirem de forma eticamente correta, quando forem confrontados com a corrupção ou com outros atos ilegais.
A prática da ética contábil passa pela formação profissional	Questões éticas sobre as práticas cotidianas da Contabilidade devem ser discutidas intensamente nas aulas de ética nas instituições de ensino. A falta de ética do profissional da contabilidade pode ser uma das razões do aumento de manipulações e fraudes nas demonstrações financeiras. As falsificações distorcem a realidade econômica das organizações, causando danos aos empresários, investidores e outras pessoas envolvidas com as transações do mundo dos negócios.
Um olhar sobre a Contabilidade enquanto linguagem inteligível	A força da elite domina o discurso da Contabilidade. A sua linguagem somente será inteligível e mais confiável para os seus usuários quando os profissionais da contabilidade se conscientizarem de que existe a necessidade de responsabilização moral, fundamentada em relatos contábeis inteligíveis, para tornar fidedigna a tomada de decisão no mundo dos negócios..

Fonte: os autores.



participantes de uma fala sem coerção e, com uma boa vontade para ouvir os argumentos dos outros (HABERMAS, 2002; VIZEU, 2015).

O agir ético está sempre associado a determinada situação. Ainda que o CEPC possua legitimidade, muito pode e deve ser feito para aperfeiçoar a clareza da linguagem do seu conteúdo, no sentido de fornecer aos contadores orientações consistentes sobre como lidar com situações que surgem no dia a dia da sua atividade, que geralmente exige interpretações relacionadas aos princípios éticos. Habermas (1987) ressalta que a ausência de ações pautadas na ética pode ser uma das características da existência de patologias da sociedade moderna, que ocasionam deformações da moral no mundo da vida, geradas por um sistema capitalista que aprisiona a emancipação humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da Ética do Discurso, de Habermas, visa amenizar dilemas éticos para estabelecer uma ordem social racional, advindos de um sistema estratégico orientado para atender interesses próprios no mundo dos negócios. A essência desta teoria acontece no processo interativo que pode levar ao entendimento entre os integrantes da classe contábil e contestar os poderes da linguagem utilitarista, que tem desviado a verdadeira finalidade da contabilidade.

A efetivação analítica da ética discursiva habermasiana pode ser uma referência para orientar os profissionais da contabilidade no exercício das suas práticas, que necessitam de validades éticas para neutralizar os conflitos entre a classe contábil e a sociedade.

Existe, portanto, a possibilidade de a contabilidade escapar da lógica circular da modernidade capitalista e proteger a sua própria identidade por meio da pragmática da argumentação universal. O uso da linguagem como passagem principal para o agir comunicativo, ajustado mediante a estrutura de um discurso livre de coerção, pode ser uma alternativa para impedir que interesses tendenciosos e coercivos tomem o lugar da argumentação livre entre os profissionais da contabilidade.

A proposta da ética discursiva torna-se apropriada para a contabilidade pela necessidade de o contador resgatar o apoio da comunidade contábil por intermédio da ação comunicativa, na qual os falantes são capazes de fazer argumentações sobre os seus planos de ação com a finalidade de evitar conflitos e promover o acordo comum entre os seus integrantes. A ação comunicativa, a interação humana orientada para o entendimento é a relação dialógica adequada para avaliar a veracidade dos discursos. A ausência de compreensibilidade pode possibilitar que manipulações sejam efetuadas por meio da contabilidade criativa, acobertadas por ofuscação ou por termos pouco esclarecedores

A linguagem e a capacidade de raciocinar fornecem um meio de avaliar como a modernidade moldou as práticas da contabilidade. O comportamento ético do profissional da contabilidade não decorre somente de um código ético ou de mandatos legais, mas principalmente de valores e de princípios internalizados no indivíduo.

Em face dessa realidade, é preciso que o contador elabore demonstrações contábeis com argumentos explicativos

e palavras acessíveis, que representem o significado exato dos resultados, para evitar entendimento dúbio, prejuízos às organizações, além de constituir terreno fértil para mascarar fraudes contábeis. Tornar os procedimentos contábeis inteligíveis para os usuários e para a sociedade é uma questão de caráter e de conduta profissional, que pode ser vista sob nova referência de ética.

De modo geral, a teoria da Ética Discursiva habermasiana contribui para amenizar a invasão das ações estratégicas, emancipar as práticas contábeis por intermédio do agir comunicativo, criar reinvidicação de validade relativas à verdade ou à falsidade dos relatórios, uma vez que possui potencial elevado para orientar a solução das dificuldades de interações comunicativas das práticas contábeis, ajudando na construção de uma contabilidade autônoma, reivindicada por pretensões de validade a partir de enunciados inteligíveis, livre da tensão ou da coerção existentes no mundo dos negócios.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. L. Linguagem e realidade: do signo ao discurso. 2001. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- ARRINGTON, C.; PUXTY, A. Accounting, interests, and rationality: a communicative relation. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 2, n. 1, p. 31-58, 1991.
- BAYOU, M. E.; REISTEIN, A.; WILLIAMS, P. F. To tell the truth: a discussion of issues concerning truth and ethics in accounting. *Accounting, Organizations and Society*, n. 36, p. 109-124, 2011.



BRASIL. Ministério da Economia. COAF divulga balanço das atividades de inteligência financeira realizadas em 2018. 27 dez. 2018. Disponível em: [www.fazenda.gov.br/noticias/2018/dezembro/coaf-divulga-balanco-das-atividades-de-inteligencia-financeira-realizadas-em-2018](http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/dezembro/coaf-divulga-balanco-das-atividades-de-inteligencia-financeira-realizadas-em-2018). Acesso em: 05 março 2019.

BROWN, G.; YULE, G. Discourse analysis. Cambridge: University Press, 1988.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Accounting's past, present and future: the unifying power of history. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 25, n. 2, p. 328-369, 2012.

COELHO, J. M. A.; CASTRO, A. D. C.; SOUZA, J. O papel do profissional da contabilidade na prevenção de fraudes. *Gestor Contábil*, 13. ed., p. 6-8, 2017.

COMISSÃO DE VALORES MONETÁRIOS. Relatório Anual 2018. Disponível em:

[http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/publicacao/relatorio\\_anual/anexos/Relatorio\\_Anuar\\_CVM\\_2018.pdf](http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/publicacao/relatorio_anual/anexos/Relatorio_Anuar_CVM_2018.pdf). Acesso em: 05 março 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. O conselho. Disponível em: <https://cfc.org.br/conselho>. Acesso em: 05 maio 2018.

CORTELLA, M.S. Qual é a tua obra: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CORTELLA, M. S.; BARROS FILHO, C. Ética e vergonha na cara! Campinas: Papirus Editora, 2013.

HABERMAS, J. Dialética e hermenêutica. Porto Alegre: L&PM, 1987.

HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. Aclaraciones a la ética del discurso. Madrid: Trotta, 1991.

HABERMAS, J. De l'éthique de la discussion. Paris: Flammarion, 1992.

HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. Tradução de Luiz Sérgio Repa & Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. São Paulo: WMF. 2012a. v. 1.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. São Paulo: WMF. 2012b. v. 2.

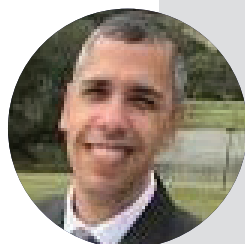
HABERMAS, J. Obras escolhidas de Jürgen Habermas: ética do discurso. Lisboa: Edições 70, 2014.

HEATH, J. Rebooting discourse ethics. *Philosophy and Social Criticism*, v. 40, n. 9, p. 829-866, 2014.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. Institucional. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=7>. Acesso em: 10 maio 2019.

IUDÍCIBUS, S. ; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

JONES, M. Creative accounting, fraud and International Accounting Standards. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.



**Prof. Fabio Vizeu Ferreira:** formado em Administração, doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é professor da Universidade Positivo, onde atua como coordenador-adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração. Também atua como Diretor Administrativo-Financeiro (gestão- 2018-2020) da Anpad, a maior associação científica da área de Administração na América Latina.



**Prof. Rosely Machado:** Doutora em Administração pela (UP); Mestre em Engenharia de Produção pela (UTFPR); especialista em Gestão Industrial Conhecimento e Inovação pela (UTFPR); Especialista em MBA – Contabilidade, Finanças e Auditoria pela Faculdade Uniandrade; graduada em Bacharelado no curso de Ciências Contábeis (UEPG). Formada no curso de Magistério pelo Colégio Sant'Ana.

# Entrevista com Erenita Sousa

## **P**ara a senhora, qual o principal papel da Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC)?

Segundo o Art. 1º do Estatuto Social da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, ela tem como objetivo permanente estimular o aperfeiçoamento técnico contábil, a pesquisa científica e o desenvolvimento cultural das letras contábeis. Dessa forma, vejo que podemos servir ao sistema contábil por meio da contribuição em desenvolver estudantes e profissionais na área, promovendo e apoiando eventos dentro do sistema contábil.

## **De que forma a senhora enxerga a educação continuada no desenvolvimento do profissional da contabilidade?**

Enxergo como um passo de suma importância para que o profissional possa dar continuidade ao seu aprimoramento profissional, por meio de cursos práticos, com foco nas atribuições que são de maior exigência e complexidade profissional e que, por vezes, não se aprende na formação acadêmica. O mundo contábil está vivendo em mudança contínua, por isso é preciso uma excelente preparação na performance profissional do contador.

## **De acordo com a sua experiência, como os profissionais da contabilidade podem expandir suas carreiras nas áreas de auditoria e docência?**

O campo de auditoria e docência, para mim, são campos que tenho muito carinho e identificação. Esses exigem dinamismo e capacidade de conviver em cenários diversos. Eles nos estimulam a aprender diariamente, é importante ter uma visão ampla e flexibilidade em seu desempenho.

São muitos os desafios, e o profissional deve estar preparado na área em que deseja atuar, sua segurança durante a execução depende da propriedade de conhecimento. Além da capacitação técnica, é importante ter uma boa comunicação empresarial e esse, talvez, seja um atributo que os contadores precisam aprender a desenvolver, por exemplo, falar em público com linguagem mais assertiva com clareza e segurança.

## **No atual cenário econômico brasileiro, como a senhora enxerga a atuação dos profissionais da contabilidade? Quais as principais mudanças e desafios para esses profissionais em nosso País?**

Muitos contadores exerciam seu papel de maneira individual, diretamente com o seu cliente. No cenário atual, os profissionais da contabilidade estão sendo forçados a sair da zona do conforto; a Contabilidade 4.0 exige um novo perfil profissional, com características mais ousadas e independentes. Ele sai do perfil meramente técnico e passa a ser um consultor e, para isso, é preciso conhecimentos e performance, como, por exemplo, ser capaz de compreender o mundo digital. Também é necessária uma visão sistêmica em relação ao negócio do seu cliente e suas necessidades e adquirir conhecimentos mais abrangentes em matérias de negócios, bem como outras habilidades e atitudes reconhecidas pelo mercado. Tudo isso é imprescindível para executar a contabilidade empresarial de forma correta e exemplar.

## **De que modo estes profissionais podem desenvolver papéis de liderança dentro de suas empresas e ainda contribuir para a economia local?**

Todo líder deve ter a capacidade de influenciar um grupo de pessoas em direção ao alcance de objetivos. O primeiro passo é ter consciência da finalidade do seu negócio, e saber sair do papel de técnico-contador e moldar sua performance para executivo. O movimento atual pede uma visão sistêmica quando se fala em empreender. Antigamente, os contadores apenas servia às necessidades dos seus clientes. Esse modelo mudou. Se o contador quiser ser bem-sucedido com uma equipe de alta performance, ele precisa desenvolver sua equipe como profissionais independentes para que todos possam se sentir pertencentes nesta empresa. Quero dizer que o olhar do contador deve ser para sua equipe, quanto mais ela estiver preparada e segura, melhor será o suporte e consultoria que sua empresa dará para seus clientes, gerando satisfação a todos e sucesso. Se o contador ainda tiver a percepção que só ele deve ser desenvolvido em sua empresa; ele se sentirá sobrecarregado e terá uma visão da equipe com incompetência. Nesse caso, é melhor trabalhar sozinho. Nos meus treinamentos de liderança, eu digo que todo resultado de uma equipe é culpa da liderança, seja ele positivo ou negativo. A equipe é o reflexo da atuação da liderança.

## **Como a senhora enxerga a evolução da Contabilidade nos últimos anos?**

Comecei no ramo da contabilidade em 1990. Porém, no meu ponto de vista, foi nos últimos 10 anos que as mudanças começaram a acontecer com maior velocidade; a tecnologia é uma premissa que trouxe facilidade para a contabilidade. No entanto, exige muitas mudanças rápidas no desempenho do contador. O avanço tecnológico não tem volta, dessa forma, vejo a era digital como praticidade para execução dos serviços na contabilidade.



No entanto, o contador deve se atentar às atualizações, como lidar com sistemas e aplicativos antes desnecessários, mas que hoje contribuem para melhorar e facilitar o resultado do seu trabalho perante seus clientes e sua equipe. O sistema de gestão é uma ferramenta bastante impactante, que veio facilitar o trabalho dos profissionais de contabilidade.

### **Quais as principais áreas de atuação do profissional da contabilidade em Sergipe? Existe algum padrão?**

Não existe padronização. No entanto, em Sergipe, as áreas de atuação mais relevantes da contabilidade, são: contabilidade empresarial, contabilidade pública, perícia contábil, auditoria contábil, análise contábil, consultoria financeira, gestão financeira e a área da educação que cresce muito no sistema de ensino da contabilidade - EAD. Na região agreste, temos também bastante explorada a contabilidade rural.

### **Como a senhora enxerga a contabilidade do futuro?**

Partindo do princípio do perfil do contador 4.0, no qual já falamos aqui, enxergo uma contabilidade mais ampla com profissionais que realmente se realizem nessa profissão, pessoas que buscam se adequar aos moldes de exigência do mercado profissional, no sentido de ser visto como um consultor de alto nível com conhecimentos abrangentes tecnicamente, como também em controladoria e gestão. O profissional da contabilidade precisa estar preparado para servir, realizar sua prestação de serviço com zelo e qualidade em que seus clientes merecem receber. É importante também que os sindicatos e conselhos se unam para cobrar das autoridades governantes atitudes que nos deem condições de trabalho digno e não nos torne escravos de obrigações acessórias que se multiplicam a todo momento. A contabilidade precisa ser vista no mercado pelo valor da sua importância para com toda a sociedade.

### **Qual a maior experiência que a área contábil lhe proporcionou?**

No decorrer dos longos 30 anos de profissão na contabilidade, tive diversas

oportunidades na área empresarial, auditoria contábil e educacional. No entanto, há 12 anos, a contabilidade me instigou a olhar também para o lado comportamental dos profissionais. Comecei a me observar e observar os contadores na necessidade do desenvolvimento de uma melhor performance profissional. Desta forma, fui em busca de novos conhecimentos, como o coaching, a psicologia positiva e dentre

outras formações na área comportamental. Sou apaixonada pela área da educação e controladoria. Além de presidente da ASCC, atuo como consultora empresarial, com isso a contabilidade me proporcionou ter uma visão ampla e sistêmica sobre mim e minha performance para que possa servir com qualidade, ética, zelo e corresponda aos meus clientes um resultado com valor expressivo e humano para sua empresa.



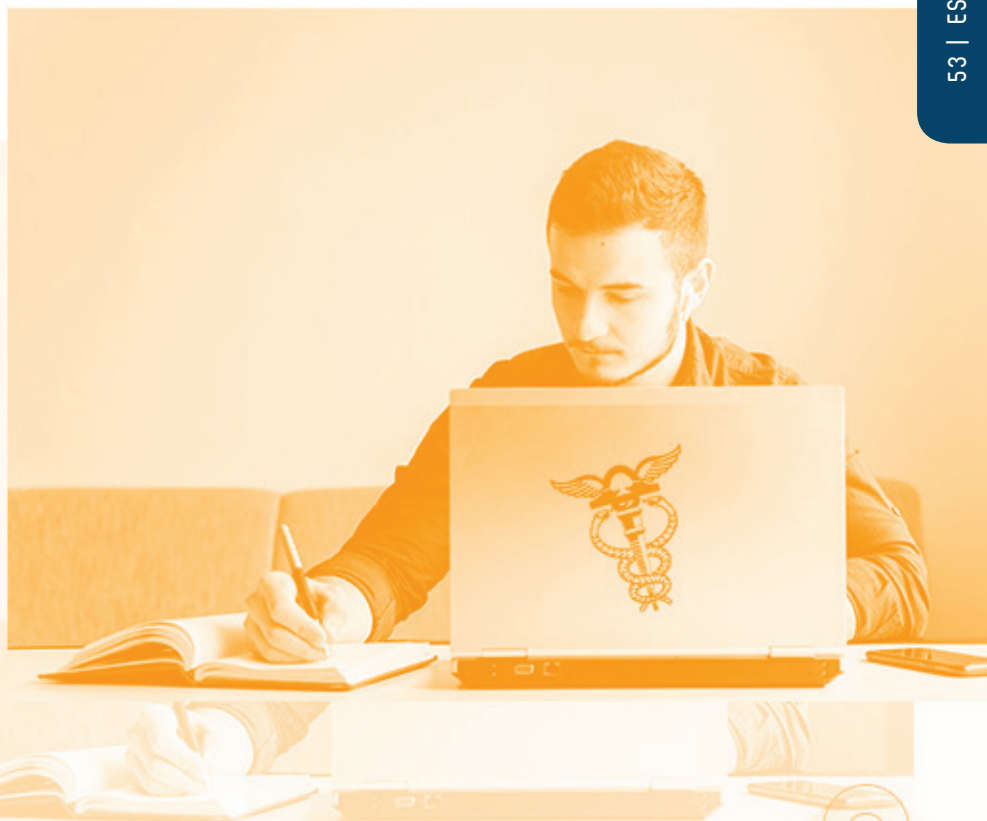
*Sou consultora empresarial, coach, contadora, especialista em auditoria e controladoria, professora universitária, colunista de revista web, especialista em psicologia positiva e atualmente estudante de Constelação Familiar Sistêmica. Comecei a trabalhar muito nova em escritório de contabilidade. Formei-me aos 17 anos como técnica em contabilidade e desde então iniciei minha jornada e performance profissional no mundo da Contabilidade. Tive oportunidades de trabalhar em empresas de pequeno, médio e grande porte. Em 2008, conclui o curso de Bacharel em Ciências Contábeis e iniciei diversas especializações. Conheci o sistema público, em que prestei serviço de auditoria e ao mesmo tempo me movimentava na contabilidade empresarial no meu próprio negócio. Cresci profissionalmente e formei minha família por meio da profissão contábil. Em 2012, tive oportunidade de lecionar e uma universidade no curso de Ciências Contábeis, e foi quando conheci de fato a área da educação e descobri que minha missão de vida era desenvolver pessoas, contribuir para que profissionais tivessem uma visão ilimitada sobre ele mesmo e que pudessem aproveitar todas as oportunidades que esse mundo contábil e profissional nos oferece. Em 2014, entrei na Academia Sergipana de Ciências Contábeis como, Academista. Em 2016, recebi o título de Acadêmica Imortal, ocupando a cátedra de nº 28. Em 2018, assumi a presidência da ASCC e, para mim, foi uma grande surpresa ser indicada para essa grandiosa tarefa. Em 2020, continuo no segundo biênio na gestão da ASCC. Agradeço a Contabilidade por toda essa experiência de vida que ela me proporciona. Todos nós temos um lugar no mundo, no entanto, é necessário olhar para dentro de si e se encontrar, para que seu papel seja cumprido com propósito e amor. Assim é o que faço em minha vida pessoal e profissional. Eu honro e respeito a Contabilidade!*

# Experiências de vida como aluna de doutorado

A partir do momento que percebi a jornada de quatro anos que percorreria como doutoranda na Universidade Positivo (UP), veio-me imediatamente à mente que os estudos e as pesquisas seriam intensos. Então, o bom convívio e o apoio de toda a minha família foram primordiais para que esse objetivo fosse atingido. Entre o grupo de doutorandos, o respeito e a harmonia foram preservados; houve ajuda mútua com as questões de estudo, e a amizade foi se fortalecendo dia após dia pelas atitudes de companheirismo.

Outro aspecto essencial nessa caminhada como doutoranda foi a chance de entender e de aprender que as concepções das teorias administrativas contemporâneas estão interligadas com a Contabilidade. Por meio desse olhar, é que surgiu o tema da minha tese, intitulada *Ética nas Organizações: Reflexões sobre a Prática Contábil a partir da Ética Discursiva*. Tive o privilégio de ser orientada pelo Prof. Dr. Fábio Vizeu Ferreira, que, com muita responsabilidade e dedicação, me ajudou a lidar com as complexidades associadas à pesquisa.

O processo de coleta de dados abrangeu a participação de professores e de profissionais renomados da Contabilidade com saberes específicos e fundamentais para a investigação; conhecê-los foi uma experiência maravilhosa, porque, de algum modo, todos ajudaram a construir a história da área. Atualmente, alguns deles ainda participam do seu desenvolvimento no Brasil, contribuindo para constituir um corpus textual do discurso de quem atua rotineiramente com a prática contábil e com a formação de contadores.



*Doutora em Administração pela (UP); Mestre em Engenharia de Produção pela (UTFPR); especialista em Gestão Industrial Conhecimento e Inovação pela (UTFPR); Especialista em MBA – Contabilidade, Finanças e Auditoria pela Faculdade Uniandrade; graduada em Bacharelado no curso de Ciências Contábeis (UEPG). Formada no curso de Magistério pelo Colégio Sant'Ana. Foi professora da Faculdade Santa Amélia Universidade e esteve como professora orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso na Faculdade União. Foi contadora por meio de vínculo de contrato temporário (UEPG). Professora adjunta de Magistério Superior do Curso de Ciências Contábeis na (UEPG), é membro da Comissão Própria de Avaliação Institucional da (UEPG); professora formadora na orientação de trabalhos de estágio supervisionado e de trabalhos de conclusão de curso (TCC), no curso de bacharelado em Administração Pública, na modalidade "a distância", do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nomeada como Agente Compliance na (UEPG), possui experiência profissional na área de Contabilidade, e em ensino superior nas disciplinas Contabilidade Introdutória, Avançada, Societária, Tributária, Custos, Ética e Compliance. Em Administração, no ensino superior, as disciplinas Administração Financeira e Orçamentária, Gestão do Conhecimento e Contabilidade Ambiental. Possui artigos científicos publicados em eventos nacionais e internacionais, em periódicos nacionais e internacionais.*

**Prof. Rosally Machado**





# Lindomar Antônio Fabro

## In Memoriam

Contador, perito contábil judicial, pós-graduado em Contabilidade pela UFSC, Lindomar Antônio Fabro é professor aposentado desta instituição e da Unisul. Patrono e primeiro ocupante da cadeira de número 34 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, é conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC) desde 1998 e trabalha há mais de 12 anos como voluntário na Irmandade do Divino Espírito Santo. É casado com Sônia Maria Luckmann Fabro, tendo dois filhos: Felipe e Gustavo Luckmann Fabro.

“ Família, o verdadeiro sustentáculo para todos os momentos. ”

## Raízes

Natural de Urussanga (SC), transferiu-se com a família para Florianópolis, em 1961, depois de passagens por Urubici, Tubarão e outras cidades. Com pouco mais de 12 anos, ajudava o avô a plantar frutas e verduras em um terreno localizado no bairro Capoeiras, dedicando-se paralelamente aos estudos.

## Formação

Cursou o Ginásio Normal Haroldo Callado e formou-se Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Senna Pereira. Bacharelou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e concluiu a pós-graduação em nível de especialização em Contabilidade, também pela UFSC.

## Trajectoria profissional

Aos 15 anos, foi trabalhar em uma farmácia, fazendo manipulação de remédios, em meio a balanças de precisão e outros artefatos. Ingressou, em 1965, como office-boy no Grupo Brasil Inho S.A, onde permaneceu por 13 anos e saiu como auditor interno da empresa, após ocupar as funções de auxiliar contábil e contador. Durante esse período, desenvolveu as atividades de orientação e supervisão de todo o sistema contábil do grupo, composto pelas empresas Madeireira Brasil pinho S/A, Empreendimentos Massiambu S/A, Reflorestadora Scherer Ltda, Madeireira Criciúma Ltda e Kobrasol Empreendimentos Imobiliários Ltda.

## I Magistério

Passou no concurso para professor de Ciências Contábeis da UFSC em 1978. Na instituição, Lindomar Antônio Fabro lecionou as disciplinas de Contabilidade I e II, Laboratório Contábil, Contabilidade Comercial I e II e Estrutura de Balanço para os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia. Foi o responsável, junto com o professor Silvio L. Meyer, pela implantação do Núcleo de Estudos Contábeis (Laboratório Contábil I), disciplina que simulava operações típicas de uma empresa comercial. Na UFSC exerceu diversas atividades administrativas, entre elas, a chefia do Departamento de Ciências Contábeis em dois mandatos. Foi consultor do MEC em processos de autorização para funcionamento e reconhecimento de cursos de Ciências Contábeis em diversas universidades brasileiras. Aposentou-



se como Professor Adjunto IV em 1995. Após sua aposentadoria na UFSC, foi convidado a lecionar na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) para os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Negócios, Relações Internacionais e Engenharia de Produção. Foi por inúmeras vezes homenageado como patrono, paraninfo e nome de turma. Também foi professor do Centro de Educação Superior-Única e Faculdades Barddal. É entusiasta e defensor da Escola Neopatrimonialista da Ciência Contábil, idealizada pelo saudoso colega e amigo imortal Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá.

## Iniciativa Privada

Mesmo considerando o magistério a sua vocação, Lindomar Antônio Fabro prestou, por muitos anos, assessoria contábil para pequenas empresas da região da Grande Florianópolis. De 1996 até recentemente, também desenvolveu a atividade de perito contábil judicial, nas diversas varas da Justiça Federal e Estadual, na circunscrição de Florianópolis.

## Trabalho Comunitário

Participa como Irmão e Conselheiro da Irmandade do Divino Espírito Santo, entidade filantrópica católica fundada em 1773, que hoje atende em torno de 1.000 crianças carentes em seus diversos projetos. Vem alternando suas atribuições entre o conselho fiscal e conselho consultivo, além de dar assessoria na área contábil da entidade. Participa ativamente da organização da festa do Divino Espírito Santo, promovida anualmente na Praça Getúlio Vargas, em Florianópolis, que garante uma parcela considerável dos recursos necessários para a Irmandade desenvolver suas atividades.

## Outras informações

Conselheiro do CRCSC, desde 1998, atuou nas Câmaras de Registro, Controle Interno e Fiscalização. Atualmente é membro da Câmara de Registro, de diversas comissões e coordenador Executivo de Editoração de livros do CRCSC e da Revista Catarinense da Ciência Contábil. »Homenageado com o troféu "Contabilista Destaque 1992", conferido pelo Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis. É membro atuante do Movimento de Cursilho de Cristandade (MCC), órgão ligado à igreja católica, tendo como objetivo a evangelização de ambientes. »Membro Titular do Conselho de Curadores da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (Fepese), de Florianópolis. Foi membro da Associação Científica Internacional Neopatrimonialista (Acin).

Fonte: livro "Os dez anos da Academia Catarinense de Ciências Contábeis"

“ Foi por inúmeras vezes homenageado como patrono, paraninfo e nome de turma. Também foi professor do Centro de Educação Superior-Única e Faculdades Barddal. ”



# Compreendendo a diferença conceitual entre liquidez e solvência



Liquidez e solvência são duas terminologias que, às vezes, são utilizadas, inadvertidamente, como se sinônimas fossem. Na verdade, estas duas terminologias não são sinônimas, elas são semanticamente distintas. Enquanto liquidez, tradicionalmente, é conhecida pela relação entre um grupo de contas do ativo, passível de conversão em moeda, e um grupo de contas do passivo, com exigibilidade definida, solvência sinaliza a existência de ativos financeiros, em moeda, capazes de honrar os compromissos financeiros nas datas de maturidade de cada obrigação.

Entre os índices de liquidez contemplados na literatura, o índice liquidez corrente (ILC) é utilizado como um preditor de capacidade de pagar. No entanto, o que o ILC sinaliza é somente, e tão somente, uma capacidade nominal de ativos passíveis de conversão em moeda que, supostamente, seriam suficientes para honrar as obrigações, como se as datas de conversão e de exigibilidade fossem comuns. Mas isto é somente uma suposição, pois o ILC é um indicador limitado, constante, com somente duas dimensões. Para que este índice seja um preditor de solvência, necessário é que a ele se adicione uma terceira dimensão, um preditor de tempo.

Estudos recentes na literatura, como o produzido por De França e Sandoval (2019), apontam para a necessidade de combinar o ILC com o ciclo financeiro,

como preditor de tempo. O resultado desta combinação são dois outros indicadores: um que mede a eficiência financeira, denominado coeficiente de eficiência financeira (CEF), e outro que mede a sustentabilidade da liquidez, denominado coeficiente de sustentabilidade da liquidez (CSL). Esta combinação ajusta o quantum do ILC ao descompasso natural existente entre a data de conversão do ativo em moeda e a data de desembolso de cumprimento de cada obrigação. O CSL definido como  $CSL(a,p,f)$ , em que "a" que são os ativos correntes ou circulantes convertíveis em moeda, "p" são as obrigações correntes do passivo circulante, e "f" é a quantidade de dias do ciclo financeiro, é um indicador que corrige e ajusta essa limitação do ILC.

Diante do momento complexo que se encontra o planeta, com a economia global agonizando, o foco deve ser o da solvência e não o da liquidez. O foco deve ser o da solvência porque os balanços das empresas, referentes ao exercício social de 2019, podem exibir confortável liquidez sinalizada pelo ILC, mas decorridos apenas três meses, a liquidez que se apresentava como confortável, pode não se converter em capacidade efetiva de pagamento, como condição de solvência. Ocorrendo esta situação, há liquidez, mas não há solvência, isto porque o ativo passível de conversão em moeda não se converteria, mas a obrigação de pagar continuaria com data de maturidade definida.

Concluindo, é relevante rever a literatura para emprestar ao ILC somente o que ele é, um sinalizador de capacidade nominal de pagamento e, não, um preditor de solvência, e acreditar um indicador com mais uma dimensão, como o CSL, para traduzir uma sinalização de capacidade efetiva de pagamento.

## Referência

De França, José Antonio e Sandoval, Wilfredo Sosa. (2019). Necessary and Sufficient Conditions for Liquidity Management. *International Journal of Economics and Finance*; Vol. 11, No. 5; 2019.



Professor José Antonio de França é Contador e Economista, Doutor em Ciências Contábeis e Doutor em Economia. Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília - UnB.

# Auditoria na era da pós-verdade: o reforço da objetividade

O termo “pós-verdade” tem registro originário de seu uso em um artigo na revista *The Nation*, em 1992, mas ganha destaque em 2016, quando foi eleita a palavra do ano da língua inglesa, pela *Oxford Dictionaries*, que a definiu: “um adjetivo relacionado ou evidenciado por circunstâncias em que fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos por emoções ou crenças pessoais”.

O conceito ganha relevância com impacto exponencial, em um mundo dito também pós – pós-moderno – onde a opinião pública é formada, paradoxalmente, em uma era de big data, mais baseada em razões sensíveis e emocionais, do que em informações exatas e argumento lógicos, sem a consistência da análise detida, impelida pela rapidez e poder de influência das plataformas digitais.

A explosão e expansão da utilização das auditorias na década de 1980 (POWER, 1994), especialmente nos governos, traz esta atividade como destaque por ser elemento fomentador da *Accountability*, uma forma de controle do controle e que atua na redução de ocorrência de má aplicação de recursos e fraudes regulatórias, produzindo diagnósticos e proposições, com a finalidade de agregar valor à gestão. Nesse contexto, a auditoria governamental profissionalizou-se e

tem sido depositária da confiança social pela credibilidade de seus agentes, procedimentos e produtos gerados.

O conceito de disseminação ou formação de opinião a partir dos fatos não reais ou manipulados em seus contextos não é novo, no entanto, a forma e impacto de tais ‘não verdades’ sobre a tomada de decisão dos agentes tem sido amplificada, com destaque, em todo o mundo, para seus efeitos no segmento governamental.

O exercício da função de auditoria interna no âmbito da gestão pública não pode passar ao largo destes elementos do contexto e da tecnologia, que, além de afetar seu processo de trabalho, com o uso cada vez mais crescente como artefatos de análise e na condução dos processos de trabalho, pode trazer impactos na construção da opinião pública a partir da comunicação dos resultados do trabalho.

A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) cuida dos impactos interpretativos e valorativos na formação e divulgação dos resultados da auditoria, mesmo antes da explosão das plataformas digitais e pós-verdades, por meio do conceito de objetividade. Citado 21 vezes nas IPPFs, o reforço à objetividade do auditor é destacado nos Princípios Fundamentais, nos princípios do Código de Ética, nas Normas de Atributo ( 1120) e de Desempenho, com destaque para a condução do processo técnico de auditoria e da sua comunicação (2400).

O cuidado e o reforço da objetividade na condução dos trabalhos de auditoria no setor público e, especialmente, na divulgação de seus resultados, devem ser preocupação do executivo chefe e auditoria e de todo staff. Para assegurar resultados que agreguem valor à gestão, é preciso ser vigilante desde a seleção de trabalhos, que





devem seguir uma análise de riscos com critérios racionais e não motivados por aspectos circunstanciais ou midiáticos, com destaque para a importância e institucionalização do Planejamento das Auditorias.

A execução do processo de auditoria no setor público deve ser centrada a partir de uma efetiva análise dos riscos, em testes que possibilitem a obtenção de evidências robustas, baseadas em dados e contextualizadas e, por fim, os resultados avaliados com objetividade e comunicados, sempre que possível em um modelo de relatório padronizado, com a utilização de uma redação concisa e clara, evitando termos abstratos ou subjetivos em sua formatação.

É preciso que se restrinjam as oportunidades de produção de versões distorcidas da realidade estampada na peça final do exame da auditoria, para que não se subverta a finalidade primária daquela avaliação na produção de melhorias para a gestão, e de realimentação da estrutura de controles internos das políticas públicas.

Os trabalhos de auditoria, mormente na área governamental, não devem incendiar arroubos de tentações de autopromoção, sendo do executivo

chefe de auditoria a missão de condução da equipe técnica no sentido das melhores práticas profissionais ditadas pela IPPF, sob o risco de o relatório de auditoria passar a valer pelo efeito de sua versão, pelo impacto no emocional das pessoas, pelo seu aspecto semiótico.

A estrita e vigilante observância às IPPFs não permitem que se percam os fatos associados a soluções de melhoria indicadas e que de uma peça de comunicação de resultados, o relatório se transfigure em uma peça de publicidade, na busca de efeitos pirotécnicos ou midiáticos de qualquer causa.

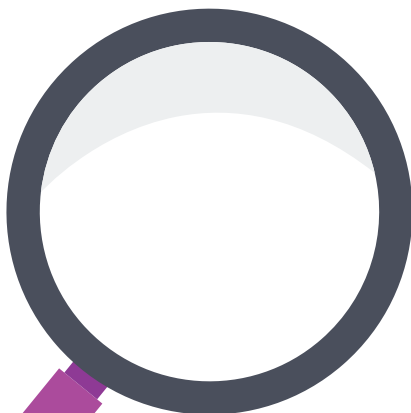
Uma dissociação da racionalidade na auditoria governamental pode afastar a técnica, a evidência, a visão global natural da auditoria, enfraquecer o princípio da objetividade, sustentáculo da confiabilidade da profissão.

A atenção à objetividade no segmento da auditoria pública, em uma era de pós-verdade, recortes descontextualizados, velocidade das plataformas digitais de comunicação, vaidades e opiniões emocionais e intuitivas, próprias da pós-modernidade, pode evitar que o relato de auditoria se jarecebido com uma visão distorcida.

O exercício da auditoria pública não deve se reverter em um dínamo de produção de desconfiança social dos aparelhos estatais, já combatidos em sua credibilidade, com generalizações e impactos alarmistas. Não deve alimentar o medo que aprisiona e a estupefação que congela, e não deve atuar no reforço do intuitivo. Ao contrário, deve ser uma via de esperança na melhoria por meio do fornecimento de diagnósticos situacionais objetivos e de apresentação de propostas racionais de aprimoramento da gestão.

Para agregar valor à gestão pública e manter sua reputação ligada à credibilidade e a confiança, a auditoria governamental, guardiã da objetividade, não deve permitir ser agente de conflito, ao contrário, devendo buscar a promoção, em suas comunicações, a partir de uma visão objetiva e racional, de mais cooperação entre a sociedade e os diversos atores, evitando uma visão de hiper valorização das desconformidades e de vieses na forma de apresentação e divulgação das questões no relatório.

Auxiliar a organização a atingir seus objetivos a partir de da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos controle e governança, essa é a meta!!!



**Marcus Vinicius de Azevedo Braga:** Auditor Governamental, Doutorando em Políticas Públicas (UFRJ).



**Rossana Guerra de Sousa:** Auditora Governamental, Doutora em Ciências Contábeis, CIA, CRMA.

## PERFIL

# Sandra Maria de Carvalho Campos



## **C**omo a senhora enxerga a Contabilidade do futuro em nosso País?

Muitos se atrevem a dizer que a Contabilidade vai desaparecer, mas quem assim pensa não conhece a magia da Contabilidade, sua capacidade de se reinventar e de se adaptar, seu poder de se mostrar indispensável independentemente do cenário econômico. Nessa capacidade de adaptação, a Contabilidade vem assumindo um papel cada vez mais consultivo, mais voltado para estratégias e políticas de negócios. Antes se dizia que a Contabilidade era útil, hoje eu digo que é essencial fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade econômica e financeira do país. Vejo esses valores cada vez mais acentuados no futuro e, por isso, nada ameaça o futuro da Contabilidade. Ao contrário, vejo a Contabilidade como uma profissão objeto de desejo de muitos jovens.

## **Como a senhora pretende desenvolver sua atuação a partir de sua pasta no Conselho Federal de Contabilidade (CFC)?**

Nosso maior objetivo é a efetividade das ações de fiscalização e celeridade dos ritos processuais. Para tanto, estamos trabalhando na revisão dos vários normativos e manual aplicados

à fiscalização e processos, no sentido da simplificação e informatização, com o apoio do presidente Zulmir Breda e a valiosa e efetiva atuação dos colaboradores da área Técnica do CFC e dos membros da comissão constituída para essa finalidade específica.

## **Qual a maior experiência que a área contábil lhe proporcionou?**

Ser contadora me proporcionou uma vida profissional muito exitosa e rica em experiências no setor público, no setor privado e na nossa entidade de classe, tanto no CRCMG como agora no CFC. Todas essas experiências impagáveis.

Dentre elas, destaco a experiência que talvez tenha sido a mais impactante, que foi participar do grupo assessor do CFC que redigiu o primeiro conjunto de Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público – as NBCT ST 16.1 a 16.11. Foi um trabalho grandioso e muito desafiador, pois foi a primeira vez que o CFC editava normas para a contabilidade pública.

Mas, sem dúvida, o que me deixou mais comovida, honrada e certa de ter escolhido muito bem a minha profissão, foi me tornar membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, nossa Abracicon, e ter meu nome gravado entre os maiores expoentes da Contabilidade brasileira de todos os tempos.

## **De que modo a senhora enxerga a participação contínua do profissional da contabilidade no desenvolvimento das empresas?**

Já faz algum tempo que empresários e gestores públicos entenderam que a presença do contador nas mesas de discussões estratégicas e de tomada de decisão é indispensável. O contador é o profissional que tem a primeira análise da interrelação das informações financeiras e patrimoniais, passadas e presentes, permitindo que seja ele o primeiro a projetar seus efeitos no futuro. As demonstrações e análises contábeis apontam rumos seguros e sustentáveis para o desenvolvimento das entidades públicas e privadas, delas se beneficiando empresários, acionistas e empregados, gestores públicos e a sociedade em geral.

## **Em sua opinião, o que faz com que a Contabilidade permaneça como uma das áreas mais tradicionais do mercado brasileiro?**

Um dos fatores que me motiva muito na Contabilidade é o fato de ser uma ciência tão dinâmica, que acompanha as mudanças da economia e da sociedade e que se adapta, sem se desviar dos seus princípios, de modo a ser sempre relevante para os mais diversos grupos de interesse. É uma ciência viva, que produz informações que geram riqueza e propiciam o bem-estar social.

### Como você enxerga a atuação dos profissionais em seu estado?

Minas Gerais é um celeiro de grandes profissionais da contabilidade, nas suas mais diversas especialidades. Nossa tradição de estudiosos da Contabilidade e nosso amor a essa ciência e à profissão são um legado de grandes mestres, entre os quais cito aquele que cuja reputação extrapolou nossas fronteiras e atravessou um oceano: nosso eterno Professor Dr. Antônio Lopes de Sá. Tenho muito orgulho de pertencer a esse grupo de valorosos profissionais.

### Em tempos de pandemia, de que forma o profissional deve se manter atento à ética e suas diretrizes?

A ética pessoal e profissional é indispensável em qualquer época e em qualquer área de atuação, mas na Contabilidade ela é fator vital. Mais vital ainda se torna agora, nesse momento de crise profunda que abala todas as estruturas de todos os países do mundo. Enquanto os profissionais da saúde cuidam das vidas das pessoas, nós, profissionais da contabilidade, temos que dar o nosso melhor, superando as nossas próprias dificuldades, para cuidarmos da saúde das empresas. Neste momento de ameaça aos negócios, públicos e privados, pequenos e grandes, somos o profissional que vai colocar seu conhecimento a serviço da recuperação da economia, sem nos desviarmos da ética e dos valores da nossa profissão para sermos, verdadeiramente, úteis.

De que forma o CFC se mantém em contato com entidades internacionais? Como esta conexão contribui para o desenvolvimento contínuo da profissão?

O CFC tem assento nos principais organismos internacionais, e tem papel ativo nos processos de discussão e proposição de normas de auditoria, contabilidade pública e privada, ensino e demais áreas correlatas e de interesse. O CFC atua também, na promoção ou

apoio de eventos internacionais, nos quais a nossa experiência sempre tem espaço para discussão.

No Brasil, somos mais de 500 mil profissionais e quase uma centena de organizações no exercício de uma profissão regulamentada, um verdadeiro exército, que tem seu comando central no CFC. Não sei de outro país com um contingente desse porte e que atue de forma tão organizada e disciplinada. Assim, o CFC tem muito a contribuir, como efetivamente já o faz, com as entidades internacionais, não só no nosso modelo de controle da profissão contábil, mas também participando das diversas entidades de que se encarregam de formular, em nível internacional, as normas e padrões da Contabilidade e suas áreas de atuação.

Por meio do CFC, o Brasil tem contribuído, efetivamente, para a construção de uma ciência e de uma profissão mais sólidas, mais fortes e mais reconhecidas internacionalmente.

**“ Neste momento de ameaça aos negócios, públicos e privados, pequenos e grandes, somos o profissional que vai colocar seu conhecimento a serviço da recuperação da economia, sem nos desviarmos da ética e dos valores da nossa profissão para sermos, verdadeiramente, úteis. ”**

### Como a senhora iniciou sua carreira na área contábil?

Iniciei ainda estudante do curso de Ciências Contábeis como auxiliar de contabilidade em uma grande loja de material de construção e, em seguida, no Banco Nacional da Habitação, o extinto BNH.

Espaço reservado para que a senhora insira seu currículo e um breve resumo sobre sua carreira.

Bacharel em Ciências Contábeis, Administradora de Empresas, Especialista em Administração Financeira e em Controle Externo da Administração Pública, Licenciada para o magistério em ensino superior. Foi Sócia-Diretora de Auditoria e de Risk Advisory Services no escritório da KPMG em Belo Horizonte (2012-2015), responsável pela administração da área convergência contábil no setor público, incluindo adequação de metodologia, desenvolvimento de rotinas e processos. Foi Inspectora de Controle Externo (1993-2010) e Diretora de Auditoria Externa (2003-2007) do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Foi membro dos Grupos Assessores do CFC responsáveis pela elaboração das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e das Normas de Auditoria Governamental e membro do Grupo Assessor do CFC responsável pelas revisões e convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público aos padrões internacionais (2006-2015). Membro de Grupos de Trabalho da STN - GTCO e GTREL. Conselheira (2002 a 2011; 2018-2019) e vice-presidente de desenvolvimento profissional (2006 a 2009) e de fiscalização (2010 a 2011), de Administração e Planejamento (2018-2019) do CRCMG. Conselheira eleita do CFC para o mandato de 2020 a 2023, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina (2020-2021). Atuou nos setores público e privado em áreas de Contabilidade e auditoria. É membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

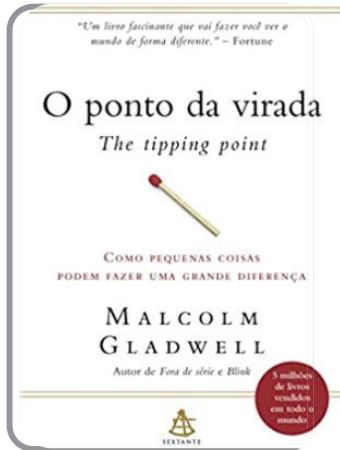




## Editor: Clóvis Belbute Peres

Cara leitora e caro leitor,

Como já fizemos anteriormente, apresentamos dois livros de um mesmo consagrado autor, neste caso, separados por 8 anos em suas datas de publicação. Ambos #1 mais-vendidos do NY Times. Ambos instigantes e originais. Ambos impossíveis de parar de ler. Vejamos!

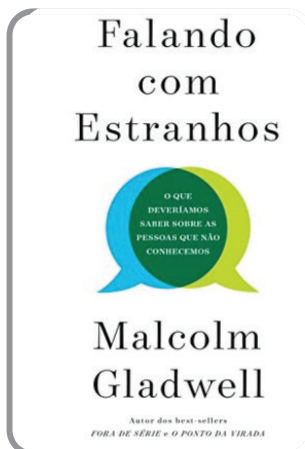


**Livro: O Ponto da Virada**  
**Titulo Original: The Tipping Point**  
**Autor: Malcolm Gladwell**  
**Ed: Sextante**  
**Ano: 2011**

O subtítulo dá a dica da tese central do autor: pequenas coisas podem fazer uma grande diferença. De fato, podem ser o gatilho de grandes mudanças. Em especial, o autor traz uma ideia-modelo: movimentos sociais, ideias, revoluções e outras grandes mudanças sociais carregam características muito semelhantes àquelas que disparam epidemias: uma coleção de poucos agentes, um fator que mantém a sustentação da difusão e um contexto favorável.

Não se trata de uma tese científica, embora referências a estudos não falem. O que realmente encanta nesse e em outros livros de Gladwell é a clareza do pensamento e a riqueza de detalhes. Em partes da narrativa, você quase se imagina no local onde a quebra de paradigma ocorreu!

Não se trata de um ensaio rigoroso, mas de uma proposição ousada e instigante: afinal juntar exemplos de empresas de sapatos, ondas de suicídios, e a revolução americana, entre outros casos, em um único modelo mental é no mínimo instigante. E viciante para qualquer leitor curioso!



**Livro: Falando com Estranhos**  
**Titulo original: Talking to Strangers**  
**Autor: Malcolm Gladwell**  
**Ed: Sextante**  
**Ano: 2019**

O final de 2019 nos brinda com essa edição em português da mais recente obra de Gladwell que não muda a essência de sua produção: linguagem clara e tese instigante. A forma, contudo, é inovadora. O foco está literalmente nos discursos e nas interpretações desses discursos de diferentes personagens e situações históricas: Hitler, Chamberlain, Montezuma, Amanda Knox, etc.

O que une todas essas histórias e discursos? Nossa dificuldade de entender-nos uns aos outros, e a necessidade de ainda assim buscarmos a comunicação. Os mais variados vieses psicológicos e linguísticos tomam o centro da investigação e desaguam em uma conclusão antecipada: "Strangers are not easy" (frase mais impactante no original).

É interessante como Gladwell busca os elementos históricos de forma metódica e os transforma em uma prosa agradável e atraente. A versão em áudio (em inglês) é também inovadora: muitos dos discursos das personagens são reproduzidos sem adaptação; é como se nos transportássemos ao tempo dos fatos e nos sentássemos em um canto, observando a história desvelar-se à medida que estranhos interagem.

# ASSISTA ÀS GRAVAÇÕES DO QUINTAS DO SABER NO

 YouTube  
DA ABRACICON

